

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MATHEUS ÁLVARES RIBEIRO

**A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE *PRINCEPS*: QUINTO CÚRCIO E A
IMAGEM DE ALEXANDRE, O GRANDE NO SÉCULO I D.C.**

GOIÂNIA

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Matheus Álvares Ribeiro

3. Título do trabalho

A Construção de um Modelo de Prínceps: Quinto Cúrcio e a Imagem de Alexandre, o Grande no século I d.C

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Munhoz De Omena, Professor do Magistério Superior**, em 16/03/2021, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MATHEUS ÁLVARES RIBEIRO, Discente**, em 16/03/2021, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1945651** e o código CRC **A44E322B**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MATHEUS ÁLVARES RIBEIRO

**A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE *PRINCEPS*: QUINTO CÚRCIO E A
IMAGEM DE ALEXANDRE, O GRANDE NO SÉCULO I D.C.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais

Orientadora: Professora Dra. Luciane Munhoz de Omena;

GOIÂNIA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ribeiro, Matheus Álvares

A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE PRINCEPS [manuscrito] :
QUINTO CÚRCIO E A IMAGEM DE ALEXANDRE, O GRANDE NO
SÉCULO I D.C. / Matheus Álvares Ribeiro. - 2020.

164 f.

Orientador: Prof. Dr. Luciane Munhoz de Omena.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2020.

Bibliografia.

1. Memória. 2. Imagem. 3. Poder. 4. Alexandre. 5. Quinto Cúrcio. I.
Omena, Luciane Munhoz de, orient. II. Título.

CDU 94(100)“652”+“653”



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 70 da sessão de Defesa de Dissertação de **Matheus Álvares Ribeiro**, que confere o título de Mestre(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte**, a partir da(s) **14h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**A Construção de um Modelo de Princeps: Quinto Cúrcio e a Imagem de Alexandre, o Grande no século I d.C**”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor (a) **Luciane Munhoz de Omena (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Margarida Maria de Carvalho (UNESP)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Ana Teresa Marques Gonçalves (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Luciane Munhoz de Omena**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Teresa Marques Goncalves, Professor do Magistério Superior**, em 16/03/2021, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Munhoz De Omena, Professor do Magistério Superior**, em 16/03/2021, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1945630** e o código CRC **28153B43**.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é produto de uma única pessoa. Sem a cooperação, direta ou indireta, de todos os envolvidos ele jamais teria visto a luz do dia. Agradeço, portanto, a todos que, de alguma forma estiveram presentes nesta jornada.

Às minhas queridas mentoras, Professora Dra. Luciane Munhoz de Omena, minha orientadora, e Professora Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves, que me acolheram como pupilo quando eu era pouco mais que um *outsider* do Curso de Jornalismo, atrás do sonho em ingressar no Curso de Mestrado. Obrigado pela confiança depositada em mim desde o início.

À professora Margarida Maria de Carvalho, por se dispor a participar de minha banca, mesmo com as circunstâncias desfavoráveis a todos nós este ano.

A minha amada esposa e companheira de vida, Wânia Simão, que, por dois anos, suportou minhas noites em claro, enquanto esta dissertação tomava corpo. Obrigado por compartilhar este objetivo comigo.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e cuidados com minha educação desde o início. Não fosse o esmero com que trataram minha formação não teria tomado o gosto que tomei pelos estudos e pela construção do conhecimento.

A minha terapeuta que me ajudou a racionalizar toda a carga de tocar este projeto enquanto conciliava vida pessoal e profissional. Obrigado pelas sessões em que me deixou falar desenfadadamente sobre minha pesquisa.

Aos colegas da pós-graduação, pelos debates prolíficos e ideias trocadas ao longo do curso. Mesmo distantes, a troca de conhecimento e experiência se mantém.

Aos meus colegas de trabalho pelo apoio irrestrito nesta jornada, inclusive por me permitirem flexibilizar meus horários a fim de cumprir com as obrigações com o PPGH. Esta é uma conquista de toda nossa equipe.

Por fim, mas não menos importante, ao Supremo Arquiteto do Universo, independentemente das formas em que Se encerra e, sem o Qual, nada seria possível.

RESUMO

Nesta dissertação, propomos analisar de que forma a construção da imagem de Alexandre da Macedônia, apresentada pelo historiador romano Quinto Cúrcio Rufo, nas suas *Histórias de Alexandre, o Grande*, estabeleceu um modelo ideal de *princeps* romano, durante os anos turbulentos do século I d.C. Nossa hipótese é que o autor, ao mesmo tempo em que produziu um documento com o rigor esperado de um historiador (análise criteriosa e crítica de suas fontes primárias), também transpareceu as impressões e posicionamento sobre o exercício das magistraturas em Roma. Sendo o *princeps* o primeiro entre os cidadãos, sua conduta deve ser a mais virtuosa de todas, e o exercício da magistratura deve primar pela preservação do *mos maiorum* e pela ordenações política, jurídica e administrativa da *urbs*. A partir da reverência à figura de Alexandre, que exerceu fascínio entre a elite romana, *principes* e aspirantes ao posto tentaram reproduzir seus feitos, a fim de igualar a própria glória À do filho de Filipe, que conquistou metade do mundo conhecido antes dos 30 anos. Entendemos que o autor, por meio da biografia de Alexandre, elencou os *exempla* de virtudes e vícios a fim de definir, aos olhos romanos, as melhores e piores práticas que um governante pode adotar no exercício do poder. Trata-se, portanto, da construção de um modelo ideal de *princeps*, a fim de ser usado por qualquer ocupante ou aspirante à magistratura, de modo que, a partir da emulação do rei macedônio, o governante possa agir corretamente.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Imagem, Poder, Alexandre, Quinto Cúrcio

ABSTRACT

In this dissertation, we propose to analyse the form of the construction of Alexander of Macedon's image, carried out by the Roman historian Quintus Curtius Rufus' "The Histories of Alexander the Great", established an ideal model of Roman *princeps*, during the turbulent years of the first century after Christ. Our hypothesis is that the author at the same time he produced a document with the rigor expected from a historian (careful analysis and criticism of his primary sources) also shows impressions and opinion about the exercise of the magistracies in Rome. Being the *princeps* the first among the citizens, his conduct must be the most virtuous of all and the judiciary exercise must prevail for the *mos maiorum* preservation, political, legal and administrative ordering of the *urbs* as well. From the reverence to Alexander's figure, who had great fascination from Roman Elite, *principes* and candidates who tried to reproduce his achievements in order to equalise their glory to Phillip's son who conquered half of the known world before he was 30. We understood that the author, by Alexander's biography, listed the *exempla* of virtues and vices in order to define, to Roman's eyes, the best and the worst practices a ruler can adopt in the power exercise. It is, therefore, the construction of an ideal model of *princeps*, in order to be used by any occupant or magistracy aspirant. In a way that from the emulation of the Macedonian king, the ruler can act correctly.

Key words: Memory, Image, Power, Alexander, Quintus Curtius

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1- SOBRE QUINTO CÚRCIO E SUA OBRA	16
1.1 DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE A DATAÇÃO DA OBRA.....	18
1.2 REFERÊNCIAS AO AUTOR NA DOCUMENTAÇÃO ROMANA.....	31
1.2.1 Cícero e o problema do autor republicano.....	32
1.2.2 Tácito e a ascensão do Homem Novo	33
1.2.3 Plínio, o Jovem, e experiência sobrenatural de <i>Curtius Rufus</i>	34
1.2.4 Suetônio e a lista de retores.....	36
1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO HISTÓRICO NA ANTIGUIDADE.....	38
1.3.1 O gênero histórico na literatura romana.....	40
1.3.2 A representação de Alexandre durante o período romano.....	43
1.3.3 A questão do idioma	46
1.3.4 Uma Biografia do Poder.....	50
CAPÍTULO 2 - DA REPÚBLICA AO PRINCIPADO: A TRANSIÇÃO E O ESTABELECIMENTO DA AUTOCRACIA	52
2.1 OS ÚLTIMOS ANOS DA REPÚBLICA	55
2.1.1 A Guerra Civil, o triunfo e a morte de César.....	57
2.1.2 O Segundo Triunvirato e a transição para o Principado.....	60
2.2 O PRINCIPADO DE AUGUSTO COMO SÍMBOLO DE UNIDADE DO IMPÉRIO...	65
2.2.1 O príncipe como mandatário do povo	72
2.3 O EXÉRCITO ROMANO COMO FORÇA POLÍTICA EM ROMA.....	74
2.3.1 Sêrvio Túlio e a reforma do exército.....	77
2.3.2 O exército romano a partir do século III a.C.....	80
2.3.3 As reformas de Mário e a profissionalização do exército	82
2.3.4 A Guerra Civil de 69 d.C. e a ascensão dos generais ao poder	85
CAPÍTULO 3 - ALEXANDRE E A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE <i>PRINCEPS</i>	90

3.1 A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO	93
3.1.1 A Imagem como produto e produtor de Memória	96
3.2 AS ORIGENS DIVINAS E MORTAIS DE ALEXANDRE.....	97
3.2.1 O filho de Zeus	98
3.3 AS ADJETIVAÇÕES DE CARÁTER DE ALEXANDRE	103
3.3.1 A primeira Pêntade e o Alexandre dotado de <i>Vis</i>.....	104
3.3.2 A Fortuna e a condução do caráter de Alexandre e Dario	109
3.4 A SEGUNDA PÊNTADE E O ALEXANDRE TIRANO.....	119
3.4.1 O destino de Filotas e Parmênion e a crueldade de Alexandre na Segunda Pêntade.....	122
3.4.2 O destino de Besso e a completa submissão do império	126
3.4.3 O assassinato de Clito.....	129
3.4.4 Roxana e a conspiração dos pajens	133
3.4.5 A campanha na Índia, o retorno à Babilônia	138
3.4.6A morte e Necrologia de Alexandre	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155

INTRODUÇÃO

Estudar as representações de Alexandre não é, nem de longe um tema novo em História. Desde a Antiguidade, os feitos do monarca são recontados em períodos distintos, tomando-se o cuidado de pensar o seu exemplo sob as luzes do tempo em que ele é narrado. No campo militar, ele foi o conquistador mais bem sucedido de todos, expandindo seu domínio sobre uma área superior a cinco milhões de quilômetros quadrados. Na Idade Média, encarnou os ideais da cavalaria, compondo os “Nove da Fama”.¹ Já no período Contemporâneo, quando a escrita da História se torna menos descritiva e mais analítica, seus feitos são estudados à luz dos problemas levantados a partir do documento analisado, e recorte do período histórico.

Este estudo visa à compreensão da forma como a imagem de Alexandre da Macedônia foi representada na obra *Historiae Alexandri Magni* (Histórias de Alexandre, o Grande), do historiador romano Quinto Cúrcio Rufo, o qual supostamente a escreveu no século I d.C.² A obra foi composta em dez volumes, dos quais apenas oito chegaram à nossa época, e retrata os feitos de Alexandre e a construção do gigantesco império macedônio em apenas 11 anos, bem como sua fragmentação após a morte do conquistador em 323 a.C.

Por conseguinte, propõe-se investigar as imagens como um produto da época em que foi escrita e a que se destinava essa versão da vida de Alexandre. Assim, este estudo reflete qual a relevância para os romanos sem ressaltar algumas características da personalidade e das ações de Alexandre nos quatro séculos, após sua morte.

Importante observar que as narrativas na Antiguidade sobre as grandes personalidades têm um intuito mais pedagógico que factual. A historiografia Clássica, longe de compartilhar a preocupação moderna em narrar os fatos *ipsis litteris*, buscava organizá-los no tempo de modo a dar-lhes uma forma, como bem observou Fernando Catroga (2015, p. 50).

¹ Conjunto de personagens históricas e fictícias (sem veracidade histórica comprovada) que moldaram os ideais da cavalaria medieval. São eles: Heitor de Tróia, Alexandre e Júlio César; compondo os três gentios; Josué, Davi e Judas Macabeu, representando os três hebreus, e Rei Artur, Carlos Magno e Godofredo de Bulhão (Rei de Jerusalém), como os três cristãos. O Livro do Armeiro-Mor, de João de Cró, conjunto de iluminuras do século XVI, composto durante o reinado de D. Manuel I de Portugal, dedica algumas páginas aos Nove da Fama, entre eles, Alexandre.

² O nome original da obra deve ser traduzido no plural, tendo em vista o uso do nominativo *Historiae* (Histórias). De fato, a tradução é adequada, visto que se trata de uma compilação dos feitos de Alexandre, como o intuito de construir sua imagem dentro do contexto romano. Ainda assim, entre as traduções modernas, apenas a de YARDLEY e ATKINSON (2009) utilizam o termo no plural (Histories, em inglês).

A narrativa historiográfica constituía “contra o caos, uma totalidade, conquanto finita e fechada” (CATROGA, 2015, p. 50). Dessa forma, não se observa preocupação em narrar os eventos tal qual aconteceram. “A verdade do narrado não estaria tanto na adequação dos enunciados à realidade, mas residiria, sobretudo, na sua correlação e correspondência com modelos de virtudes” (CATROGA, 2015, p. 50).

Alexandre é o modelo de governante por excelência. Nenhum personagem do Mundo Antigo povoou tanto o imaginário do Ocidente quanto o dele. A expansão territorial do Império Macedônio, em pouco mais de dez anos, é um feito que nunca se repetiu em toda a Antiguidade. Não surpreende, portanto, que tantos relatos tenham sido escritos sobre ele, seu período de governo, conquistas, virtudes e vícios.

Necessário dizer que, salvo poucos fragmentos, nenhuma obra escrita por contemporâneos de Alexandre chegou até nós. Isso significa que quaisquer relatos sobre a vida e os feitos dele são de segunda mão, logo, influenciados pelo espírito da época em que foram escritos. Tratam-se, pois, de narrativas fragmentadas, que nos dão apenas uma fração da dimensão e complexidade deste personagem. O Alexandre real se perdeu no momento de sua morte; o que resta dele são o nome e os relatos, representações de um personagem visto por olhos alheios.

Como solução para este problema, devemos considerar, em primeira instância, que as narrativas sobreviventes sobre Alexandre são frutos da recordação de aspectos da sua personalidade. A construção da imagem de um personagem histórico é fruto de um processo de representação, cuja visão pode ser positiva e/ou negativa, a depender da posição que ocupa na memória social. Segundo Roger Chartier,

as representações do mundo, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p. 17).

Como construção social, as representações são permeadas por símbolos e mecanismos de linguagem próprios das sociedades nas quais surgem. Por isso, a representação não é o objeto, mas a descrição deste permeada por mecanismos de linguagem que aferem semelhança entre os dois. Esta relação permite aos grupos sociais dotarem o presente de sentido, construindo as identidades.

Como dissemos, o Alexandre real ficou no passado e, mesmo que tivéssemos acesso a relatos escritos pela mão dele, estes nos dariam apenas uma fração da sua personalidade. Cabe ao historiador reunir os pedaços que restaram desse mosaico e, num esforço, sobretudo interpretativo, reunir estes fragmentos em um traçado que permita compreender, não como ele de fato era, mas como ele foi percebido em períodos distintos.

Este estudo procura entender a escrita das *Historiae* dentro do século I d.C. e, portanto, como as dinâmicas políticas das dinastias Júlio-Claudiana e, posteriormente, Flaviana, influenciaram a visão do autor sobre o modelo de governo. As *Historiae*, embora sejam um documento produzido com o rigor metodológico e cuidados com as fontes esperados de um historiador do século I d.C. (Quinto Cúrcio tem muito cuidado em escolher as fontes consultadas e se manifesta contra divagações muito fantasiosas), também leva as impressões do autor sobre a condução política de Roma.³

É certo que, se considerarmos que o autor teve uma vida longa e produziu sua obra na maturidade, houve tempo mais que suficiente para acumular impressões sobre o papel das magistraturas nos ordenamentos político e jurídico na *urbs*. Assim, suas impressões sobre o exercício do poder são impressas na biografia de Alexandre, que, por si, já emana a *auctoritas* esperadas dos *principes* romanos.

Entendemos que as *Historiae*, além de um relato histórico sobre a vida de Alexandre, perfazem a construção de um modelo de governante a partir das caracterizações de vícios e virtudes do filho de Filipe. A partir dos *exempla* positivos e negativos, o autor molda um *princeps* idealizado que, espera-se, possa trazer ordem a Roma, pacificando-a e zelando pelas tradições e unidade do império.

São quatro as obras que relatam a vida e os feitos do conquistador macedônio. Diodoro Sículo, autor da *Biblioteca Histórica*, é o autor mais antigo, tendo composto sua versão na segunda metade do século I a.C. Quinto Cúrcio, por sua vez, teria escrito sua obra ainda no século I d.C. Por fim, Plutarco (*Vidas Paralelas*) e Arriano (*Anábase de Alexandre*) escreveram suas versões entre os séculos I e II d.C.

A obra de Quinto Cúrcio se diferencia por ser a única escrita em latim. Inferimos, portanto, que se trata de uma obra escrita por um romano para uma elite romana. Ademais, a maioria dos historiadores converge para o século I d.C como o período em que o autor viveu.

³ Ao longo deste estudo usaremos o termo “Roma” como uma referência a toda a extensão territorial, política e administrativa do que se convencionou chamar “Império Romano”. Evitaremos este termo tendo em vista que a definição original de Império (*Imperium*, no latim) se refere a domínio militar, o que, nem de longe dá conta da complexidade da presença romana nas províncias. As referências à cidade de Roma serão dadas de modo a deixar específico que falamos sobre ela e não sobre todo o território.

A data é significativa porque se trata de período particularmente conturbado da história romana, quando as primeiras experiências com o Principado ocorreram.

Ao contrário de outros historiadores latinos, que buscaram na própria história romana os elementos para suas obras, Cúrcio recorre a um dos personagens mais emblemáticos da Antiguidade, a fim de buscar subsídios para o modelo ideal de estadista. De fato, Alexandre foi, e ainda é, objeto de admiração, tendo servido de inspiração para governantes e líderes militares.

O processo de construção da imagem de um personagem, no campo social, é permeado por licenças poéticas, exageros, associações diversas que lhes dão um caráter mítico, quase divino. Mesmo que Quinto Cúrcio teça críticas às falhas no comportamento de Alexandre, os feitos do macedônio parecem ter peso maior que seu caráter volúvel. Para o bem ou para o mal, Alexandre povoou a memória da elite romana, e alimentou o desejo dos governantes da *urbs* em equiparar-lhe os feitos.

Abordar a questão das representações de Alexandre em Roma, por meio do relato de Quinto Cúrcio, permite uma análise das concepções de poder e da governabilidade do Império Romano, pois o monarca se apresenta, na obra de Cúrcio, não como o rei macedônio que era, mas como o modelo de príncipe romano ideal.

Dessa forma, mais importante que traçar um perfil do conquistador macedônio, devemos analisar a obra em si, o período em que foi escrita, ou seja, quais as preocupações daquele momento que poderiam motivar a composição da obra. A representação curciana de Alexandre torna-se, pois, um pano de fundo para um cenário muito mais complexo.

A análise documental foi dividida em três campos: datação do autor e da obra, contextualização histórica e análise do documento. O primeiro capítulo discute a datação da obra. Este tem sido o problema historiográfico mais relevante entre os historiadores que se dedicaram a discutir as *Historiae* e, pelo menos desde o século XIX pesquisadores procuram determinar o período de escrita do documento.

Embora não haja consenso, o debate converge para o século I d.C., sendo os Principados de Cláudio e Vespasiano, portanto, entre 54 d.C. e 79 d.C., o período de maior aceitação. Trata-se de uma datação significativa, visto que, neste período, Roma ainda vivia suas primeiras experiências com o Principado (os dois foram, respectivamente, o quarto e o nono *principes*). Este interregno, entretanto, é bastante impreciso para delimitar a composição da obra, dado que o período foi politicamente conturbado.

Há igualmente discussão bastante prolífica sobre os possíveis candidatos à autoria das *Historiae*, visto que nenhuma informação objetiva sobre o autor nos chegou e, as referências ao trinômio *Quintus Curtius Rufus* são esparsas na documentação romana.

Definir uma datação para as *Historiae* é necessário, a fim de que se entenda o contexto político por qual Roma passava no momento em que o autor se propôs a escrever a obra. Mesmo que o modelo de governante proposto por Quinto Cúrcio seja adequado a qualquer *princeps*, como se se tratasse de um manual para governar, a definição permite entender o momento político que, bem ou mal possa ter motivado a composição do documento.

Definida a datação da obra, o segundo capítulo se aterá à contextualização do período histórico. A esta discussão, acrescentemos os eventos que desencadearam as mudanças no sistema político Romano, a partir do final do século I a.C., com a centralização progressiva do poder nas mãos do *princeps*.

Este capítulo perpassa a crise da República no século I a.C. e as guerras civis que culminaram com a aclamação de Augusto como *princeps*, em 27 a.C., evento que oficialmente marca temporalmente o início do Principado. Este capítulo discute como este sistema de governo se consolida pelos séculos seguintes, conferindo unidade a Roma, mesmo com a aparente instabilidade nas questões sucessórias e a violência com a qual os *principes* eram substituídos, quando perdiam sua base de apoio.

Por fim, trataremos sobre como o exército foi gradualmente se transformando, à medida que Roma se expandia, e como as reformas militares, de Sêrvio Túlio a Caio Mário, resultaram na conquista de poder e de negociação de comandantes e suas legiões, a ponto de pesarem a balança política em Roma.

O terceiro capítulo realiza a análise documental propriamente dita. O objetivo é entender como os aspectos da personalidade de Alexandre são ressaltados por Quinto Cúrcio Rufo, construindo, portanto, a imagem idealizada do *princeps*. As adjetivações de caráter presentes nas *Historiae* compõem um traço marcante na obra. Ao descrever traços da personalidade do monarca, o autor define, por meio dos *exempla*, que traços de caráter estão adequando ao bom e ao mal governante.

Alexandre é analisado, sobretudo, pela perspectiva do general. Aqui nos referimos à habilidade do rei em comandar exércitos, estabelecer estratégias, normalmente contra adversários mais numerosos, mobilizar tropas antes e depois das batalhas, bem como seu relacionamento com seus generais. O monarca é o general por excelência, tendo sido bem

sucedido em toda sua vida, seja a serviço do pai, Filipe, ou como rei dos macedônios em suas campanhas no Oriente.

Sob o ponto de vista das relações políticas, analisamos como se deu a relação de Alexandre diante de reis estrangeiros e seus companheiros mais próximos, em situações não militares. De que modo ele emprega a diplomacia para cooptar os governantes vencidos para seu projeto expansionista; como lida com os atritos na relação com os generais e em que circunstâncias perdoa ou pune as faltas cometidas contra ele.

Para tanto, a análise do terceiro capítulo se inicia com a discussão sobre a imagem alexandrina como símbolo de poder na Antiguidade. Quanto às obras literárias sobre o conquistador macedônio, todas aquelas que sobreviveram ao tempo pertencem ao período romano, o que nos deixa forte indício sobre a relevância de sua imagem naquele período histórico.

Quando mencionamos as adjetivações de caráter do Alexandre de Quinto Cúrcio, é preciso entender que as *Historiae* narram uma gradual mudança no caráter de Alexandre, uma vez que o exército macedônio avança sobre a Ásia. A derrota definitiva de Dario em Gaugamela é o marco que define a gradual entrega do espírito do monarca aos vícios.

Apesar de o monarca ter-se declarado filho de Júpiter, Quinto Cúrcio o retrata como homem. Como tal, Alexandre é movido pela força de seu caráter. Neste momento, a pesquisa avalia como ele evita ou se entrega aos excessos do corpo, como se apresenta socialmente e sua relação ambígua com os costumes gregos e estrangeiros.

Para tal, dividimos a obra em duas Pêntades: a primeira, compreendendo os Livros III a V, que narram efetivamente a campanha contra o Império Aquemênida e demonstram um Alexandre virtuoso, tomado pela *clementia*, *prudentia* e *moderatio*, adjetivos romanos que servem para caracterizar as virtudes daquele monarca, mas também dos *principes*.

A Segunda Pêntade compreende os Livros VI a X, que narram a consolidação do poder macedônio sobre a Ásia, a Campanha contra a Índia e a morte do monarca na Babilônia. Estes Livros descrevem como Alexandre se entregou aos vícios, adotou os costumes e indumentárias persas e quis se fazer adorar como se fosse um deus. Os vícios aqui descritos são a *ira*, *saevitia*, *superbia*, adjetivações a que os *principes* também estavam sujeitos, sobretudo, quando se deixavam levar pelo próprio poder.

Naturalmente, devemos considerar interseção entre estes modelos de virtudes e vícios. Nas imagens de Quinto Cúrcio, Alexandre foi capaz de grandes feitos, mas também cometeu grandes crimes. Demonstrou em um momento, absoluto autocontrole sobre as paixões para, em seguida, se entregar aos prazeres mundanos. Foi implacável contra seus

inimigos, porém igualmente generoso para com os vencidos. Ora, o caráter ambíguo e imprevisível de seus atos não o diferenciou dos demais homens, mas tomou proporções maiores dada sua importância como rei dos macedônios e dos persas.

A entrega de Alexandre aos vícios de caráter é evidenciada nos momentos que ele tentou fazer valer sua autoridade sem a devida consulta a seus pares. Estas irracionalidades, sob a visão do autor, aparecem justamente porque se desconsiderou o processo de negociação do *princeps* como governante e como general.

Da mesma forma, seus atos mais nobres e acertados ocorrem quando ouve as vozes de seus conselheiros. Evidentemente, como monarca, cabe a ele a prerrogativa da palavra final, mas o processo de negociação entre o soberano e seu círculo (ou entre *princeps* e Senado se transportarmos o exemplo para Roma) existe como uma demonstração de respeito e reconhecimento da *auctoritas* da ordem, da qual deriva a *auctoritas* do governante.

A imitação, ou emulação de Alexandre ou de qualquer outro *exemplum*, está vinculada ao processo de ensinamento do governante. Portanto, é necessário enfatizar os vícios e as virtudes. Evidenciar a fronteira entre ser um bom ou mau governante. Em Quinto Cúrcio e em Roma, esta fronteira é a capacidade de negociação com seus pares.

Por fim, concluímos nossa argumentação ao analisar o propósito das adjetivações de caráter atribuídas a Alexandre. Com quais características Quinto Cúrcio descreve este personagem e em que contexto? Ao fim de sua vida, Alexandre pôde ser considerado um grande rei ou um tirano? Como estas virtudes e vícios descritos em um rei macedônio se encaixam na realidade romana e como influenciaram as magistraturas a seguirem este modelo de virtudes? De que forma as *Historiae* refletem uma preocupação da elite em buscar um ordenamento político e jurídico a Roma durante o conturbado século I d.C.

Assim, sugerimos que esta pesquisa contribua com a compreensão do que foi o Principado Romano no século I d.C. e, como, no contexto de disputas políticas pelo comando de Roma, a imagem de Alexandre, o Grande, surge como um guia para os aspirantes a *princeps*. Inspirando estes homens a emular os feitos e provocando uma reverência a esta figura comparável a pouquíssimos personagens em toda a Antiguidade.

CAPÍTULO 1- SOBRE QUINTO CÚRCIO E SUA OBRA

A obra de Quinto Cúrcio, mais do que qualquer documento sobre Alexandre que já tivemos acesso, nos apresenta problemas historiográficos, ainda, sem solução. Sabemos, pois, que a obra está repleta de lacunas, sendo que os Livros I e II estão perdidos, nos privando de um possível prefácio que lançasse luz às sombras. Isso significa que qualquer identificação precisa sobre o autor se tornou impraticável. Além disso, os Livros V, VI e X possuem lacunas, o que significa perda de informações importantes, do ponto de vista histórico, e quebra na narrativa do autor.

Também não podemos afirmar muito sobre a relevância da obra de Cúrcio para o período em que foi escrita. Comparada às outras narrativas do Mediterrâneo Ocidental e Oriental sobre Alexandre, a de Quinto Cúrcio parece ser, particularmente, obscura. As obras de Plutarco (*Vidas Paralelas*), Arriano (*Anábase de Alexandre, o Grande*) e Diodoro Sículo (*Biblioteca Histórica*, Livro XVII) foram citadas por outros autores romanos. Pompeu Trogo, cujas *Histórias Filípicas* se perderam para nós, foi citado, via epítome, nos *Prólogos* de Marco Justino, no século II d.C.

Nenhuma obra romana conhecida cita diretamente as “*Historiae Alexandri Magni*”⁴ de Quinto Cúrcio. É bem verdade que o autor foi apreciado durante a Idade Média e Renascença por sua narrativa fluida e exercícios de retórica e pode até ter contribuído para a preservação do imaginário sobre Alexandre nos séculos seguintes ao fim do Império Romano (os livros sobreviventes foram reproduzidos e preservados em códices, alguns datando do século IX), mas este não é um paralelo que encontramos no Mundo Antigo, de sorte que o verbete sobre o autor na *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft* (RE) aponta que este “não gozava de reputação especial na Antiguidade” (RE, Vol. IV, 2, 1901).

As narrativas sobre os feitos de Alexandre chegaram aos romanos por meio da literatura grega e foi introduzida em Roma, sobretudo, como sinônimo de poder. Sua condição de herói fazia dele um modelo desejável, em especial depois da conquista da Península Itálica e das lutas contra Cartago. O jovem rei macedônio que, antes dos 35 anos conquistou metade do mundo conhecido, tornou-se um exemplo a ser imitado. De acordo com Marilena Vizentin (2009, p. 161),

⁴ Neste estudo, optamos nos referenciar a obra ao longo do texto, sem extrairmos uma passagem específica, pelo seu nome abreviado em latim, *Historiae*.

a História de Alexandre segue os testemunhos, por vezes divergentes, dos companheiros e dos historiadores de Alexandre (Calístenes, Aristóbulo, Ptolomeu, Clitarco, Onesícrito e Nearco, de cujas obras restaram apenas fragmentos), e seu objetivo tem sido motivo de grande discussão entre os estudiosos. Para alguns, como Lana (1949) e Summer (1961), a obra teria sido composta como uma crítica à tendência orientalizante e despótica de Calígula, que gostava de se apresentar como um novo Alexandre (hipótese a que se insurgiu Milns (1966)); para Stroux e Tarn (1939; 1948, 1950), seria o retrato peripatético de Alexandre. Giacone (1977), por sua vez, acredita que a obra de Cúrcio teria uma finalidade retórica, com fins práticos e moralizantes; e, finalmente, Grimal (1994) vê na História de Alexandre uma advertência contra a vertente monárquica do Principado, aproximando-se, assim, de algum modo, das teses defendidas por Lana (VIZENTIN, 2009, p. 161).

As discussões historiográficas sobre a datação da obra de Cúrcio se iniciam no século XIX, sendo o maior expoente do debate o francês Simon Noël Dosson, cujo *Étude sur Quinte Curce* (1887) foi, por muito tempo, a maior referência sobre o autor. As percepções dos historiadores sobre a obra variaram com o tempo. O século XX foi relativamente farto de publicações sobre o autor mesmo que, conforme relata Elizabeth Baynham, os estudos sobre Quinto Cúrcio foram “caracterizados não só por apatia, mas, nos casos mais extremos, hostilidade direta” (2007, p. 5).

Talvez a característica mais marcante da “História de Alexandre, o Grande” seja o idioma em que foi escrita. Das narrativas sobre o conquistador macedônio sobreviventes da Antiguidade, apenas a obra de Quinto Cúrcio foi escrita em latim. Em um universo de autores em que o grego foi escolhido para a composição do documento, a opção pela língua mãe de Roma é bastante significativa, podendo indicar direcionamento a um público.

De fato, estamos falando de um autor pouco conhecido, cuja relevância na sociedade romana não pode ser comprovada pela documentação. Ainda assim, ele nos provê um dos relatos mais instigantes sobre a vida e os feitos de Alexandre. Instigante não pelo impacto que causou e certamente não pela narrativa fidedigna, mas pelo valor histórico intrínseco que nos leva a questionar os motivos de sua escrita, estilo, retórica e, mais importante, o contexto de produção.

1.1 DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE A DATAÇÃO DA OBRA

O debate historiográfico sobre o período aproximado de composição das *Historiae* converge (e esta é a única unanimidade entre os historiadores) para o período Imperial. Em mais de 100 anos de discussão, os estudiosos tentaram delimitar, sem sucesso, o período da provável composição da obra. Dosson que, por muito tempo foi a principal referência deste debate, foi também um dos primeiros a reconhecer as dificuldades em se estabelecer uma data precisa. De acordo com o autor (1987, p. 19):

É difícil dizer. Todos os cientistas estão praticamente de acordo em considerar Quinto Cúrcio como um escritor do Império, mas divergem muito quando se trata de determinar com mais precisão o tempo de sua vida e a data da publicação de seu trabalho (DOSSON, 1987, p. 19).

A definição pelo Império como período provável de composição é fortuitamente retirada da obra do autor, no Livro X (CÚRCIO, *Histórias*, Livro X, 9, 1-6)⁵, um elogio retórico⁶ que alude a uma paz duradoura conquistada após um período de conflito interno, da qual um Príncipe ordenador assume como governante único de Roma. Nas palavras do historiador,

o destino já trouxera a guerra civil ao povo macedônio, já que muitos aspiravam ao poder real, que é indivisível. Assim, começou com um violento choque de forças; então dispersam e, encontrando-se o corpo sobrecarregado com mais cabeças que poderia suportar, os membros restantes começaram a vacilar e do império, que poderia manter-se em pé apenas sob o comando de um, entrou em colapso quando muitos tentaram controlá-lo. Portanto, com todo o direito e com todo o mérito, o povo romano reconhece que deve sua salvação ao seu Príncipe, que, como uma nova estrela, iluminou a noite que parecia ser a última. Foi, por Hércules, o aparecimento desta estrela e não a do Sol que devolveu a luz ao mundo mergulhado na escuridão, quando, privados de sua cabeça, os membros, em discórdia, começaram a tremer. Quantos incêndios ele apagou então! Quantas espadas embainhou! Que grande tempestade se dissipou, trazendo uma súbita calma! Assim, o império não só reverdece, mas floresce. Se os deuses não se opuserem o reino atual continuará a descendência desta casa, se não para sempre, pelo menos por

⁵ Para fins de organização dos parágrafos, optamos por utilizar as referências completas à documentação apenas nas citações de recuo. Ex. (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, I 1, 1-1). Para citações dentro dos parágrafos, optamos por usar uma referência abreviada qual seja: (CÚRCIO, *Histórias*, I,1, 1-1); ou, quando o nome do autor já constar no parágrafo (*Histórias*, I,1, 1-1).

⁶ A passagem do Livro X é frequentemente chamada de “panegírico” pelos historiadores. Neste estudo evitaremos o termo. Panegírico é gênero literário que presta homenagem direcionada a uma pessoa. Dado que excerto do Livro X não se refere abertamente a uma figura, entendemos que este não se encaixa como tal. Em substituição, usaremos os termos “elogio retórico” ou, simplesmente, “passagem do Livro X” e equivalentes.

um longo tempo (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro X, 9, 1-6).

O caos representado pelo vazio de poder deixado no império macedônio após a morte de Alexandre encontra, pois, na narrativa curciana, seu contraponto na história romana. No primeiro exemplo, as disputas de poder entre os generais do falecido rei (os membros em discórdia, *discordia membra*) acabam provocando o colapso da enorme estrutura política e territorial construída em pouco mais de 10 anos de conquistas.

A contrapartida romana, por sua vez, expõe o ordenamento político após o período de caos. O imperador, neste caso, aquele a quem Cúrcio se dirigia, assume as rédeas do Império após um período de incertezas, como uma “nova estrela” (*novum sidus*), “iluminou a noite que parecia ser a última”, acaba com os conflitos internos, permitindo o reflorescimento do Império.

1.1.1 Definição do *Terminus Ante Quem Non* e *Terminus Post Quem Non*

O período imperial é, portanto, nosso ponto de partida. Assim, definimos assim o *Terminus Ante Quem Non*, visto não podermos admitir a composição do documento como anterior ao Principado de Augusto (27 a.C. a 14 d.C.). As tentativas de definir sob qual governo Quinto Cúrcio escreveu variam do período augustano ao governo de Constantino, no século IV d.C., um intervalo de pouco mais de quatro séculos, dentro do qual a maioria dos imperadores viveu.

Os primeiros anos do Principado foram, de fato, marcados por profunda transformação social e política em Roma. As instituições republicanas foram mantidas, mas também adequadas à realidade política consolidada com a aclamação de Augusto como *princeps* e *imperator*. Ademais, o Império passaria a viver um período de relativa paz interna, após anos de guerra civil. Não por acaso Korzeniewski (1959) defende a candidatura do herdeiro de César, como sendo o governante sob o qual Cúrcio viveu e escreveu sua obra.

A delimitação em Augusto, sem dúvida, tem certo apelo, sobretudo, considerando o roteiro de sua ascensão ao poder, bem como a presumida paz estabelecida durante seu Principado.⁷ Korzeniewski atribuiu paralelo entre a crise sucessória, após a morte de

⁷ A ideia de paz durante o Principado de Augusto é usada aqui com ressalvas. Embora a imagem de governo pacificador seja recorrente na documentação oficial, Augusto enfrentou resistências, tendo inclusive de lidar com supostos conspiradores, como, por exemplo, Fânio Cépio e L. Licínio Varro Murena (Southern, 1998, p.73).

Alexandre, com o estabelecimento do Segundo Triunvirato, depois de o assassinato de César, em 43 a.C.

Por exemplo, Otávio [Augusto] era a ‘cabeça’ que Roma encontrou; a associação no livro X entre Pérdicas, Meléagro e Filipe é similar ao Triunvirato de Antônio, Otávio e Lépido. A ‘nova estrela’ se refere ao próprio Otávio, por sua associação com Júlio César, o *sidus Iulim* (BAYNHAM, 2007, p. 211 e 212).

Filipe Arrideu era filho de Filipe e de uma cortesã de nome Filina de Lárissa e, portanto, meio-irmão de Alexandre. Após a morte do monarca macedônio, duas facções se formaram para disputar o trono: a primeira, comandada por Pérdicas, um dos diádocos e comandante da cavalaria, apoiava a aclamação do filho, ainda não nascido, de Alexandre e Roxana. A coroação de uma criança meio-persa, entretanto, era mal vista entre os macedônios e outra facção, comandada por Meléagro, comandante da infantaria, se formou em apoio a Arrideu.

Ora, após a morte de Heféstion (general e melhor amigo de Alexandre), Pérdicas assumira o posto de segundo em comando, tendo se tornado o regente do império macedônio após a morte do monarca. Com a crise sucessória, que beirou à violência, estabeleceu-se como solução que Arrideu seria aclamado rei, enquanto ele assumiria como regente. Meléagro assumira como lugar-tenente, o que não impediu que Pérdicas o assassinasse e a seus partidários em 323 a.C.

Plutarco afirma sobre Filipe Arrideu que ele;

tinha as faculdades reduzidas como resultado de uma doença, mas que não ocorreu de forma natural ou espontânea. Diz-se que quando criança ele mostrava sinais de caráter nobre e afável, mas Olímpia o fez perder com a ajuda de drogas, perturbando-o (PLUTARCO. *Vidas Paralelas, Alexandre e César VI, 77, 7-8*).

Quinto Cúrcio também cita o sucessor de Alexandre no Livro X, mas não menciona a suposta doença mental do monarca. Ao contrário, menciona sua nobreza de caráter ao tentar mediar o conflito entre as facções que disputavam o protagonismo da sucessão ao trono macedônio, assim:

Ao ouvir o tumulto, Filipe saiu do palácio e lhes disse: não há nenhuma necessidade de uma revolta, pois o prêmio disputado pelos competidores será daqueles que permanecerem de mãos dadas. Recordem também que estão enfrentando compatriotas aos que, se lhes arrancarem a esperança de reconciliação, os empurrarão a uma guerra civil. Tentemos acalmá-los com uma segunda embaixada. Por outro lado, creio que, por ainda não ter sido sepultado o cadáver de nosso rei, todos se unirão na hora de lhe render honras fúnebres. Sobre o que me diz respeito, prefiro devolver-lhes o comando que ostento antes de exercê-lo ao preço do sangue de meus compatriotas e, se não há nenhuma esperança de chegarmos a uma reconciliação, rogo-lhes, elejam outro mais digno que eu. Depois, com lágrimas nos olhos, tirou a diadema da cabeça e a estendeu com a mão direita sobre a multidão caso alguém se considerasse mais digno e a quisesse tomá-la. Palavras tão comedidas provocaram no auditório uma extraordinária esperança no caráter de Arrideu, que até aquele momento, havia permanecido ofuscado pelo resplendor de seu irmão. E, por isso, todos sem exceção começaram a rogar-lhe que pusesse seu plano em prática. Voltou a enviar de novo a mesma embaixada, portadora da petição de que aceitassem Meléagro com terceiro em comando (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VII, 18, 27-31).

Tenha ou não sofrido de uma doença que lhe prejudicara a razão, o fato é que Filipe Arrideu não manteve o trono por muito tempo, nem teve voz de comando suficiente para se destacar no turbilhão político que se seguiu à morte de Alexandre. O poder foi efetivamente exercido por Pérdicas, mas este foi assassinado em 321 a.C., abrindo caminho para a divisão efetiva do império macedônio entre os diádocos

Sendo assim, a candidatura de Augusto, defendida por Zumpt e Korzeniewski, não encontra eco entre os demais historiadores pela fragilidade da comparação da sucessão macedônia com o Segundo Triunvirato. Filipe Arrideu, um rei fantoche, dificilmente seria comparado a Augusto, da mesma forma que Meléagro a Lépido. Ademais, historiadores concordam que há uma clara influência de Tito Lívio, autor do século I d.C., no estilo de Quinto Cúrcio,⁸ o que sugere que o autor tenha escrito num período posterior, quando o Principado já havia se firmado como regime de governo em Roma.

Outros aspectos da obra, no entanto, parecem iluminar nosso caminho: Quinto Cúrcio não escreveu sob o governo de qualquer imperador, mas de um que assumiu a magistratura em um momento de crise, trazendo ordem a Roma, ou seja, cumprindo com seu papel de ordenador e guia do povo, garantindo um período de paz interna, conforme nos relata Francisco Pejenaute Rubio:

⁸ Tito Lívio (59 a.C. – 17 d. C) procurou contar em sua obra *Ab Urbe Condita* (Desde a fundação da cidade) a História de Roma, desde sua fundação mítica. J. Costas Rodriguez (1980, p. 193) compara as obras de Lívio e Quinto Cúrcio e encontra, em especial, a correspondência de 340 palavras em comum.

Do texto, parece que se podem depreender as seguintes deduções: 1ª, a obra foi escrita sob o governo de um imperador; 2ª, este chegou ao poder em um momento crítico para Roma; 3ª, o Príncipe em questão trouxe luz às trevas, apagou os focos de incêndio, embainhou as espadas, evitando (a comparação ao que ocorreu ao Império de Alexandre não deixa espaço para dúvidas) a guerra civil; 4ª, Roma está florescente e não tem por que temer o futuro, pois o imperador mencionado tem uma descendência ‘da mesma casa’, que garante a continuidade se não para sempre, ao menos por muito tempo (PEJENAUTE RUBIO 1986, p. 9).

Entretanto, mesmo estas deduções não delimitam nosso universo. Uma infinidade de imperadores governou sob estas características. Augusto ascendeu ao poder em 27 a.C., após anos de guerra civil. De Augusto a Teodósio, dezenas de imperadores assumiram em circunstâncias semelhantes: Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Vespasiano, Nerva, Adriano, Septímio e Alexandre Severo, Gordiano III e Constantino, todos se apresentaram com a imagem de Príncipes ordenadores, sendo mais ou menos bem sucedidos. “Nestas condições não é estranho que se tenha chegado a pensar que a obra poderia ter sido escrita por um falsário da época medieval” (PEJENAUTE RUBIO 1986, p. 9).

Sumner (1962, p. 33) argumenta que as *Historiae* seriam, na verdade, uma forma inteligente de o autor atacar Calígula em segurança, ao disfarçar a deterioração de caráter do imperador sob a figura de Alexandre. Ora, Caio César Germânico, o Calígula, iniciara bem seu governo, mas gradualmente se convertera num tirano. Seu governo, famoso pelos excessos, terminou com seu assassinato pela Guarda Pretoriana e a aclamação de Cláudio, em 41, d.C.

A hipótese de Sumner é tentadora. Mais de um autor romano descreve a extravagância de Calígula em se apresentar em público como Alexandre.⁹ O imperador alegadamente teria recuperado a couraça do rei macedônio do túmulo e costumava se apresentar vestido com ela. Dião Cássio (História Romana, Livro LIX, 16: 3) relata que, em certa ocasião, o príncipe mandara construir uma ponte flutuante, usando barcos, entre os portos de Baías e Putéolos, na qual percorreu de carruagem ostentando a suposta couraça, hora sozinho, hora acompanhado de uma multidão de soldados armados ou de um jovem parto, de nome Dario, que era refém em Roma.

⁹ Para referências à apresentação de Calígula como Alexandre, ver Suetônio em *A Vida dos Doze Césares*, Livro IV, 52 e Dião Cássio, *História Romana*, Livro LIX, 16: 3.

A teoria, contudo, apresenta alguns problemas: em primeiro lugar, esta não é uma situação que encontra coró em nenhuma obra da Antiguidade. Os autores tinham muito cuidado em falar de um imperador vivo, pois uma palavra errada poderia custar-lhes a vida. Dessa forma, conforme demonstrou Tácito, enquanto os imperadores eram vivos, os relatos sobre eles eram “falseados pelo terror e, após sua morte, escritos sob a irritação de um rancor recente” (TÁCITO, *Anais* I, 1-5).

Segundo R. D. Milns (1966, p. 502), as *Historiae* são uma obra muito bem elaborada e rica em detalhes para ser apenas um ataque a um imperador. Tal alegoria necessitaria uma identificação imediata entre o objeto e a imagem que se faz dele, o que não é evidente. Pouco provável que algum romano tenha feito tal correlação. Assim,

Se tal ataque alegórico a Caio tivesse sido o motivo de Cúrcio ter escrito, ele certamente teria feito seu trabalho de tal maneira que ficasse imediatamente aparente – ou pelo menos, com pouca dificuldade – que sua história não era realmente de Alexandre, mas um ataque a Caio sob o disfarce de Alexandre (MILNS, 1966, p. 502).

Os defensores desta hipótese argumentam que a expressão *caliganti mundo* (Livro X, 9-4) seria um jogo de palavras com o apelido do imperador. Importante lembrar que Calígula era um apelido de infância e, apenas brevemente, mencionado pelos historiadores romanos. Em vida, o filho de Germânico era conhecido por seu *praenomen Gaius* e assim ele é citado em todos os documentos, mesmo os desfavoráveis. Além disso, *caligare* (escurecer) e *caliga* (sandálias) têm origens bastante diferentes.

A passagem do Livro X convergiu o debate para o século I d.C., mais precisamente entre os Principados de Cláudio e Vespasiano, portanto, entre 54 d.C. e 79 d.C. Este é o período em que Roma ainda vivia suas primeiras experiências imperiais (os dois foram, respectivamente o quarto e o nono imperadores) e, por consequência, de grande turbulência política, mas sem que houvesse ameaça direta ao sistema de governo.

Ora, Cláudio ascende ao poder em 41 d.C., logo após o assassinato de seu sobrinho Calígula e uma tentativa frustrada do Senado em restaurar a República. O *princeps* governou por quatorze anos e garantiu a sucessão, ainda que a contragosto de um de seus herdeiros, Nero, em 54 d.C. (SUETÔNIO, *A Vida dos Doze Césares, Claudio*, 43).¹⁰

¹⁰O autor afirma que, ao fim da vida, Cláudio mostrou arrependimento em ter desposado Agripina e adotado o filho dela, Nero.

Da mesma forma, Vespasiano ascende como imperador, depois de um ano de guerra civil no qual saiu vitorioso ao derrotar Aulo Vitélio na Segunda Batalha de Cremona, em 69 d.C. Seu governo conseguiu pacificar o Império depois de um ano de conflitos desencadeados após o suicídio de Nero, no ano anterior. Ele igualmente garantiu a sucessão de seus dois filhos, Tito, entre 79 d. C e 81 d.C., e Domiciano, de 81 d.C. a 96 d.C.

Os partidários de Cláudio argumentam que a passagem no Livro X se encaixa com o momento de sua ascensão ao Principado. A “noite que parecia ser a última” é interpretada como os eventos que sucederam ao assassinato de Calígula e interrompidos pela aclamação do novo *princeps* pela guarda Pretoriana. A guerra civil citada não é entendida em sentido estrito, mas a uma “potencial deflagração de guerra civil” (BAYNHAM, 2007, p. 206).

Algumas questões, contudo, podem ser levantadas contra a candidatura de Cláudio. A revolta de Escriboniano em 42 d.C., embora tenha durado apenas cinco dias e suprimida localmente pelas próprias legiões, foi tratada como guerra civil por Suetônio, logo, ameaça direta ao poder imperial: “Fúrio Camilo Escriboniano, seu legado na Dalmácia, fomentou guerra civil” (SUETÔNIO, *Claudio*, 13). Como na passagem do Livro X, a revolta configura a presença de *discordia membra*, mas pouco provável que se encaixe no aparecimento de uma *novum sidus*.

A fim de melhor delimitar a data de produção da obra, Dosson (1887, p. 34), a partir do discurso de Amintas, no Livro VII(1, 18-40), faz associação à defesa do general acerca de sua associação a Filotas, a de Marco Terêncio a respeito de Lúcio Élio Sejano, como citado em Tácito (*Anais* VI 8). Amintas foi um dos generais de Alexandre e amigo de Filotas, um dos *Hetairoi* do rei macedônio. Quando Filotas fora executado por participação (ou conivência) em suposto plano para assassinar Alexandre, Amintas foi levado a julgamento. O discurso de defesa do general, atribuído a ele por Cúrcio Rufo, não nega a amizade com Filotas, mas sua participação na trama. Diz o excerto:

Nossa amizade com Filotas era tal que não a negarei. Confesso mesmo que a buscamos e dela tiramos grandes benefícios. Estranhais que tenhamos cultivado a amizade do filho de Parmênion (que, por vossa vontade, era seu amigo mais próximo), superior a quase todos os seus amigos? (...) Para vossa recomendação, chegamos a esse grau em amizade. Ele teve tanta influência convosco que nós não apenas solicitamos seus favores, mas também temíamos sua irritação. Se nós, quase sob a ameaça de sermos flagelados, juramos ter, sob suas ordens, por amigos e inimigos a quem tínheis por tal, ao estarmos ligados como estávamos por este compromisso, nos oporíamos a quem fora objeto de todas as suas preferências? Consequentemente, se isto é um crime, poucos inocentes tereis. O que eu disse? Por Hércules, nem um só, porque todos queriam ser amigos de Filotas! Mas nem todos que queriam

sê-lo podiam; assim, se não fazeis diferença entre cúmplices e amigos, não podeis distinguir entre amigos e aqueles que queriam ser amigos (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VII 18, 27-31).

Da mesma forma, Tácito relata a defesa de Marco Terêncio, cidadão membro da ordem equestre, que, imputado por sua relação com Sejano, Prefeito do Pretório que conspirara contra Tibério, em vez de “hipocritamente repudiar a amizade de Sejano, ousou, quando interpelado naquele local, afirmá-la com a seguinte declaração ao Senado” (TÁCITO, *Anais* VI 8: 1):

Na minha posição, talvez seja menos minha vantagem reconhecer que negar a acusação, mas, seja qual for a questão, admitirei que era amigo de Sejano, que busquei ansiosamente sê-lo e fiquei encantado quando tive sucesso. Vi-o colega de seu pai no comando das coortes pretorianas e, posteriormente, combinando os deveres da vida civil e militar. Seus parentes e conexões eram repletos de honras, a intimidade com Sejano era em todos os casos uma recomendação poderosa à amizade do imperador. Ao contrário, a quem ele odiava, tinha de lutar contra o perigo e a humilhação. (...) pretendo me defender por minha própria conta e risco. Não era realmente Sejano dos Vulsínios, era membro das casas Cláudia e Júlia, nas quais ele havia assumido posição por sua aliança matrimonial, era seu genro, César, seu parceiro no consulado, o homem que administrou suas funções políticas, a quem cortejamos. Não é para nós criticar alguém que pode se levantar acima de todos os outros, ou seus motivos para fazê-lo. O céu te confiou com a decisão suprema de assuntos e para nós ficou a glória da obediência. E, novamente, vemos o que acontece diante de nossos olhos, em quem é a quem você concede riquezas e honrarias, que são as mais poderosas para ajudar ou prejudicar. Que Sejano era tal, ninguém vai negar. Explorar os pensamentos secretos do Príncipe ou qualquer um de seus planos ocultos é proibido, algo perigoso, tampouco se segue que alguém possa alcançá-los. Não pensem, senadores, apenas no último dia de Sejano, mas em seus dezesseis anos de poder. Nós realmente adoramos *Satrius* e *Pomponius*. Ser conhecido até mesmo por seus libertos e porteiros era algo muito grandioso. Qual é então minha intenção? É que este pedido de desculpas possa ser oferecido a todos, sem diferença e discriminação? Não é para ser restringido dentro dos limites adequados. Deixem as tramas contra o Estado, intenções assassinas contra o Imperador serem punidas. Quanto à amizade e suas obrigações, o mesmo princípio deve absolver tanto a você como a César e a nós (TÁCITO, *Anais* VI 8).

A semelhança entre as passagens indica que um autor teria se inspirado em outro ao reescrever na boca de Amintas, o discurso de Terêncio. A prudência, o desequilíbrio nas evidências documentais e a presumida relevância de Tácito sobre Cúrcio nos levariam a acreditar que este tenha se inspirado naquele. Esta não é a opinião de Bosworth (2004, p.

566), que atenta para a produção tacitiana como posterior, tendo apontado paralelismos entre um e outro.

Ora, Tácito iniciara sua *Cursus Honorum* sob Vespasiano, tendo vivido e atuado até o século II d.C., já sob o governo dos Antoninos. Quinto Cúrcio é frequentemente citado como tendo vivido entre os Principados de Cláudio e Vespasiano. Esta não é, portanto, hipótese a ser descartada, visto que o próprio Tácito menciona um Cúrcio Rufo, conforme analisaremos adiante.

Definido o *Terminus Ante Quem Non*, devemos fechar nossa linha temporal pela definição de um *Terminus Post Quem Non*, ou seja, o período limite para a produção do nosso documento. Novamente não há consenso entre os historiadores nesta questão. Embora as tentativas de datação com frequência não ultrapassem o século III d.C, os argumentos possuem suas fragilidades, embora estas não devam ser analisadas isoladamente. Como veremos a seguir.

a) *As referências ao Império dos Partos*

Das referências no documento que nos apontam um fechamento temporal, as citações de Quinto Cúrcio ao Império Parto é a mais recorrente. Encontram-se nas seguintes passagens: Estão em IV 12, 11 (“cerravam fileiras os bartieus, que habitavam as terras que agora possuem os partos emigrados da Cítia”); V 7,9 (“os reis macedônios tiveram em seu poder outras cidades que agora estão em poder dos partos”); V 8, 1 (“Este já havia chegado a Ecbátana, capital da Média, agora está em poder dos Partos e seus reis a tem como residência de verão”); VI 2, 12 (“Dali chegaram à Pártia, povo então desconhecido e agora o principal de todos os povos que, situados mais além do Eufrates e do Tigre, limitam com o Mar Vermelho”).

O Império Parto foi conquistado entre 226 e 227 d.C. por Artaxes I, rei persa fundador da dinastia Sassânida. A hipótese mais aceita, neste caso, foi levantada em 1841 por Müttel (1841, p. 47), segundo o qual Quinto Cúrcio não poderia ter escrito sua obra após o ocaso daquele Império, tendo vivido e atuado, no máximo até a terceira década do século III d.C.

Em oposição a esta hipótese, Rufus Fears, em seu artigo “*Parthi in Q. Curtius Rufus*” (1974), questiona as referências aos Partos como um *Terminus Post Quem Non*. “A objeção mais óbvia a esta visão é que *Persae* e *Parthi* são usados de forma intercambiável pelos autores do terceiro e quarto séculos. Festo, Amiano Marcelino e os panegiristas latinos usaram

os dois termos como sinônimos. O conteúdo dessas passagens em Cúrcio não contradiz o mapa político de nenhum período da história imperial romana. É possível que o próprio Cúrcio seja responsável por esta informação, mas ele pode ter simplesmente copiado estas afirmações, inclusive as referências aos *Parthi*, textualmente de sua fonte” (FEARS, 1974, p. 624).

Persiae e *Parthi* são termos recorrentes nas *Historiae* de Quinto Cúrcio. O uso do primeiro é muito bem definido, sendo empregado para identificar o Império Aquemênida. O segundo seria mais obscuro, conforme a interpretação de Fears. Teria o autor usado *Parthi* com o intuito de se referir ao Império Sassânida? A passagem no livro VI, que menciona os Partos como povo desconhecido (*gens ignobilis*), parece indicar que não. Fears, no entanto, argumenta que esta diferenciação talvez não fosse tão clara entre autores da Antiguidade Tardia, nomeadamente Amiano Marcelino (*Res Gestae* XXIII 6, 2-6 e XXXI 2, 20), que claramente atribui o termo *Parthi* ao Império Sassânida.

As evidências apontadas por Fears parecem, quando muito, circunstanciais. Atkinson (1980, p. 20 - 23) argumenta sobre a clara diferenciação entre *Persiae* e *Parthi* por Quinto Cúrcio, o qual refere ao Império Parto como a força dominante no Oriente naquele momento. Segundo BAYNHAM (2007, p. 202),

A troca de termos por alguns escritores tardios não é, em si, suficiente para justificar que Cúrcio escreveu em completa ignorância do colapso do Império Parto e, ao contrário de Amiano, Cúrcio claramente diferencia Persas de Partos. Sua descrição em VI 2, 12 indica que Cúrcio pensava o coração da Pártia, com a capital em Hecatompilo, foi o centro de governo do oriente (BAYNHAM, 2007, p. 202).

Um estudo de 1979 de A.M Devine propõe o estabelecimento de um *Terminus Post Quem Non* no Principado de Trajano (98 a 117 d.C.), ou seja, na passagem do século I d.C. para o II d.C. O autor justifica sua argumentação a partir da própria política externa de Roma para com o Império Parto. Todos os imperadores Antoninos, com exceção de Adriano, mantiveram política agressiva para com os Partos, tendo Trajano, em 114 d.C., ultrapassado as fronteiras orientais delimitadas desde Augusto, organizando a Armênia e Mesopotâmia como províncias. Os romanos abandonariam a região durante o governo de Adriano. As animosidades entre os dois Impérios continuariam durante o Principado de Antonino Pio e seus sucessores, Marco Aurélio e Lúcio Vero.

Dessa forma, fosse um autor pós-Trajano, Quinto Cúrcio certamente teria mencionado as campanhas militares contra os Partos, em vez de descrevê-los como os senhores do oriente, ou seja,

Podemos assim ter confiança de que Cúrcio escreveu antes de Roma ter uma presença permanente na margem oriental do Eufrates – isto é, antes de Marco Aurélio erigir uma fronteira militar na linha Chaboras-Singara e antes de Septímio Severo e Caracala racionalizarem a situação, anexando o território a oeste dessa linha. Assim, tendo em vista a evidência apresentada acima, nenhuma data posterior ao Principado de Trajano parece possível (DEVINE, 1979, p. 147).

b) *A alusão à prosperidade de Tiro*

O segundo ponto a ser analisado é a alusão feita no Livro IV 4, 21 à prosperidade da cidade de Tiro. “Assim após sofrer muitas vicissitudes e renascida depois de sua destruição, agora enfim, em meio a uma paz dilatada que revifica todas as coisas, Tiro descansa sob a tutela benfeitora de Roma” (CÚRCIO, *Histórias*, IV 4, 21). Alexandre conquista Tiro em 332 a.C., após sete meses de cerco. Em 193 d.C., Pescênio Níger invade e saqueia a cidade, durante a disputa contra Septímio Severo pelo Principado. Este evento levou Niebuhr (1828, p. 305) a estabelecer o Principado de Septímio Severo como um *Terminus Post Quem Non*, posição questionada por McQueen (1967, p. 24) para quem Tiro, sendo colônia “não poderia mais ser descrita como *sub tutela Romanae mansuetudini*”.

A expressão “paz dilatada” (*longa pax*) seria uma referência retórica, talvez a Tácito, a qual a menciona em *Agrícola* XI 4; *Histórias* I 77, 2; II 17, 1; IV 22, I e V 16; 3 e nos *Anais* XIII 35, I. Mesmo Juvenal (*Sátiras*, VI, 292), e Plínio, o Velho (*História Natural* XXVII 1, 3) usam a expressão ou variações.

Por tudo isso, cada vez impõe-se com mais força a ideia de que a referência em Cúrcio à prosperidade de Tiro não é mais que um *topos* retórico, aplicado à situação da cidade e com validade, desde que, no ano de 63 a.C. fora anexada a Roma por Pompeu (PEJENAUTE RUBIO 1986, p. 9).

c) *Possíveis conexões entre Quinto Cúrcio e Sílio Itálico*

O poeta Sílio Itálico viveu entre 28 d.C. e 101 d.C., tendo exercido o consulado um ano antes da morte de Nero. Sua única obra, que nos chegou, foi o poema “*Púnica*”, possivelmente composto ao final de sua vida. Um artigo de 1952 de Richard T. Bruère correlaciona os dois autores em, pelo menos, duas passagens: a primeira, quando Sílio narra o envio de Imilce, esposa de Aníbal, e o filho da Hispânia a Cartago, a fim de que estivessem em segurança, com o advento da Segunda Guerra Púnica (280 a.C. a 201 a.C.). Nas *Historiae* ao narrar o cerco de Alexandre à cidade de Tiro, Cúrcio narra a decisão dos tírios em enviar esposas e filhos a Cartago, “na ideia de que enfrentariam qualquer eventualidade com mais decisão se tivessem a parte mais amada de si mesmos longe do perigo comum” (*Historiae*, IV, 3, 20).

A segunda passagem relatada por Sílio Itálico, se refere à visita de emissários de Cartago a Aníbal, no Lago Trasimeno, avisando-o de que o filho fora escolhido por sorteio para ser sacrificado a Saturno, segundo o autor, um artifício de Hanno, inimigo do general cartaginês. Conforme relata BRUÈRE (1952, p. 222),

Aníbal, a quem o senado cartaginês deu o privilégio de decidir se seu filho seria sacrificado ou não, responde aos enviados com dignidade; ele se recusa a deixá-lo ser sacrificado, mas promete aos deuses de Cartago uma abundância de sangue romano (BRUÈRE, 1952, p. 222).

Quinto Cúrcio, por sua vez, menciona a prática de sacrifícios humanos entre os fenícios (tírios e cartagineses), ainda no Livro IV 3, 23-24 ao relatar a imolação de um jovem, onde,

Inclusive alguns eram partidários de restabelecer um sacrifício que havia caído em desuso há séculos e que eu, de nenhum modo estimaria como agradável aos deuses: eis que um jovem de família livre fora imolado a Saturno. Este sacrilégio, melhor que sacrifício, herdaram os cartagineses dos fundadores de sua cidade e o seguiram praticando até a destruição de Cartago (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, IV 3, 23-24).

A imolação de jovens livres é um ponto a ser considerado pelos dois autores. Ora, tanto Sílio Itálico quanto Quinto Cúrcio condenam com veemência a prática, fazendo uma diferenciação clara entre os costumes romanos/gregos e estrangeiros. Sílio Itálico possivelmente embasou seu poema nos relatos de historiadores romanos, entre os quais Bruère inclui Quinto Cúrcio. Se admitirmos esta tese, limitaríamos nosso *Terminus Post Quem Non* aos primeiros anos do Principado de Trajano, quando da morte do poeta.

Ainda assim, a dúvida permanente sobre a datação da obra de Quinto Cúrcio e sua aparente obscuridade dificultam as tentativas de definir objetivamente se ele teria sido fonte de pesquisa de outro autor.

Além da dificuldade de objetivamente um caso de imitação, subsiste normalmente a dúvida (no caso de Cúrcio nunca dissipada) de que autor imita quem quando se desconhece a época em que viveu um deles ou os dois; porque este argumento da imitação de Cúrcio por parte de Sílio Itálico parece não ter força comprobatória decisiva na hora de fixar um *Terminus Post Quem Non* na obra do primeiro (RUBIO, 1986, p.14).

Este estudo não tem a pretensão de estabelecer novo *Terminus* ou reforçar quaisquer das hipóteses lançadas pelos pesquisadores. O objetivo é contextualizar uma obra, cuja única certeza sobre ela é que sua composição ocorreu em algum período posterior ao definitivo estabelecimento da autocracia na administração da *Res Publica*. Dito isso, seguimos todos os historiadores ao afirmar que Quinto Cúrcio Rufo escreveu sob o governo de um *princeps* e imprimiu nas *Historiae* suas percepções sobre a sociedade e política romanas.

A opção pelo século I d.C. é um pouco mais segura que as demais. Já dissemos que o autor poderia ter vivido sob o governo de uma dezena de imperadores que ascenderam em circunstâncias semelhantes e usaram da imagem de restauradores da ordem como parte da estratégia para manutenção do poder.¹¹ Entretanto, o século seguinte à aclamação de Augusto foi, particularmente, turbulento para a história política romana, o que nos parece significativo para um autor que demonstra clara preocupação com o império.

Não duvidamos que Quinto Cúrcio tenha presenciado a ascensão de mais de um *Princeps*. Sendo membro de uma elite instruída e, possivelmente, ocupando cargos na administração romana, o autor certamente testemunhou as vicissitudes do jogo político, o que certamente contribuiu para sua percepção do poder em Roma. As referências na obra,

¹¹ Discutiremos este tópico quando analisarmos, em mais detalhes, a formação do Principado Romano, no próximo capítulo.

contudo, indicam que escreveu sob o governo de um imperador específico e que este, talvez, lhe tenha causado alguma impressão.

As sucessões imperiais no século I d.C. foram, em sua maioria, violentas e os *Principes* recorreram à eliminação de potenciais ameaças tanto quanto à consolidação de uma base de apoio, seja no exército, seja no Senado. O fim da dinastia Júlio-Cláudia é particularmente ilustrativo, com seus descendentes masculinos eliminados, após anos de proscricções.

Cláudio e Vespasiano, os candidatos mais fortes para a datação do autor, assumiram o poder em circunstâncias muito particulares: o primeiro ascendera após o assassinato de Calígula, unanimemente retratado como tirano pelo Senado e biógrafos posteriores. O segundo, após um ano de intensos conflitos militares entre Principáveis que se bateram pelos espólios de Nero. Nestas condições, ambos se encaixariam na passagem do Livro X. Ademais, as possíveis referências a Quinto Cúrcio por outros autores fortalecem a hipótese de que o autor viveu em algum momento do século I d.C. Sobre este tema, trataremos adiante. No momento, seguiremos às discussões acerca das referências ao autor na documentação romana.

1.2 REFERÊNCIAS AO AUTOR NA DOCUMENTAÇÃO ROMANA

Tão importante quanto determinar a época em que o autor viveu é decifrar a natureza do homem que ele foi. Nenhum registro da Antiguidade nos acena que as *Historiae* de Quinto Cúrcio tenham sido relevantes entre os romanos. Tampouco temos evidências que o *Cursus Honorum* do nosso personagem tenha sido particularmente notável.

Entre todos que galgaram os degraus da intrincada política romana, poucos verdadeiramente se imortalizaram na História, seja por feitos políticos, militares ou por uma produção intelectual relevante. Quinto Cúrcio, longe de se igualar ao protagonismo de um Cícero ou um Tácito, conquistou espaço discreto entre os autores romanos pelo caráter intrigante de sua obra.

O nome Quinto Cúrcio Rufo foi definido em 1867 por Edmund Hedicke, a partir dos manuscritos mais bem preservados da obra. O *praenomen Quintus*, o *nomen Curtius* e o *cognomen Rufus* aparecem em livros distintos, mas não, necessariamente, acompanhando uns aos outros. O nome do autor se manteve por convenção, mas “é possível que o *cognomen*

tenha surgido a partir da identificação do autor com um dos três homens: *Q. Curtius*, *Curtius Rufus* e *Q. Curtius Rufus*” (Rolfe, 1946, p. 24).¹²

1.2.1 Cícero e o problema do autor republicano

A *Realencyclopädie* enumera 36 indivíduos da *gens Curtia*. Destes, apenas três possuem o gentílico acompanhando ou *praenomen Quintus* ou *cognomen Rufus*. O primeiro é citado por Cícero, numa das cartas a seu irmão Quinto, ao qual chama de “jovem bom e eloquente” (*bonus et eruditus adulescens*), que acusara Mêmio, candidato a cônsul, de suborno (Cícero, *Ad Quintum Fratrem*, III, 2). Nenhuma outra referência é feita a este personagem.

A possibilidade de o nosso personagem ter chamado a atenção de Cícero o encaixaria temporalmente no Principado de Augusto, com poucas possibilidades de ter testemunhado a aclamação de Tibério. Esta hipótese é descartada por R. D. Milns (1966, p. 503), segundo o qual “fundamentos estilísticos, embora inconclusivos em muitos aspectos, também devem excluí-lo [o autor], já que ele é obviamente pós-ciceroniano e tem fortes afinidades com o latim das escolas retóricas do século I d.C.”. Seja como for, não há garantias de que o nome citado por Cícero se refira ao autor das *Historiae*. O verbete dedicado a este personagem na *Realencyclopädie* (Tomo IV, volume 2) aponta o uso do nome *Q. Acutio*, em vez de *Q. Curtius*. Com efeito, edições famosas da carta *Ad Quintum Fratrem* confirmam a observação.¹³

O mesmo documento faz menção a um *Curtius* (sem *praenomen* ou *cognomen*), do qual não temos mais detalhes, além de uns poucos elogios.

Eu gosto de Cúrcio (como eu mesmo já lhe disse) não apenas porque você me pediu, mas também por causa do seu testemunho a favor dele, já que sua carta me permitiu facilmente apreciar seu entusiasmo por minha restauração (CÍCERO, *Ao irmão Quinto*, III).

Não há, contudo, nenhuma referência na carta que nos indique relação entre os nomes citados. Ademais, um Quinto Cúrcio contemporâneo de Cícero até poderia ter

¹² Para fins didáticos optamos por manter a grafia latina do nome do autor, *Quintus Curtius Rufus* e variações, sempre que se tratar de citação direta na documentação romana ou quando discorrermos sobre uma possível identificação do personagem. Quando este for mencionado diretamente como o autor das *Historiae* usaremos a grafia portuguesa Quinto Cúrcio Rufo.

¹³ Para edições que citam o nome *Q. Acutio* ver: CICERO. *The Letters to his friends*. Loeb Classical Library 230, Vol. III, p. 574.

testemunhado o Principado de Augusto, mas não de Tibério e, tampouco, dos demais *Principes* mais cotados para a datação das *Historiae*. As inconveniências de uma datação sob Augusto já foram discutidas e é consenso que nosso autor viveu num momento em que o Principado já estava consolidado. É improvável, portanto, que o personagem ciceroniano seja nosso autor.

1.2.2 Tácito e a ascensão do Homem Novo

O segundo, chamado *Curtius Rufus*, é citado em Tácito, nos *Anais* (Livro XI, 20-21). Sobre ele, o autor afirma ter recebido honras de Cláudio após iniciar exploração de veios de prata no território dos Matiaci, na Germânia. A exploração das minas ocorreu, provavelmente, sem a necessidade de confronto militar, visto que o autor menciona que os soldados foram direcionados para trabalhos de construção. Desgastados pelo trabalho, os soldados, afirma Tácito, teriam enviado secretamente carta em nome dos exércitos, “implorando ao imperador que desse antecipadamente distinções triunfais a qualquer um a quem ele estava prestes a confiar suas forças” (Tácito, *Anais* XI).

Sobre este *Curtius Rufus*, a quem não é atribuído nenhuma vez um *praenomen*, Tácito discute sobre sua genealogia. O autor menciona boato que ele seria filho de um gladiador, uma desonra para um membro de uma *gens* tão antiga. Tácito atesta, no entanto, tratar-se de calúnia, embora se recuse a ir a fundo ou relatar outra versão. Segundo apontam Yardley e Atkinson (2009, p. 11), esta era “uma acusação que Tácito era demasiado cavalheiro para investigar, e muito esnobe para passar em branco”.

Seja como for, este *Curtius Rufus* galgou posições na política romana ao se associar, ao chegar à idade adulta, a um questor exercendo suas funções na África. Foi nesta província que, ao caminhar:

sozinho ao meio-dia em algum pórtico não frequentado na cidade de Hadrumeto, (...)viu uma figura feminina de maior estatura que a humana e ouviu uma voz ‘Tu, Rufus, és o homem que um dia virá a esta província como Procônsul’” (TÁCITO, *Anais* XI 21).

Retornando à cidade de Roma, *Curtius Rufus* empregou suas forças e a ajuda de amigos no cumprimento daquele presságio, tendo obtido a questura, com o apoio do próprio Tibério (possivelmente anterior a 26 d.C., quando do auto-exílio do imperador em Capri),

derrotando candidatos de famílias mais proeminentes. Ao aclamá-lo questor, Tibério teria “lançado véu sobre o descrédito de sua origem, dizendo ‘*Curtius Rufus* me parece seu próprio ancestral’” (Tácito, *Anais*, XI, 21).

É fato que ele conquistara uma cadeira senatorial dado sua designação à Germânia, onde explorou as ditas minas de prata. Este detalhe também corrobora a hipótese deste *Curtius Rufus* ser o mesmo nomeado Cônsul Sufecto por Claudio em 43 d.C., sobretudo por ter encerrado seu *Cursus Honorum* na África, província à qual apenas ex-cônsules eram destinados.

O relato se encerra com o fim da carreira de *Curtius Rufus*, após anos de “enfadada bajulação aos que estavam acima dele, de arrogância aos que estavam abaixo e de morosidade entre seus pares” (Tácito, *Anais*, XI, 21). Certamente, este comportamento, à primeira vista pouco honroso, parece ter sido a receita do sucesso de muitos jovens de baixa estirpe e elevadas ambições políticas e, tanto Tácito quanto *Curtius Rufus* podem ter agido assim em um momento ou outro.

Tácito não nos dá mais detalhes sobre a alegada experiência sobrenatural de *Curtius Rufus*. O autor nos apresenta a imagem de um homem que percorreu por seus próprios meios o caminho até o Senado. Predestinado ou não, Tácito retrata a ascensão política de nosso personagem como fruto do próprio esforço e não como resultado da interseção de alguma entidade.

1.2.3 Plínio, o Jovem, e experiência sobrenatural de *Curtius Rufus*

O mesmo *Curtius Rufus* é citado por Plínio, o Jovem, em sua carta LXXXIII a Sura (Plínio, *Cartas*, Livro VII, 27,1), no qual disserta sobre a suposta experiência sobrenatural de Curtius, enquanto este era “ainda pobre e obscuro” (*tenuis adhuc et obscurus*) e trabalhava como assistente do governador da África. Ele, ainda, menciona que as previsões da visão se cumpriram integralmente e, em sua maturidade, *Curtius Rufus* fora finalmente agraciado com a província que a visão lhe prometera. Diz o excerto:

Em uma noite, enquanto ele caminhava no pórtico público, apareceu-lhe a figura de uma mulher, de tamanho incomum e beleza sobre-humana. Enquanto ele permanecia lá, aterrorizado e admirado, ela lhe disse ser o poder tutelar que presidia a África e que veio lhe informar de eventos futuros sobre sua vida: ele devia retornar a Roma, gozar de altas honrarias por lá, e retornar para aquela província investida na magistratura de Procônsul, e lá ele deveria morrer. Cada circunstância desta previsão de fato se cumpriu. É

dito que, em sua chegada a Cartago, enquanto ele saía do navio, a mesma figura o encontrou às margens. É certo, pelo menos, que fora atingido por uma doença que, embora não houvesse sintomas levaram aqueles próximos a ele ao desespero. Ele instantaneamente desistiu de qualquer esperança de recuperação, julgando, aparentemente, a verdade da parte futura da previsão, pelo que já havia se cumprido, e do infortúnio que se aproximava de sua antiga prosperidade (PLÍNIO, O JOVEM, *Cartas*, Livro VII, 27,1).

Do relato de Plínio, se destaca a menção a *Curtius Rufus* como um jovem “pobre e obscuro”, o qual teria subido os degraus da intrincada política romana até a conclusão da suposta previsão. Tácito, por sua vez, aponta que a carreira do nosso personagem em Roma foi possível graças aos gastos de amigos e de sua própria “vigorosa habilidade”.

Ora, as origens da *gens Curtia* datam da fundação da cidade de Roma. *Gaius Curtius Philo* foi eleito cônsul em 445 a.C., o que denota que se trata de um clã patrício, já que a magistratura não era acessível aos plebeus naquele período. Ainda assim, estamos falando de uma família com pouco destaque na política romana, com uns poucos nomes tendo alcançado posições de poder.

É possível que não estejamos à procura de um aristocrata. Na melhor das hipóteses, pode se tratar de um patrício empobrecido de uma *gens* antiga, mas pouco relevante. Outra possibilidade, defendida por Yardley e Atkinson (2009, p. 10), é que se trate de um *novus homo*, o primeiro membro da família [possivelmente de um ramo plebeu da *gens Curtia*] a exercer uma magistratura e, particularmente, um consulado”. Conforme atestam Yardley e Atkinson (2009, p. 10):

Houve um senador de nome Quintus Curtius Rufus que ascendeu ao posto de Cônsul Sufecto em 43 d.C., por conseguinte, no início do Principado de Cláudio. Ele serviu como oficial na equipe do questor na província da África e deve ter, ele próprio, ocupado a questura depois de ter atingido a idade mínima de 25 anos. A esta altura ele se tornou Senador e Badian, (1964, p. 263) sugere que isso teria ocorrido antes da morte de Augusto. (YARDLEY e ATKINSON, 2009, p. 10).

Retomemos, portanto, a declaração final de Tácito sobre a *Cursus Honorum* de *Curtius Rufus*. O tom da declaração do autor, ao acusá-lo de bajulador, arrogante e moroso, aponta desaprovação ao caráter de nosso personagem. Mesmo assim, esta parece ser a receita para a sobrevivência na política romana, sobretudo de um cidadão de baixas origens.

O próprio Tácito, sendo um homem novo, pode ter agido assim enquanto lutava para sobreviver em um sistema dominado por umas poucas *gentes* patrícias. Se assim for, *Curtius Rufus* e Tácito parecem ter suficientemente em comum para o primeiro merecer uma citação do segundo. “O obituário seria então o mais próximo que Tácito chegou a dar reconhecimento a um texto que chamou sua atenção e desafiou sua própria inteligência” (ATKINSON, 2009, p. 12).

1.2.4 Suetônio e a lista de retores

A terceira citação, desta vez a um *Quintus Curtius Rufus*, é feita por Suetônio em sua lista de retores. Este é incluído entre Marco Pórcio Latrão, retor nos últimos anos da República e sob Augusto, morto, possivelmente, em 4 a.C.; e Lúcio Valério Primano, do qual nada sabemos, senão que teria servido sob Cláudio. Dado que a lista segue ordem cronológica, pode-se inferir que este Quinto Cúrcio tenha atuado nos primeiros anos do Principado, possivelmente, entre Tibério e Cláudio.

A ideia de um Quinto Cúrcio retor é plausível dado, que o autor das *Historiae* utilizou amplamente de recursos retóricos. Por outro lado, se considerarmos o Senador eleito cônsul em 43 d.C. e o retor da lista de Suetônio como a mesma pessoa, parece lógico que ele tenha exercido o ofício antes de ocupar uma vaga no Senado, como outros fizeram.

Um terceiro detalhe chama a atenção: entre a questura e o consulado há um hiato de mais de dez anos em que nenhuma referência a um *Curtius Rufus* é feita. Certamente, ele sobreviveu às proscricções de Tibério, após a execução de Sejano em 31 d.C., mas não podemos precisar se sofreu algum tipo de retaliação mais branda. Não há evidências de que *Curtius Rufus* tenha se aproximado de Sejano. Mas, não é improvável que um ambicioso questor procurasse, em algum momento, o favor do então Prefeito do Pretório, nem que buscasse se desligar dele quando sua queda era iminente.

É possível que já ocupasse cargo no Senado. Se assim fosse, teria testemunhado o discurso de Terêncio, o que justificaria as semelhanças deste com a defesa de Amintas nas *Historiae*, como já discutido. Por outro lado, se ele ainda aspirasse ao posto de Senador, a função de retor seria um caminho lógico a ser seguido, como fora para outros.

A discrição do cargo poderia mesmo ter permitido que ele passasse incólume às proscricções e explicaria a lacuna de uma década, dentro da qual pelo menos dois outros imperadores governariam. “A queda de Sejano é apresentada como a razão pela qual *Curtius*

foi forçado a recorrer à retórica. Sumner diz, ‘*Nihil obstat, e a data bate*’” (BAYNHAM, 2007, p. 217).

Novamente somos apresentados a um dilema: a possibilidade de um Quinto Cúrcio tacitano reduziria as chances de este ter presenciado o Principado de Vespasiano. Os defensores do imperador Flávio argumentam que as *Historiae* poderiam ser produto não do cônsul, mas de um descendente de mesmo nome (e de menor relevância), embora nenhuma informação comprove esta alegação. Fourneau (1896, p. 2-27) aponta que se o *Curtius Rufus* de Tácito fosse o historiador, este teria informado, mas esta informação não pareceu relevante no momento.

Outra possibilidade seria desvincular o Cônsul de Tácito do retor de Suetônio. Este último, teria exercido o ofício, possivelmente, durante os Principados de Tibério e Cláudio, tendo alçado degraus maiores nos anos seguintes. Este Quinto Cúrcio teria, sem dificuldades, chegado ao governo de Vespasiano com idade suficiente para compor as *Historiae*, após anos de leituras.

Alguém que houvesse iniciado o *Cursus Honorum* no governo de Tibério poderia ter sobrevivido aos turbulentos anos do século I d.C. e chegado ao governo de Vespasiano como um septuagenário. Não é uma expectativa de vida comum para a época, mas também não é de todo improvável para um homem de recursos (Augusto, Tibério, Cláudio e outros tantos ultrapassaram a casa dos 60 anos). Certamente, os longos anos lhe dariam estudo e experiência para compor as *Historiae* quando chegasse à maturidade.

Do que podemos depreender das informações que temos é que Quinto Cúrcio Rufo sobreviveu aos turbulentos anos da dinastia Júlio-claudiana. Se o autor testemunhou as disputas de poder em 69 d.C., viveu os primeiros anos do governo dos Flávios. Certamente um destes tantos Príncipes chamou-lhe a atenção por seu governo pacificador e a possibilidade de restabelecer a ordem.

As *Historiae* são reflexos de uma mente madura, instruída por anos de estudo. O cuidado que o autor demonstra em sua composição indica isso. As referências à história política romana, recontadas em episódios da vida de Alexandre, o Grande, indicam uma vivência de toda a agitação política do Principado.

A retórica do texto nos fornece, na figura do conquistador macedônio, o modelo daquilo que o autor considerava uma sociedade romana e um governante ideais, indicando, deste modo, preocupação com o destino de Roma. Mas sua obra não é apenas isso. Conforme aponta Elizabeth Baynham (2007, p. 219), “Cúrcio não se restringiu a um catálogo de *exempla* moral. Ele acreditava firmemente ser um historiador sério”.

1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO HISTÓRICO NA ANTIGUIDADE

Em última análise, é preciso entender as *Historiae* a partir do gênero literário a que ela se associa. Os historiadores que se dedicaram a estudar a obra de Quinto Cúrcio concordam que se encaixa no gênero historiográfico, posto que o autor se utilizou de fontes do Período Helenístico para organizar os feitos de Alexandre numa narrativa que também se confunde com a da expansão do Império Macedônio.

A questão das fontes é importante. Os historiadores que escreveram sobre Alexandre consultaram diferentes documentos escritos por companheiros do monarca ou posteriores a este. Em alguns autores, como Arriano, a identificação das fontes é mais precisa. No caso de Quinto Cúrcio, como praticamente tudo o que envolve o autor, é difícil estabelecer com precisão quais relatos colaboraram para a composição da obra.

Pelo menos três nomes nos saltam aos olhos: Ptolomeu, Clitarco e Timagenes, são os únicos autores diretamente citados como fontes por Quinto Cúrcio. Outros nomes são suposições baseadas na comparação do estilo do autor das *Historiae* com outros historiadores que também se dedicaram a narrar a vida de Alexandre: Aristóbulo, Calístenes e Onesícrito, todos companheiros do rei macedônio, escreveram sobre ele e foram usados como fontes por outros biógrafos alexandrinos. Bastante pertinente, portanto, que estes também tenham exercido alguma influência sobre nosso autor.

Quinto Cúrcio redigiu sobre os feitos de Alexandre com base nos relatos de companheiros do monarca e, a partir destas fontes, foi capaz de organizar sua própria narrativa de forma cronológica e inteligível. Encontram-se aí dois dos principais elementos do texto historiográfico da Antiguidade: a pesquisa documental e a narrativa cronologicamente orientada.

O gênero histórico na Antiguidade é frequentemente associado ao processo de formação das Cidades Estado gregas a partir do século V a.C. Heródoto, a quem atribuímos a paternidade da História como gênero literário, redigiu suas “*Histórias*” a partir de fontes escritas, da tradição oral e das viagens que realizou pelo então mundo conhecido.

É a Tucídides e seu relato sobre a Guerra do Peloponeso, contudo, que atribuímos a definição da História como gênero literário voltado para a reprodução dos fatos. Com uma narrativa mais orientada ao factual e desvinculada da tradição ou mito fundador, o historiador grego procurou, segundo ele próprio, escrever sobre “a guerra dos peloponésios e atenienses, como a fizeram uns contra os outros” (Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, Livro I, 1, 1). Tendo participado ativamente do conflito e narrado os fatos à medida que os

presenciava ou deles tinha notícia, o historiador se limitou a relatar os eventos. No máximo realiza umas poucas análises conjunturais a fim de explicar as origens da guerra.

Por fim, Xenofonte foge ao padrão dos demais historiadores ao relatar na *Ciropedia*, a vida do rei persa Ciro, o Grande, fundador do Império Aquemênida, que séculos mais tarde seria conquistado por Alexandre. O historiador ateniense se embasa na figura do rei persa, descrevendo-lhe o caráter e, mais que isso, apresentando um tratado sobre a arte de comandar povos em tempos de guerra e paz.

Mas depois que nos recordamos que existiu um persa chamado Ciro, que soube conservar sujeitos ao seu domínio muitos homens, muitas cidades, muitas nações, fomos obrigados a mudar de sentimentos, e a pensar que não é impossível nem difícil governar os homens, uma vez que para isso haja suficiente capacidade. De feito, víamos que de bom grado se sujeitavam ao domínio de Ciro, povos que viviam afastados de seu reino, distâncias de muitos dias e meses, povos que nunca o tinham visto, e povos que nem mesmo esperanças podiam ter de vê-lo: contudo obedeciam-lhe todos prontamente. Grandíssima vantagem levou este príncipe a todos os outros, que, ou ocuparam o trono de seus antepassados, ou o adquiriram por conquista. Os reis da Cítia, da Trácia, da Ilíria e de outras nações, apesar de seus numerosos súditos, nunca puderam alargar seus domínios, e contentavam-se com governar sua gente. Segundo se diz, ainda hoje há na Europa várias nações autônomas, governadas por príncipes independentes (XENOFONTE, *Ciropedia*, Livro I 1,2).

Situação semelhante ocorre na *Anábase*, relato da expedição do exército mercenário grego, os chamado “Dez Mil” a serviço de Ciro, o Jovem, em guerra com o irmão Artaxerxes II.¹⁴ Xenofonte esteve presente na campanha persa e foi um dos líderes do exército grego, logo, a *Anábase* é um relato em primeira mão dos eventos, inclusive a retirada dramática dos mercenários gregos da Ásia, após a morte de Ciro. O autor igualmente descreve o caráter do príncipe, comparando-o ao seu antepassado fundador da Dinastia Aquemênida.

Assim morreu Ciro; o homem mais majestoso e mais digno de governar todos os persas que viveram desde o Ciro, o mais velho: de acordo com o testemunho simultâneo de todos os que têm a reputação de o conhecerem intimamente. Para começar do começo, quando ainda era menino, e enquanto era educado com seu irmão e os outros rapazes, sua excelência

¹⁴ A *Anábase* de Xenofonte relata a expedição do exército de dez mil gregos contratados por Ciro, o Jovem durante sua luta contra seu irmão e rei da Pérsia, Artaxerxes II. O evento se passou entre 404 a.C. e 401 a.C., quando o jovem príncipe foi morto na batalha de Cunaxa. Xenofonte e os demais mercenários foram recrutados ao fim da Guerra do Peloponeso (431 a.C. a 404 a.C.), quando a hegemonia espartana já se delineava sobre as demais *poleis*, sobretudo a perdedora Atenas.

incomparável era reconhecida. Para os filhos dos persas mais nobres, é preciso saber, são todos criados às portas do rei. Aqui, lições de sobriedade e autocontrole podem, em grande parte, ser levadas ao coração, enquanto não há nada de básico ou feio para o olho ou o ouvido se alimentar. Há o espetáculo diário antes dos meninos de alguns receberem honra do rei, e novamente de outros receberem desonra; e a história de tudo isso está em seus ouvidos, de modo que desde a infância eles aprendem a governar e a ser governados (XENOFONTE, *Anábase*, Livro IX 1,4).

Xenofonte e Quinto Cúrcio se aproximam, quanto à escolha do objeto, quando comparamos as *Historiae* com a *Ciropedia*. A característica mais evidente é a opção pela escolha de um governante estrangeiro e exaltação de seus feitos, o que não é incomum entre os historiadores da Antiguidade, mas também não é frequente. Mas, além disso, os dois compartilham a descrição do caráter de seus personagens, mesmo que as *Historiae* também ressaltem os vícios de Alexandre, enquanto a *Ciropedia* tenda a ser mais elogiosa à personalidade de Ciro.

Quinto Cúrcio certamente leu Xenofonte, embora não possamos mensurar o quanto o autor grego o influenciou. É certo que ambos se viram, em algum momento, fascinados o suficiente por seus objetos de estudo, a ponto de se dedicarem a escrever sobre as vidas destes. Mais de cem anos separam o fundador do Império Aquemênida de seu biógrafo, e este conviveu com um de seus descendentes, aparentemente nutrindo alguma admiração por ele, o que pode ter influenciado o autor a buscar uma visão mais positiva de Ciro, o Grande.

Três séculos separaram Quinto Cúrcio de Alexandre e o rei macedônio não viabilizou uma descendência que pudesse sobreviver ao tempo. Será possível que a distância temporal maior que a de seu equivalente grego e ausência de uma figura que lhe conferisse uma afetividade direta tenha direcionado a narrativa do autor romano a uma postura mais crítica que a de Xenofonte? Podemos apenas supor. É certo que ambos espelharam suas próprias realidades em suas obras, posicionando-se quanto aos eventos narrados a partir de um cenário no presente. Assim, Ciro ou Alexandre são espelhos de governantes que refletem um contexto muito mais amplo que a simples descrição de eventos.

1.3.10 gênero histórico na literatura romana

A difusão do idioma grego pelo Mediterrâneo, certamente, influenciou a literatura romana. Embora os registros escritos mais antigos sobre Roma datem da República, é

inegável que a presença grega no sul da Península Itálica e Sicília, região que conhecemos por Magna Grécia, tenha exercido alguma pressão sobre os costumes dos povos latinos.

Com efeito, o estilo romano de escrever a história a partir de eventos militares é uma herança helênica. Embora os povos latinos tenham sempre mantido algum contato com o mundo grego, foi a partir das Guerras Púnicas que este se tornou mais intenso, culminando com intervenções diretas nas monarquias helenísticas e posterior conquista da Península Balcânica, no século II a.C.

Desta influência helênica surge a figura de Alexandre, o Grande, que sempre povoará o imaginário romano, alimentando as ambições de generais em imitá-lo ou superá-lo. Da mesma forma, o monarca macedônio ocupará lugar de destaque na literatura do Império, recebendo pelo menos quatro biografias, uma das quais estudamos nesta pesquisa.

As produções historiográficas romanas têm, frequentemente, como ponto comum pensar a *Res Publica* a partir de sua própria história, vislumbrando os limites da expansão romana e tentando buscar no passado as respostas para os problemas do presente. Assim, Salústio, Tácito, Tito Lívio, Dião Cássio e outros tantos que se embrenharam pelo estudo dos feitos romanos o fizeram a partir do mundo que viveram e buscaram responder questões de seu tempo a partir dos *exempla*.

A evocação da imagem de Alexandre não é uma contradição, embora estejamos falando de um governante macedônio. Ora, a influência grega sobre os romanos é inegável, e estes, frequentemente, se consideravam herdeiros do legado helênico. César, relata Suetônio (*Augusto*, I, 7), ao se deparar com uma estátua de Alexandre, lamentou não ter, aos trinta, realizado nada de significativo, numa idade que o rei macedônio havia subjugado o mundo. Da mesma forma, outros tantos exemplos já citados, e uma iconografia relativamente vasta pressupõem uma influência alexandrina marcante no imaginário destes “homens públicos”.

Um dos fatores que caracteriza a História como gênero literário na Antiguidade é seu objeto. Ela se preocupa em narrar eventos ocorridos, baseando-se em fontes escritas ou na experiência do autor, quando este esteve presente aos eventos.

Havia uma divisão clara entre os gêneros literários na Antiguidade. Aristóteles, em sua *Poética* diferencia claramente a História da Poesia, por uma “dizer o que ocorreu e a outra o que poderia ocorrer. Por esta razão, a Poesia é mais filosófica e séria que a História. Pois a Poesia diz melhor o universal e a História o particular” (ARISTÓTELES, *Poética*, 9, 1451-b).

Isso não é, em absoluto, uma apologia ao achismo. Os esforços dos historiadores na Antiguidade incluíam pesquisa documental que lhes fornecesse subsídios para organizar estas narrativas. Os discursos de Péricles relatados por Tucídides, ou as cartas de Alexandre a

Dario, descritas por Quinto Cúrcio, obedecem, é verdade, mais ao critério da verossimilhança que ao da exatidão, mas estes são, antes de tudo, frutos do rigor com as fontes e Quinto Cúrcio, como veremos, levava isso muito a sério em seu ofício.

Isso nos leva à segunda característica da História como gênero literário: a pesquisa documental é presente em todos os autores que se pretenderam historiadores na Antiguidade.

A documentação é fundamental para o trabalho do historiador e, já na Antiguidade, era bem diversificada. É comum notarmos referências de historiadores antigos à documentação epigráfica, a atas do Senado do período romano da República, a bibliotecas antigas, a testemunhos oculares ou ao próprio historiador (FUNARI e GARRAFFONI, 2016, p. 59).

Quinto Cúrcio foi um historiador particularmente cuidadoso com as fontes que usava. Se por um lado as *Historiae* possuem imprecisões quanto à localização geográfica de alguns eventos (ele confunde em várias situações os nomes de rios e mares), por outro, o historiador teve a preocupação de não afirmar nada que as fontes não davam como certa ou que eram pintadas em cores demasiado vibrantes para ele considerar verdadeiras. Observa-se que,

Seus defeitos e erros não mancham os méritos de Cúrcio como historiador, sendo o principal deles (...) seu desejo de estar bem informado e chegar à verdade, apresentando como rumores e notícias sem confirmar dados cuja veracidade não pôde constatar. Inclusive, às vezes, oferece uma informação que outros historiadores de Alexandre não precisam, apresenta corretamente um nome que outros autores oferecem equivocadamente, e até se pode afirmar que a narrativa de Cúrcio muitas vezes é mais precisa e exata, por exemplo, que a de Arriano (PEJENAUTE RUBIO, 1986, p. 51).

Um dos exemplos deste cuidado de Quinto Cúrcio com as fontes é observado no Livro IX, 2, 3, quando, ao relatar a campanha de Alexandre na Índia, faz menção aos “Gangáridas e Prásios [*Gangaridae et Prasidae*]e seu rei Agrames”, povo que habitava às margens do Ganges e havia disposto exército, a fim de enfrentar a ofensiva macedônia. Plutarco altera ligeiramente o nome dos dois povos para Gandaritas (*Gandaritae*) e Présios (*Presiai*) (*Vidas Paralelas*, LXII, 3). Por sua vez, Diodoro Sículo (XVII 93, 2) usa os termos Gandáridas (*Gandaridae*) e Présios (*Presiai*), governados por Xandrames.¹⁵

¹⁵ Agrames ou Xandrames é frequentemente associado a Dhana Nanda, o último governante do Império Nanda, conquistado em 321 a.C. por Chandragupta Máuria, fundador da dinastia Máuria. (SASTRI, 1952, p. 23).

A questão dos nomes não é leviana: Virgílio, Plínio, o Velho e Ptolomeu se referem ao povo habitante das margens do Ganges como *Gangaridae*.¹⁶ Ora, Quinto Cúrcio claramente usa as mesmas fontes que Diodoro e, no entanto, a pronúncia de ambos difere. Ademais, como atesta Bosworth (1996, p. 192), ambas as grafias estão associadas aos *Prasiai* (ou *Presiai*), cujo testemunho de Megastenes

atesta a proximidade da capital do reino do Ganges. Mesmo se um deles houvesse eliminado este testemunho unânime como derivado de uma única fonte contaminada há ainda a confirmação de Plínio, o Velho, que localiza os *Gangaridae* explicitamente no Ganges, informa sua capital (Pertalis), e adiciona um tamanho estimado do seu exército.

Um debate desta natureza não tem um fim em si. Ele serve para ilustrar como a dependência das fontes dirige o texto do historiador. Ora, Cúrcio, cuja narrativa fluida não poupa o leitor dos recursos retóricos a fim de se fazer compreender, é dirigido a todo o momento por suas fontes e a elas presta tributo. Sem este suporte, a obra se sustentaria apenas no mito e na tradição, e toda sua caracterização como texto histórico estaria perdida.

1.3.2A representação de Alexandre durante o período romano

Daí temos que a imagem alexandrina é frequentemente evocada como símbolo de poder e *exemplum* moral para os romanos. Plutarco redigiu uma biografia comparada em suas “*Vidas Paralelas*”, equiparando Alexandre a Júlio César, descrevendo-lhes os feitos e o caráter. O primeiro sendo a contrapartida grega do segundo, romano, e que, também pelos seus feitos, marcou seu nome na história.

Outro biógrafo alexandrino, Arriano, compõe uma narrativa sobre o monarca macedônio, traçando possível paralelo com o poder de sua própria época, o Principado dos Antoninos, no século II d.C. A “*Anábase de Alexandre*” explora os feitos bélicos do monarca como governante e general, mas também o retrata como sendo um homem bem instruído pela valorizada cultura grega, tão apreciada pelos imperadores Trajano e Adriano, a quem o autor deveu sua carreira política.

¹⁶ Para a citação de Virgílio ver: *Geórgicas* III, 27; para a referência aos *Gangaridae* em Plínio, o Velho, ver *História Natural* VI 65-66; para Ptolomeu, ver *Sircar*, 1971, p. 216.

Diodoro Sículo, que por muito tempo foi acusado de ser um mero compilador de textos, e autor de qualidade duvidosa, também narra igualmente, em sua “*Biblioteca Histórica*” os feitos de Alexandre.¹⁷ O autor teve a pretensão de narrar a história do Mundo conhecido, passando do Egito até a ascensão de Augusto. A organização cronológica da obra, portanto, pretende umnexo causal entre os sucessivos domínios sobre o Mundo Antigo: do Egito à Grécia, por meio das conquistas de Alexandre e, por fim Roma, do qual o Principado de Augusto é ápice desta hegemonia.

Por fim, Quinto Cúrcio, cujas *Historiae* categorizam as boas e más condutas de um governante, procura narrar sobre seu objeto (e, já dissemos, o autor se levava a sério como historiador), realizando inferências pontuais sobre a dinâmica política em Roma. Ao mesmo tempo em que o autor procura se manter informado sobre os eventos que se propõe a narrar, também transparece preocupação com os rumos do império, produzindo paralelo inevitável entre passado e presente.

Quinto Cúrcio faz três referências diretas a Roma nas *Historiae*. A mais conhecida é a passagem do Livro X.¹⁸ Este é o exemplo recorrente quando buscamos as correlações que o autor faz entre os impérios macedônio e romano. De fato, esta é a comparação mais direta entre o processo de fragmentação do império alexandrino e as crises sucessórias características do Principado do século I d.C.

A comparação tem um propósito: enquanto o legado de Alexandre é dilapidado pelas Guerras Civis, promovidas por seus generais, Roma mantém sua unidade graças à aclamação de um Príncipe ordenador. Levemos em conta que os romanos se viam herdeiros do legado helênico e, por consequência, de Alexandre. Sendo assim, não apenas preservaram a herança grega como, ao seu modo, reproduziram-na.

A outra referência a Roma está no Livro IV e relaciona a prosperidade da cidade de Tiro, na Ásia Menor, à tutela romana.¹⁹ A cidade fez parte do Império alexandrino desde sua conquista em 332 a.C. Em 63 a.C. ela é anexada ao território romano e, desde então, vivia sob “dilatada paz”, conforme relatado por Quinto Cúrcio.

Da mesma forma que a passagem anterior, esta não é aleatória. Quinto Cúrcio provavelmente viveu o auge da expansão territorial de Roma. Ora, as campanhas militares romanas foram com frequência justificadas como libertadoras e pacificadoras. As legiões

¹⁷ E. Schwartz em seu verbete para a *Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft* (RE), classifica Diodoro como "compilador" e se nega a chamar a "*Biblioteca Histórica*" de obra. Kunz (1935: 73-82), Tarn (1948: 63), Murray (1975: 215) e Badian (1995: 421-2) foram igualmente pouco elogiosos ao autor siciliano.

¹⁸ As referências à passagem do Livro X foram discutidas no item 1.1 desta pesquisa.

¹⁹ A referência à passagem também já foi discutida no tópico 1.1.1, item b.

levariam a paz aos povos conquistados e o discurso da *Pax Romana* fora reiteradamente usado como propaganda interna e externa. Alegar que Tiro vivia desde a anexação romana sob “dilatada paz” mais uma vez reforça o papel de Roma como bastião da ordem num mundo dominado pelo caos.

Por fim, a terceira referência ocorre no Livro VIII, onde se faz menção a um antigo costume das famílias macedônias em entregar seus jovens aos serviços dos reis. Quinto Cúrcio ressalta que os trabalhos executados por estes jovens pouco se diferenciavam daqueles dos escravos. Deste grupo de jovens saíram os futuros generais e reis dos macedônios, cujo poder lhes seria, *a posteriori*, arrebatado pelos romanos.

Era costume das melhores famílias macedônias entregar seus filhos adultos, a fim que desempenhassem ofícios que não diferiam muito dos ofícios próprios de escravos: montavam guarda por turno durante a noite na proximidades da morada em que descansava o rei; por meio deles eram introduzidas as concubinas por uma entrada distinta daquela guardada por vigilantes armados; eles que traziam os cavalos, depois de recebê-los dos cavaleiros, quando o rei se dispunha a cavalgar e o acompanhavam tanto na caça como em combate, instruídos como estavam em todas as artes da cavalaria. A principal mostra de honra se constituía no fato de lhes ser permitido comer sentados à mesa em companhia do rei. Ninguém, fora este, tinha o poder de mandá-los açoitar. Esta coorte se constituiu entre os macedônios em uma espécie de celeiro de generais e prefeitos; de lá saíram mais tarde os reis de cujos descendentes, com o passar do tempo, os romanos arrebataram o poder (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, VIII, 6, 2-6).

Façamos algumas considerações: os jovens a que se refere Quinto Cúrcio eram entregues aos cuidados régios entre 13 e 15 anos e compunham o séquito de seguidores do monarca macedônio. O mesmo costume é narrado por Arriano, segundo o qual fora instituído por Filipe, pai de Alexandre.

Havia uma tradição que remontava aos tempos de Filipe; por meio do qual os filhos dos macedônios ricos e influentes, ao chegarem à adolescência, eram selecionados para entrar a serviço do rei. Este serviço implicava, além da assistência à pessoa do monarca, atuar como guarda quando ele se retirasse para dormir. Eles também acompanhavam o rei quando ele andava a cavalo, cuidando de alguns cavalos quando os cavaleiros os traziam e ajudavam o rei a montar ao modo persa, sendo seus concorrentes nos dias de caça. (ARRIANO, *Anábase de Alexandre*, IV, 1).

Era, sem dúvida, uma grande honra participar do círculo de amigos do monarca e os ganhos políticos para o indivíduo e a família seriam significativos. Sendo assim, a comparação das atribuições desses jovens com o ofício de escravos está mais próximo de um estranhamento do autor em relação aos costumes macedônios, do que uma descrição propriamente real.

Por fim, a citação a Roma ao fim da passagem reforça, ainda que com ares de causalidade, o esforço do autor em situar o Império como descendente do legado de Alexandre. Ora, a Macedônia fora convertida em província romana em 146 a.C. A conquista efetivamente volta os olhos romanos para as possibilidades de expansão territorial na Ásia Menor.

Ao relatar que o poder dos reis macedônios fora arrebatado pelos romanos, Quinto Cúrcio reforça a hegemonia romana no Oriente, situando a cidade como a continuadora do projeto expansionista de Alexandre. Esta referência e as demais são insuficientes para nortear a narrativa de Quinto Cúrcio, mas, ao mesmo tempo, são significativas o bastante para passarem despercebidas.

1.3.3A questão do idioma

Afirmar que Quinto Cúrcio foi o único autor conhecido a ter escrito uma biografia em latim sobre Alexandre, o Grande não é simples divagação. Num universo de biógrafos de Alexandre que optaram pelo grego, mesmo num contexto de hegemonia romana, o autor das *Historiae* se diferencia ao optar pelo idioma materno. Tal escolha nos aponta um possível direcionamento da narrativa. Afinal, Quinto Cúrcio Rufo pensa num público romano para as suas *Historiae* e realiza comparativos pontuais entre o período alexandrino e o Principado.

Plutarco e Arriano eram cidadãos romanos de origem grega e participaram da política romana, direta ou indiretamente. Arriano tornou-se cônsul em 129 d.C. e Plutarco, apesar de ter ocupado magistraturas apenas em sua terra natal, a Queroneia, fora preceptor do futuro imperador Adriano. Diodoro, que aparentemente não ocupou cargos públicos, passou parte de sua vida na cidade de Roma onde teve acesso ao acervo literário grego e romano para compor sua “Biblioteca Histórica”.

Ademais, estes autores estão temporalmente situados entre os séculos I a.C. e II d.C., período de surgimento do movimento cultural conhecido como Segunda Sofística,

caracterizado pela tentativa de resgate do pensamento e língua gregos do Período Clássico. Mais do que isso, havia uma tentativa em emular o antigo dialeto Ático na fala e na escrita.

Este aticismo linguístico nunca foi uma cópia perfeita do grego Ático(que, é claro, possuía suas próprias variações internas). Como veremos, autores aticizantes incorporaram muitas características não Áticas em sua linguagem. Além disso, o grego aticizante não era usado a todo momento, mas era preferencialmente um refinamento do discurso educado para certos tios de prestígio literário e ocasiões de fala (SWAIN, 1996, p. 20).

Entre os gregos, o uso dialeto aticizante foi, sem dúvida, usado como forma de distinção entre os membros das elites, mas também como forma de resistência passiva à influência romana. O idioma sempre foi um fator de identificação entre os cidadãos das diversas *poleis*, assim como de diferenciação dos *barbaroi*, ou seja, que não falavam o grego como língua materna. A presença romana (e, portanto, do latim como língua oficial do Império) na Hélade e Ásia Menor, certamente provocou atritos e, neste contexto, o uso do grego se tornou uma forma de afirmação da identidade helênica.

Entre os romanos, o grego caiu no gosto da elite cultural romana, a qual era educada a partir da leitura dos textos clássicos e, não raras vezes, se valia de preceptores gregos para cuidar da educação dos jovens. Importante ressaltar que a presença helênica na Península Itálica data do século IV a.C. e, portanto, o contato romano o pensamento e cultura helênicos (aqui entendido em sentido amplo) era qualquer coisa menos recente. Assim,

A linguagem foi tomada como aspecto de distinção da elite porque, particularmente, demonstrava a posse de riqueza e leitura, tomando os clássicos como ponto de referência. Dominar o grego ático deve ter sido sempre uma questão de maior esforço do que era requerido para leitura. Portanto, se a composição era por motivos políticos ou literários, a linguagem usada e a imitação estilística envolvida era declaração de diferenciação da massa da população e de qualquer um não qualificado em seu emprego (SWAIN, 1996, p. 29).

Os romanos certamente apreciavam o pensamento e costumes gregos e a adoção do idioma pela elite cultural, sobretudo das pronúncias aticizantes, eram sinal de prestígio entre os membros da elite e diferenciação destes da plebe. Em outros aspectos, romanos agregaram

elementos helenísticos em sua sociedade, importando elementos da religião, arquitetura, literatura e pensamento em sentido amplo.

Observemos, contudo que, embora os costumes gregos tenham sido adotados pelos romanos, estes não o fizeram em prejuízo de sua própria cultura. Se por um lado, o helenismo exerceu forte influência na arquitetura, religião e pensamento romanos, em sentido amplo, por outro, “os romanos compartimentaram sua postura pública e suas predileções privadas, simultaneamente acolhendo o helenismo nos círculos sociais dos cultivados, enquanto depreciavam-no num nível oficial como uma questão de política estatal” (GRUEN, 1992, p. 225).

O helenismo não foi, portanto, recebido passivamente pelos romanos. É verdadeira a afirmação de Horácio de que “a Grécia cativa cativou seu rude vencedor” (Cartas, II, 1, 156), mas o que os romanos apreciavam era o ideal de uma Grécia, não a Grécia em si e, certamente, não as inúmeras *poleis* gregas que faziam parte do Império. Nestas, a autoridade provincial se fazia presente, se necessário, pela força.

O apreço romano por Alexandre é uma construção tão idealizada quanto aquela pelo ideal de Grécia. A figura do rei macedônio fora importada para Roma, a partir dos relatos do Período Helenístico e seu sucesso como chefe político e militar construíram um Alexandre modelo, inspiração para líderes políticos da República ao Principado, mesmo que estas formas de governo se distanciassem das monarquias helenísticas.

Quinto Cúrcio certamente foi educado em grego, do contrário não poderia ter consultado as fontes que pesquisou. Como romano, ele certamente se inspirou nos relatos sobre as *poleis*, sua história, cultura, mitos e figuras mais famosas, dentre elas Alexandre. E, embora, não possamos afirmar categoricamente, é bem provável que o monarca macedônio tenha exercido algum fascínio sobre o autor.

A opção do autor pelo Latim não pode ser considerada um desconhecimento ou mesmo desprezo pelo grego, mas uma opção, primeiramente pautada por suas origens. Toda tentativa de identificação de Quinto Cúrcio aponta para um cidadão romano de origem e não um grego com cidadania romana como foram Plutarco (nascido na Queroneia) e Arriano (nascido na Bitínia). Ademais, a *gens Curtia*, à qual ele pertenceu, era antiga, possivelmente de origem Sabina, tendo participado das origens de Roma. Tito Lívio cita um antepassado desta *gens*, de nome Mécio Cúrcio que entrara em combate contra os romanos após o rapto das mulheres sabinas.

Seja como for, os sabinos estavam de posse da cidadela. E eles não desceriam dela no dia seguinte, embora o exército romano estivesse reunido em um campo de batalha por todo o terreno entre o Palatino e o monte Capitolino, até que, exasperados com a perda de sua cidadela e determinados a recuperá-la, os romanos se prepararam para o ataque. Avançando antes do resto, Mécio Cúrcio, do lado dos sabinos, e Hóstio Hostílio, do lado dos romanos, se engajaram em combate. Hóstio, lutando em terreno desvantajoso, sustentou as fortunas de Roma por sua coragem intrépida, mas finalmente caiu; a linha romana rompeu e fugiram para o que era então o portão do Palatino (TITO LÍVIO, *Desde a Fundação da Cidade*, Livro I, 13).

Quinto Cúrcio pode ter sido membro de um ramo plebeu da *gens Curtia* ou mesmo nascido em berço aristocrata, mas certamente recebeu educação formal, o que podemos comprovar pela riqueza de sua pesquisa documental e estilo de escrita. Ademais, se considerarmos as hipóteses de que o autor exercera alguma magistratura, como relataram Tácito e Plínio, o Jovem, ou seguido carreira de Retor, como aponta a lista de Suetônio, podemos afirmar que, independentemente de suas origens, sua educação não fora negligenciada.

A segunda hipótese para a escolha do Latim está no direcionamento da narrativa. Sendo romano de origem, Quinto Cúrcio escreveu para um público romano educado e, provavelmente, ativo na política. Escolher Alexandre como objeto de seu trabalho se justifica pelo fascínio que o rei macedônio exercera sobre mundo o romano, mas isso, por si, não explica como as *Historiae* fogem tanto do padrão das demais narrativas do período.

Via de regra, os historiadores da Antiguidade buscaram no passado os subsídios para a compreensão e solução dos problemas do presente. É a partir dos *exempla*, e partindo de uma noção de cíclica do tempo, que eles procuravam subsídios para o ordenamento de um mundo em constante transformação e, portanto, em crise.

Quinto Cúrcio produz uma obra de valor histórico, conduzida pelo rigor com as fontes exigido a um historiador, mas, sobretudo, ele elenca as virtudes e vícios de seu objeto para, a partir da de Alexandre, o rei ideal, traçar o perfil do governante adequado a Roma. Mais do que isso, o autor pensa o Principado como organismo e, neste contexto, o papel das magistraturas no bom funcionamento da *Res Publica*, como veremos adiante.

1.3.4 Uma Biografia do Poder

Os esforços mais recentes em situar temporalmente a obra de Quinto Cúrcio produziram pouco material novo, além daquele que os historiadores discutem há mais de um século. A maioria do que foi produzido até aqui vai pouco além de revisões bibliográficas, relatando os argumentos favoráveis e contrários a este ou aquele imperador, com os autores pendendo ora para um lado, ora para outro.

Não estamos atrás de culpados. Toda a documentação disponível sobre o autor e a obra já foi revirada e, façamos justiça, ela não é abundante. Das primeiras discussões no século XIX para cá, apenas a definição de Quinto Cúrcio como um autor do período imperial é unânime. Umas poucas citações entre autores e referências cruzadas em obras mais ou menos contemporâneas ajudam, é verdade, a delimitar o universo de pesquisa, mas não o suficiente para dissipar as nuvens de dúvidas que pairam sobre o tema.

Será que toda esta discussão é verdadeiramente importante? Delimitar a atuação de Quinto Cúrcio ao Principado de Augusto, Cláudio ou Vespasiano reduz o mérito de sua obra? Não foram todos estes Príncipes protagonistas de mudanças significativas na política romana e, portanto, serviriam como fonte de inspiração para as *Historiae*? Já dissemos: um jovem cuja *Cursus Honorum* se iniciasse sob Tibério seria um septuagenário sob o governo dos Flávios. Ele teria vivido sob a tutela de oito imperadores, cada um tendo causado uma impressão diferente no autor enquanto lutavam (às vezes entre si) para manter o controle e a unidade de Roma.

É precisamente neste ponto que a discussão sobre Quinto Cúrcio ter vivido sobre este ou aquele imperador parece perder o sentido. Como destacado, as *Historiae* são uma obra muito elaborada e rica em detalhes para ser apenas um catálogo dos *exempla* morais. Quinto Cúrcio certamente teve a intenção de produzir um trabalho historiográfico. O que o torna fascinante é sua preocupação em encontrar paralelos com o mundo romano, atribuindo sentido por meio da experiência historiográfica a um mundo atribulado pelos conflitos políticos.

A obra de Quinto Cúrcio foi, possivelmente, escrita em um período em que Roma já havia se firmado como a força dominante em todo o Mediterrâneo, tendo expandido seu território até o Danúbio ao Norte, costa da África ao Sul, Ilhas Britânicas a Oeste e Ásia Menor a Leste. Ao mesmo tempo, o século I d.C. foi um período especialmente turbulento da história romana, quando ocorreram as primeiras experiências com o Principado. De fato, salvo Augusto, cujo governo foi presumidamente tranquilo, os imperadores que se seguiram

tiveram, em sua maioria, mortes violentas, lista que seria interrompida apenas por Vespasiano, em 69 d.C.

Ao contrário de outros historiadores latinos, que buscaram na própria história romana os elementos para suas obras, Cúrcio recorre a um dos personagens mais emblemáticos da Antiguidade, a fim de buscar subsídios para o modelo ideal de estadista. De fato, Alexandre foi, e ainda é, objeto de admiração, tendo servido de inspiração para governantes e líderes militares.

Trata-se de uma obra de valor histórico, mas, sobretudo, trata-se de um tratado sobre o poder e a arte de bem ou mal governar. Ao abordar a questão das representações de Alexandre em Roma, Quinto Cúrcio permite a análise das concepções de poder e da governabilidade do Império Romano. Entretanto, mais do que estabelecer um modelo de Príncipe, o autor procura pensar o Principado. Ele produz reflexões sobre o Império e a formação de seus dirigentes, pois toma seu objeto de estudo como exemplo do que o Príncipe romano deveria ou não levar em consideração, dependendo da circunstância.

O fato é que a obra poderia servir a qualquer imperador. O espectro do governante ideal parece rondar esses cidadãos romanos que, diante das necessidades expressas pela expansão do império, procuravam compreender seu mundo, conferindo-lhe ordem e racionalidade, por meio de uma figura central que era o imperador (VIZENTIN, 2009, p. 164). Mais adiante, este estudo procurará contextualizar o período de escrita do documento, descrevendo as transformações políticas em Roma, na passagem do século I a.C para o I d.C, e como o Principado Romano semeou um terreno fértil para a reprodução de narrativas que buscassem pensar a magistratura.

CAPÍTULO 2 - DA REPÚBLICA AO PRINCIPADO: A TRANSIÇÃO E O ESTABELECIMENTO DA AUTOCRACIA

Os registros mais antigos sobre a história romana datam do século III a.C., já durante o período republicano, com os escritos de Quinto Fábio Pictor sobre a fundação da cidade. Nenhum registro escrito pré-República parece ter sobrevivido e as narrativas sobre a fundação da cidade e o período Monárquico assumem caráter mítico. Apenas recentemente a arqueologia lançou luzes sobre a ocupação da *urbs*, como sendo anterior ao século VIII a.C., conforme atesta Alexandre Grandazzi (2010, p. 82-83):

Sabe-se atualmente que a pré-história está bem representada no Lácio e no sítio romano: o Paleolítico (homem de Neandertal), registrado em todo o vale do Ânio, também o é agora no Palatino; o eneolítico, no Palatino e o Esquilino. No terceiro e segundo milênios a.C., as futuras colinas romanas são povoadas esporadicamente por pastores nômades. Entretanto, os verdadeiros inícios do sítio romano situam-se no Bronze Médio, a partir do século XVII a.C.: fragmentos (da época subapenina) encontrados em diferentes locais ao pé do Capitólio permitem supor a existência de um vilarejo na depressão entre os dois cumes da colina, e de outro, certamente estabelecido em suas encostas meridionais e talvez na própria planície que abrirá o Fórum Boarium, ao longo do Tibre, que não parece ter então valor de delimitação étnica (GRANDAZZI, 2010, p. 82-83).

Desde sua fundação, em 753 a.C., até a instauração da República, em 509 a.C., Roma permaneceu uma pequena cidade-estado, cuja hegemonia não ultrapassava a Península Itálica. O fim das Guerras Púnicas e o domínio sobre o Mediterrâneo mudariam este cenário significativamente.

A vitória sobre Cartago em 201 a.C. parece ter sido determinante para espalhar o nome da cidade pelo Mediterrâneo. Com efeito, é durante o período republicano, mais precisamente a partir do século III a.C. que Roma começa a expandir sua presença sobre o Mundo Antigo, submetendo ao seu domínio, nesta ordem: Península Ibérica (no contexto da Segunda Guerra Púnica), a partir do século III a.C.; Anatólia (após a Guerra Romano-selêucida, entre 192 e 188 a.C.); norte da África, com a derrota definitiva de Cartago em 146

a.C.; Macedônia, em 148 a.C.; Grécia, em 146 a.C.; Numídia, em 105 a.C.; Gália, em 58 a.C. e, por fim, Egito, em 30 a.C.

Do mítico Rômulo à aclamação de Augusto, Roma experimentou diferentes regimes de governo que moldaram sua forma de enxergar a cidade, as províncias e o próprio modo de vida dos romanos. A presença de um Senado como instituição guardiã da República, em oposição ao regime monárquico derrubado no século VI a.C., torna Roma um exemplo muito particular no Mediterrâneo Antigo, majoritariamente monárquico. Mesmo que o Principado tenha ensaiado uma centralização do poder, esta mudança nunca ocorreu em sua plenitude e o Senado manteve uma força a ser considerada pelos imperadores.

Exporei a partir de agora a história política e militar do povo romano livre, suas magistraturas anuais e o império das leis, mais forte que o dos homens. Esta liberdade se tornara mais apreciável ante o despotismo do último rei. Porque seus antecessores exerceram o poder de tal modo que mereceram, um após o outro, serem considerados fundadores, ao menos, dos novos bairros de Roma que foram construindo como assentamento para a população anexada. E não há dúvida que mesmo Bruto,²⁰ que tanta glória alcançou expulsando ao rei tirano, o teria feito com gravíssimo dano ao Estado se, levado pela ânsia de uma liberdade para a qual ainda não havia condições, houvesse arrebatado o poder a alguns dos reis precedentes. Com efeito, que teria ocorrido se aquela turba de pastores e aventureiros, fugidos de sua pátria, uma vez alcançada a liberdade ou, ao menos a impunidade por estarem protegidos pela inviolabilidade do asilo, livres do temor ao rei, se houvesse visto imersos nas tempestades tribunícias; e se houvesse entrado em disputa com os patrícios em uma cidade que não era deles, antes dos laços afetivos de cônjuges e filhos e o próprio amor à terra, que apenas se tem através de uma prolongada permanência; estivessem coesas suas vontades? A discórdia haveria destruído ao Estado ainda na infância, ao que uma serena moderação no exercício do poder se desenvolveu até fazê-los capazes de assimilar o precioso fruto da liberdade na plenitude de suas forças (TITO LÍVIO, *Desde a Fundação da Cidade*, II 1,1-9).

Há algumas questões a se considerar sobre esta passagem. Primeiro há que se lembrar que o mito fundador de Roma remete à chegada do troiano Eneas à Península Itálica, onde se estabelece com seus companheiros de viagem, na corte do rei do Lácio, Latino. De Eneas descenderiam os reis de Alba Longa e, portanto, Rômulo, fundador da cidade de Roma. O mito da fundação da *urbs* reforça o argumento de Tito Lívio de que sentimento de dever do

²⁰ Lúcio Júnio Bruto foi um dos fundadores da República e articuladores do movimento que depôs o último rei de Roma, Tarquínio, o Soberbo, em 509 a.C. Exerceu, naquele mesmo ano, junto com Lúcio Tarquínio Colatino o primeiro consulado. Séculos mais tarde um de seus descendentes, Marco Júnio Bruto, ficaria famoso por liderar o complô para assassinar Júlio César, em 44 a.C.

cidadão romano para com a cidade era oriundo de um sentimento de pertencimento, um “amor à terra”, construído após anos da perpetuação da linhagem do filho de Ascânio e seus companheiros exilados de Tróia.

Não por acaso, o agricultor, proprietário de terras seja frequentemente citado na documentação como o modelo de cidadão. Em sua obra, “*Da República*”, Cícero, citando Catão, o Velho, lembra como a formação do povo romano se diferenciava dos demais povos do Mediterrâneo em sua formação política.

[Catão] Costumava dizer que nossa superioridade política tinha como causa o fato de que os outros Estados nunca tiveram, senão isolados, seus grandes homens, que davam leis à sua pátria de acordo com seus princípios particulares; Míno em Creta, Licurgo na Lacedemônia, e, em Atenas, teatro de tantas revoluções, Teseu, Drácon, Sólon, Clístenes e tantos outros, até que para reanimar o seu desalento e debilidade achou Demétrio, o douto varão de Falero; nossa República, pelo contrário, gloriosa de uma longa sucessão de cidadão ilustres, teve para assegurar e afiançar seu poderio, não a vida de um só legislador, mas muitas gerações e séculos de sucessão constante (MARCO TÚLIO CÍCERO, *Da República*, Livro II, 1-3).

Que fique claro: nenhuma discussão sobre a veracidade do mito fundador de Roma é relevante neste momento. A Arqueologia já lançou muitas luzes sobre o processo de ocupação da Península Itálica como sendo anterior à Idade do Bronze, como já relatamos acima. Ademais, tanto Cícero quanto Tito Lívio foram atuantes entre a República e início do Principado (Cícero é morto em 43 a.C. e Tito Lívio atuou durante todo o Principado de Augusto), portanto, ambas narrativas abrangem, muito além do factual (para os padrões modernos, frisemos), o imaginário dos romanos sobre suas próprias origens.

Assim, a narrativa romana se orientou no sentido de explicar que a natureza política da *Urbs* conferia aos cidadãos maior liberdade em relação aos vizinhos, predominantemente monárquicos.²¹ A *Res Publica* punha Roma nas mãos de um grupo de cidadãos notáveis, eleitos pelo povo, a ocupar as diversas magistraturas. Não à toa, a expulsão de Tarquínio tem um efeito simbólico significativo na memória romana como um ato libertador equivalente, guardadas as proporções, ao tiranicídio defendido por Bruto e seus aliados, no assassinato de César em 44 a.C.

²¹ Não estamos ignorando o exemplo ateniense, que também desenvolveu um sistema político baseado na eleição de cidadãos para as magistraturas. Lembremos, contudo, que a maioria da documentação escrita romana é posterior ao século III a.C., quando a cidade de Roma já se despontava como potência no Mediterrâneo e a Democracia Ateniense sucumbido ante o domínio macedônio.

Naturalmente o discurso não confirma os fatos e, até onde a documentação nos conta, ou seja, entre o III a.C., e o I a.C., a República foi posta à prova mais de uma vez, seja por conflitos externos, seja por conspirações nascidas entre os próprios cidadãos romanos. A instabilidade política nos últimos anos da República dariam à luz a outras formas de organização política e administrativa que moldariam os cenários de Roma nos séculos seguintes.

2.1 OS ÚLTIMOS ANOS DA REPÚBLICA

O século I a.C. foi um período de conflitos internos em Roma, com ameaças constantes à estabilidade política da cidade. Em 91 a.C. uma coalizão entre cidades da Península Itálica decretou a independência de Roma. A chamada Guerra Social (do latim *socci*) foi o primeiro grande conflito a ameaçar diretamente a hegemonia romana em seu próprio território. O conflito terminou em 88 a.C. com a vitória romana e concessão de cidadania às cidades que não participaram do levante.

Mas foi Sula o primeiro a marchar com suas legiões contra Roma. Eleito cônsul em 88 a.C., foi preterido, por uma manobra política de Públio Sulpício Rufo e Caio Mário, seu grande rival, na disputa para assumir o comando das legiões que marchariam contra o exército de Mitrídates, rei do Ponto, que tentara expandir sua influência sobre as cidades gregas. Ultrapassado, Sula convoca suas legiões e cerca a cidade, que é facilmente tomada. Sulpício Rufo é assassinado e Mário foge para a África, onde permanece em exílio pelos anos seguintes.

A invasão de Sula à cidade de Roma quebrou com a inviolabilidade do Pomério e, de fato, pressionou o Senado a garantir-lhe o comando da guerra no Oriente. A partir daquele momento a estabilidade política da cidade não mais dependia da lei, mas da força das legiões. Um ano mais tarde, Mário retornaria a Roma, também com um exército, e se declararia cônsul em mandato conjunto com Lúcio Cornélio Cina.

Anos mais tarde, em 83 a.C., as disputas entre as facções dos *Optimates*, liderados por Sula, e Populares, da qual Mário (morto em 86 a.C.) fizera parte, entram novamente em confronto.²² O resultado é a Guerra Civil decidida em 82 a.C. às portas de Roma. Sula sai

²² Numa interpretação moderna e, por isso mesmo, imprecisa, *Optimates* e Populares pode ser entendido como Conservador e Progressista. A rigor, a primeira facção pregava um controle ilimitado do Senado Romano nos assuntos políticos; enquanto a segunda defendia mais concessões às assembleias populares. Na prática, entretanto, ambas eram compostas por membros da aristocracia. Ver: BRUNT, 1988, p. 32.

definitivamente vitorioso, sendo aclamado Ditador, permanecendo assim até sua renúncia em 79 a.C.²³

Segundo atesta Mary Beard (2017, p. 213) “por volta da década de 60 a.C., a própria ordem política de Roma sofria rupturas a todo instante, superada pela violência de rua”. As duas conspirações de Catilina, em 65 a.C. e 63 a.C., são apenas os eventos mais famosos neste período de efervescência política. O processo político gradualmente se deteriora ameaçando a unidade da República.

Ressaltemos que, a esta altura os conflitos políticos em Roma já haviam se tornado frequentes, em parte pela deterioração dos princípios que fundamentavam a República. A influência das legiões e seus comandantes têm um peso importante, é verdade, mas outros fatores devem ser assinalados. Durante o século I a.C., Roma se tornara uma das maiores cidades do Mediterrâneo, com todos os problemas sociais característicos. Ao mesmo as instituições demonstraram pouco ou nenhum interesse em solucionar o problema. As poucas iniciativas, como as reformas de Tibério e Caio Graco, foram duramente reprimidas pelo Senado. Este cenário é favorável à animosidade popular e o enfraquecimento das instituições, abrindo caminho para conflitos abertos entre as facções políticas.

Essa é uma história poderosa de crise política e desintegração sangrenta, mesmo contada em sua forma mais esquemática. Alguns dos problemas subjacentes são óbvios. As instituições políticas de Roma, de escala relativamente limitada haviam mudado pouco desde o século IV a.C. Mal conseguiam estar à altura de governar a Península Itálica e eram ainda menos capazes de controlar e policiar um vasto Império. Como veremos, Roma confiava cada vez mais nos esforços e no talento de indivíduos cujo poder, lucros e rivalidades ameaçavam os próprios princípios sobre os quais a República se assentava. E não havia nenhum anteparo – nem mesmo uma força policial básica – para impedir que o conflito político descambasse para a violência política assassina em uma metrópole imensa, que abrigava um milhão de pessoas por volta do século I a.C., onde a fome, a exploração e as imensas disparidades de riqueza eram catalisadores adicionais de protestos, tumultos e crimes (BEARD, 2017, p. 215).

Este contexto favoreceu a criação, em 60 a.C., do Primeiro Triunvirato, aliança informal composta pelo recém eleito cônsul Caio Júlio César; Cneu Pompeu Magno,

²³ O termo Ditador não deve ser entendido na acepção moderna. Dentro da estrutura político-administrativa romana, um Ditador era um magistrado nomeado pelo Senado em situações excepcionais e/ou de extremo perigo para Roma. As ditaduras tinham mandato de seis meses, podendo ser prolongadas em caso de persistência da situação de risco. César permaneceu como Ditador Perpétuo até seu assassinato em 44 a.C., sendo a exceção à regra. Ver: SMITH, 2011, p. 24.

comandante famoso por seus feitos; e Marco Licínio Crasso, o homem mais rico de Roma. Juntos, os três orientaram a política romana atendendo a seus interesses. Como cônsul, César garante a aprovação de leis favoráveis aos dois aliados, assim como fora beneficiado com o comando da campanha na Gália, benefício que foi prolongado em 55 a.C., quando Pompeu e Crasso dividiram o consulado. Além disso, os três angariaram fundos para a sonhada campanha de Crasso contra o Império Parta.

A partir de 54 a.C., no entanto, a relação entre os três se deteriora. Naquele mesmo ano, Júlia, filha de César e esposa de Pompeu, morre em trabalho de parto. Um ano mais tarde, a desastrosa campanha contra os Partos ceifa a vida de Crasso. Sem mais nada que unisse os dois líderes, o Triunvirato se desfaz e as animosidades entre os dois lados evoluem para hostilidade aberta.

2.1.1 A Guerra Civil, o triunfo e a morte de César

Em 49 a.C., César percebendo a necessidade de consolidar sua posição política frente ao Senado, deixa a Gália e cruza o Rubicão, rio que limita a fronteira norte da Península Itálica. Pela lei, nenhum general poderia cruzar o rio acompanhado de suas legiões, o que torna o evento tão significativo. O apoio a César por seus oficiais aponta que os pudores com algumas tradições já haviam se deteriorado desde Sula.

A Guerra Civil que se seguiu não ficou restrita à Península Itálica. Ocidente e Oriente foram divididos entre César e Pompeu, nesta ordem. Foi também uma guerra entre as duas facções do Senado. César, que durante juventude fora influenciado por Mário, era apoiado pelos Populares, enquanto Pompeu, que servira sob Sula, recebera apoio dos *Optimates*. A luta final ocorreu em Farsala, na Grécia, com a vitória incontestável de César. Pompeu fugiu para o Egito, onde foi traído e assassinado.

César desponta como líder incontestável de Roma. Pelos anos seguintes, até seu assassinato em 44 a.C., governou a cidade como autocrata, empreendeu reformas profundas na administração romana, promoveu algumas medidas de caráter social, o que lhe valeu a aprovação das camadas populares, exerceu controle sobre as assembleias populares e passou a indicar os nomes para as magistraturas. Enfim, sob vários os aspectos, seu governo se assemelhava a uma monarquia e é bem provável que ele assim o desejasse.

A Guerra Civil de 49 a.C. minou as forças da facção dos *Optimates*. Parte considerável da aristocracia pereceu no conflito e isso possibilitou a ascensão dos homens

novos, membros de famílias abastadas, mas de pouco poder político. César assegurou o acesso desses homens ao aumentar o número de vagas para o Senado, e expandindo sua influência no processo.

César não governou sem oposição. Uma facção do Senado, composta por membros dos *Optimates*, mas também por outros inimigos que o Ditador fizera no caminho, temia que César desejasse tomar Roma para si e governar como um rei. A figura régia já é problemática o bastante no contexto da República. Os romanos se orgulhavam de não necessitarem de um rei para governá-los. Mais que isso: a imagem que se fazia crer da República Romana era a de uma coalizão dos cidadãos mais capazes governando em favor do povo. Independentemente de todas as ressalvas que possamos fazer, tal discurso produz uma imagem muito forte e a ameaça de retorno ao tempo dos reis certamente deixou os Senadores apreensivos.

Seja como for, um grupo se formou em torno da ideia do assassinato (ou tiranicídio, como posteriormente alegaram). Os *Liberatores* (libertadores, em Latim) somavam 60 Senadores liderados por Marco Júnio Bruto, Décimo Cássio Longino e Caio Júnio Bruto Albino, este um antigo oficial e pupilo de César. O assassinato ocorreu nos idos de março de 44 a.C., durante uma reunião do Senado na Cúria de Pompeu.

Essa circunstância talvez fosse efeito do acaso. O mesmo não se poderia dizer, porém, do lugar onde o Senado se reuniu naquele dia, e onde se deu a cena sangrenta. Havia, na sala, uma estátua de Pompeu, e a própria sala era num edifício que Pompeu oferecera e que servia de ornamento ao seu teatro: prova evidente de que um deus guiava a empresa e designara aquele edifício como lugar de execução. Dizem mesmo que Cássio, antes de pôr mãos à obra, levantou os olhos à estátua de Pompeu, com uma invocação silenciosa, embora partidário de Epicuro; mas a consideração da presença do perigo fez vibrar sua alma de alto entusiasmo, tornando-o esquecido de suas antigas opiniões. Antônio, que era decotadíssimo a César, e cujo extraordinário vigor físico era temido, foi detido por Bruto Albino, que propositalmente travou com ele longa palestra. Quando César entrou, os senadores levantaram-se, em sinal de atenção. Quanto aos cúmplices de Bruto, alguns se colocaram atrás da cadeira de César, outros diante dele, para unir suas súplicas às de Túlio Címber, que pedia revogação do exílio de seu irmão; e o acompanharam até ao lugar de César, insistindo vivamente. César sentou-se repelindo suas súplicas; depois, como ainda insistissem, manifestou seu desagrado dirigindo-se a cada um. Então, Túlio apanhou a toga de César com as duas mãos, descobrindo-lhe os ombros: era o sinal do ataque. Casca foi o primeiro a feri-lo com a espada, perto do pescoço; mas a ferida não foi mortal, pois o ferro não penetrara muito. Parece que, encarregado de iniciar tão audaciosa empresa, Casca ficou emocionado. César vira-se para ele, apanha a espada e detém os golpes. Gritaram ambos ao mesmo tempo, César em latim: “Casca, celerado, que fazes?”, e Casca, em grego, dirigindo-se a seu irmão: “Acode-me, irmão!”. No Primeiro instante, todos que não

pertenciam à conspiração ficaram horrorizados; e, tremendo-lhes todo o corpo, não ousaram nem fugir, nem defender César, nem proferir uma palavra. Entretanto, os conjurados, cada um desembainhando sua espada, cercaram César por todos os lados. De qualquer lado que se vira só encontra espadas, que o ferem nos olhos e no rosto. Como uma fera assaltada por caçadores, César debate-se entre todas essas mãos armadas contra si, pois cada um queria participar do massacre e saborear aquele sangue, como nas libações de um sacrifício. Bruto deu-lhe um golpe na virilha. Conta-se que César, que se defendia contra os outros e que movia o corpo para todos os lados, soltando grandes gritos, logo que viu Bruto com a espada desembainhada na mão, cobriu a cabeça com a toga e se abandonou ao ferro dos conjurados. Fosse por acaso ou por premeditação, César foi repellido até ao pedestal da estátua de Pompeu, que ficou coberta com seu sangue. Parecia que Pompeu presidira à vingança infligida a seu inimigo, estendido a seus pés, sucumbindo aos numerosos ferimentos recebidos. César recebera – dizem – vinte e três ferimentos, e diversos de seus agressores feriram-se uns aos outros, golpeando todos ao mesmo tempo contra um só homem (PLUTARCO, *Vidas Paralelas*, César VI 66, 1-14).

Deve-se levar em conta que a morte de César era vista e defendida pelos conspiradores como um ato de salvação da República. Ao tomar para a si honrarias e poderes absolutos, o Ditador afronta o Senado. A tese de Tiranocídio é reforçada no discurso. Atacar um membro do Senado, sobretudo, o mais alto magistrado da República, era um crime hediondo, um ataque direto a Roma. Mas a morte de um tirano é um evento a ser celebrado. Não à toa estes homens se outorgaram o papel de libertadores. Para que a República vivesse, era preciso que César tombasse.

Ao atacarem César, os assassinos acreditavam estar cobrindo a si mesmo de glórias. Eles faziam isso por convicção. Eles faziam isso por interesses próprios. E eles faziam isso por ódio, por ciúme e por sua honra. Eles eram descendentes dos senadores que haviam assassinado os reformadores irmãos *Gracchi*, em 133 a.C. e em 121 a.C.; e dos patrícios, que se limitaram a sentar-se como estátuas, vestidos com suas togas, enquanto os gauleses saqueavam Roma, em 387 a.C., e que, assim, morreram destemidamente (STRAUSS, 2017, p. 152).

É ponto pacífico que os conspiradores pensassem libertar Roma de um tirano. O que se sucedeu, no entanto, é bem diferente do que desejavam. Os conspiradores tinham uma ideia bem clara do que fazer com o problema que César representava à República, mas não como segurar as rédeas de Roma após o ato. A tese de tiranicídio não conquistou o apoio popular, como estes senadores imaginavam. Certamente não foram suficientemente hábeis para perceber a aprovação de César pelas camadas populares. Talvez por não entenderem que os

fundamentos da República se assentavam num hermetismo negado à massa plebeia do século I a.C.

A inabilidade dos opositores do finado Ditador em ganhar o apoio das massas e, sobretudo do exército, prolongou o vazio de poder por mais tempo do que o necessário. O poder caiu nas mãos de Marco Antônio, cujo discurso inflamado durante o funeral de César amotinou o povo e lhe entregou o apoio dos veteranos. A guerra pelo comando de Roma duraria mais alguns anos.

2.1.2 O Segundo Triunvirato e a transição para o Principado

A morte de César reacendeu os conflitos entre as facções em Roma. O poder fora entregue a Antônio e uma aparente trégua entre os apoiadores e assassinos do Ditador fora estabelecida. Contudo, um outro nome neste jogo de forças deve ser levado em consideração: Caio Otávio, agora Caio Júlio César Otaviano, herdeiro e novo chefe da *gens* Júlia.²⁴ O jovem fora o principal beneficiado pelo testamento de César. Além de receber um terço da fortuna pessoal do Ditador, ele foi considerado o herdeiro do legado do tio, tendo sido adotado por ele *post mortem*.

O apoio do Senado orbitara ora em volta de Antônio, ora de Otaviano. Certamente havia pouca boa vontade dos senadores em prestar honras ao herdeiro de César. Por outro lado, este se mostrava ter caráter mais tratável que o passional Antônio, o qual já ocupara o consulado. Em 43 a.C., Otaviano, diante da recusa do Senado em lhe aclamar Cônsul, algo impensável para um rapaz de 19 anos, marcha sobre a cidade de Roma e se autoproclama.

Como Cônsul, Otaviano pôs em prática seu plano de perseguição aos assassinos de César. Revogou a anistia aos envolvidos na conspiração e criou uma lista de proscuições onde todos os nomes contidos nela eram declarados inimigos da República. Ao mesmo tempo, revogou o decreto que punha Antônio na ilegalidade. Naquele mesmo ano, os dois comandantes e Lépido se reúnem na cidade de Roma e oficializam o Segundo Triunvirato.

Ao contrário do primeiro, o Segundo Triunvirato foi uma coalizão formalizada em lei. Seus integrantes receberam o título de Triúnviros e suas atribuições eram bem definidas.

²⁴ Caio Otávio usou três nomes durante sua vida: o primeiro, dado a ele no nascimento; o segundo, Caio Júlio César Otaviano, após a adoção por César e Caio Júlio Cesar Otaviano Augusto, após sua aclamação como Imperador. Para efeito de identificação, usaremos os nomes dentro de cada contexto, ou seja: Otávio, quando nos referirmos a ele antes da adoção; Otaviano, após sua adoção por César e Augusto, após sua aclamação.

O principal objetivo era a eliminação dos assassinos de César. Bruto e Cássio se encontravam no Oriente, mas vários outros se localizavam na Península Itálica, ao alcance de seus alçózes.

A luta dos Triúnviros contra os *Liberatores* duraria até 42 a.C., quando as legiões combinadas de Antônio e Otaviano derrotaram os exércitos de Cássio e Bruto nas duas Batalhas de Filipos, na Macedônia. Os últimos líderes da conspiração contra César suicidaram antes de serem capturados. Sexto Pompeu, filho de Pompeu Magno, foi o último foco de resistência aos triúnviros, sendo morto em 36 a.C.

Sem inimigos em comum, os triúnviros estavam livres para tecer seus planos de poder, o que, na prática, significava neutralizar uns aos outros. O primeiro a ser descartado foi Lépido, forçado a um humilhante exílio em *Circeii*. Otaviano e Antônio dividem as províncias entre si. Hispânia, Gália, Península Itálica e África, ficaram sob comando de Otaviano. Grécia, Síria, Ásia Menor e, principalmente o Egito, ficaram com Antônio.

Uma crise entre os dois triúnviros não tardaria. Tanto no Primeiro, quanto no Segundo Triunvirato, a natureza das alianças sempre foi temporária e, fatalmente, degradingolaram para o conflito entre as facções.

Em Roma, Otaviano gradualmente angariou o apoio do Senado, ao mesmo tempo em que fomentou campanha de difamação ao rival. A estadia de Antônio no Oriente o colocou em contato mais direto com as monarquias gregas, cuja pompa certamente o agradaram.²⁵ A grande influência sobre o comportamento do general, no entanto, tinha nome e era bem famosa em todo o Mediterrâneo: Cleópatra.

A rainha do Egito e o general romano já eram amantes desde 40 a.C., quando ele já era governante do Oriente. Naquele momento, o Egito não era uma província romana, mas um reino cliente. Na prática isso significa que Cleópatra era beneficiada com a proteção de Roma em troca de tributos, mas sem os inconvenientes da presença de uma administração da *Res Publica*.

Ademais, Cleópatra se provou uma aliada importante para Antônio, oferecendo suporte para a campanha militar do general contra os partos. O desejo de vingar a morte de Crasso era latente desde que este fora derrotado em Carras. César morrera às vésperas de partir para uma expedição punitiva e as guerras civis interromperam este projeto. Como

²⁵Há uma diferença significativa entre o mundo grego do Período Clássico e os Reinos Helenísticos formados após a morte de Alexandre, o Grande, em 323 a.C. A expansão do Império Macedônio para o Oriente pôs os gregos em contato com elementos monárquicos até então estranhos para eles. Alexandre adotou estes costumes sem reservas, algo inicialmente mal visto por seus generais, mas posteriormente adotado por praticamente todos os seus sucessores. No caso do Egito, onde Antônio se encontrava, os antigos costumes foram preservados pelos faraós ptolemaicos.

governador do Oriente, Antônio reorganizou a administração das províncias e viabilizou a campanha.

Para um aristocrata romano, a mais alta glória era derrotar um inimigo estrangeiro e, de preferência, um inimigo perigoso e exótico. Isso estava profundamente incrustado em sua psique e se refletia num sistema político que dava tanto poderes militares quanto civis aos executivos veteranos da República. Ganhar uma guerra estrangeira dava glória indisputada e igualmente pilhagem indisputada, sem o estigma de matar ou pilhar concidadãos. Uma vitória estrangeira podia fazer a fortuna de um homem, bem como sua reputação. Era algo que nem Antônio, nem Otaviano tinham feito até então. Algo que podia ajudar a eclipsar o caminho brutal que eles haviam tomado para controlar o Estado (GOLDSWORTHY, 2018, p. 380).

O estopim para o conflito aberto entre Antonio e Otaviano ocorreu em 35 a.C., quando, após a segunda campanha contra os partos, Antônio proclamou Cleópatra e Cesário, o filho desta com César, governantes do Egito, Chipre e Síria. Alexandre Hélio, filho de Antônio e Cleópatra recebeu a Armênia, Média e Pártia; a irmã gêmea deste, Cleópatra Selene, parte da Síria, Fenícia e Cilícia. As chamadas Doações de Alexandria significaram o rompimento definitivo com Otaviano e a instauração de outra Guerra Civil.

Mas aconteceu que, com isso mesmo, ele prejudicou Antonio, contra sua intenção; porque ele era odiado por tratar mal uma mulher tão invejável, e também era odiado pela distribuição que fazia aos filhos em Alexandria, e isso parecia teatral, orgulhoso e anti-romano. Porque ele introduziu uma grande multidão no ginásio, onde ele tinha dois tronos de ouro colocados em uma arquibancada de prata, um para ele e outro para Cleópatra, e outros menores para as crianças. De lá, ele proclamou Cleópatra como rainha do Egito, Chipre, África e Síria, reinando em união com Cesário, que foi gerado pelo filho de César, o Ditador, que havia deixado Cleópatra grávida. Segundo, dando aos filhos que nasceram para ele e Cleópatra o ditado dos reis, Alexandre recebeu a Armênia, a Média e o Reino Parta para quando fossem subjugados, e Ptolomeu, a Fenícia, a Síria e a Cilícia. Ao mesmo tempo, dos filhos, ele apresentou Alexandre em trajes medos, usando a tiara, que eles também chamam de cítaris, e Ptolomeu adornado com calçados, capa e chapéu com diadema, que é o ornamento dos reis sucessores de Alexandre, assim como aquele dos medos e armênios. Depois que as crianças cumprimentaram os pais com um beijo, um foi colocado como guardião dos armênios e o outro da Macedônia. Porque Cleópatra já naquela época, e sempre em diante, não saiu em público, mas com as roupas sagradas de Ísis, e, como nova Ísis, ela deu oráculos (PLUTARCO, *Vidas Paralelas, Antônio*, Livro VII, 54).

Antônio dera a Augusto o pretexto necessário para incitar Roma contra ele. Em 34 a.C. a hostilidade entre os dois já havia se tornado aberta e o herdeiro de César iniciara campanha difamatória contra seu rival, acusando-o de excessos (principalmente sexuais e de álcool) e sentimento anti-romano ao apoiar uma rainha estrangeira a qual o dominava.

Em contrapartida, a virtude da esposa oficial de Antônio, Otávia, era exaltada. Era dito como ela suportava em silêncio as humilhações do marido, e cuidava dos filhos do casal, enquanto o triúmviro cometia todo tipo de excessos ao lado da amante. Este era um discurso poderoso que provocou a rejeição de Antônio em Roma. Ademais, Otaviano se encontrava em posição estratégica para difamar seu rival. Próximo da aristocracia poderia espalhar quaisquer boatos e estes seguramente percorreriam as províncias.

O ponto alto da rivalidade ocorreu quando Otaviano demandou que o testamento de Antônio fosse entregue a ele e aberto. Os testamentos eram guardados no Templo de Vesta e, pela lei romana, só era aberto e lido postumamente. Diante da recusa das Vestais, o triúmviro invadiu o Templo, tomou o testamento e ordenou sua leitura. No texto, Antônio reconhecia César como pai de Cesário, filho de Cleópatra e ratificava as doações de territórios à amante; ademais, manifestava seu desejo de ser sepultado em Alexandria.

César [Otaviano] ficou ainda mais violentamente enraivecido e não deixou de procurar o documento [testamento de Antonio], apreendendo-o e depois levando-o para o senado e depois para a assembleia, e lendo-o. Pois as cláusulas nele contidas eram de tal natureza que esse procedimento mais ilícito da parte de César não lhe causou censura dos cidadãos; pois Antônio contou a Cesário que ele realmente nascera de [Júlio] César, dera enormes presentes a seus filhos com a rainha egípcia, que estava sendo criada por ele, e ordenara que seu corpo fosse enterrado em Alexandria ao seu lado (DIÃO CÁSSIO, *História de Roma*, Livro L 3, 4-5)

A relação entre Otaviano e Antônio chegou ao ápice do desgaste. Enquanto ambos tinham ambições envolvendo Roma, o herdeiro de César soube angariar apoio com muita habilidade. Em uma última cartada, instigou o Senado a uma declaração de guerra; não contra Antônio, mas contra o Egito. Evidentemente, era uma armadilha: se abandonasse a amante e apoiasse o Senado, Antônio certamente veria o fim de sua carreira política, subjugado por um rival muito mais jovem. Por outro lado, se optasse por apoiar Cleópatra contra a investida romana, seria um traidor de Roma, despojado de seus cargos e honras.

Isso fez com que os romanos, indignados, acreditassem que os outros relatos em circulação também eram verdadeiros, no sentido de que se Antônio vencesse, ele daria sua cidade a Cleópatra e transferiria a sede do poder para o Egito. E ficaram tão zangados com isso que todos, não apenas os inimigos de Antônio ou aqueles que não estavam do lado de nenhum dos homens, mas até seus amigos mais íntimos, o censuraram severamente; pois, consternados com o que foi lido e, ansiosos para combaterem a suspeita de César, falaram da mesma maneira que os demais. (...) e declararam guerra a Cleópatra, vestiram suas capas militares como se ele estivesse próximo, e foram ao templo de Bellona onde eles executavam através de César como fetais todos os ritos preliminares à guerra da maneira habitual. Esses procedimentos foram nominalmente dirigidos contra Cleópatra, mas realmente contra Antônio. (...) Ela costumava frequentar o mercado com ele, juntou-se a ele na administração de festivais e na audiência de ações judiciais, e andava com ele mesmo nas cidades, ou era transportada em uma cadeira enquanto Antônio a acompanhava a pé, juntamente com seus eunucos. Ele também denominava sua sede "o palácio", às vezes usava uma adaga oriental no cinto, vestido de maneira que não correspondia aos costumes de sua terra natal, e se deixava ver até em público em um sofá dourado ou em uma cadeira desse tipo. Ele posou com ela para pinturas de retratos e estátuas, representando Osíris ou Dionísio e ela Selena ou Ísis. Isso mais do que tudo o fez parecer ter sido enfeitado por ela através de algum encantamento. Pois ela encantou e encantou não só ele, mas também os demais que tiveram alguma influência com ele, que concebeu a esperança de governar até os romanos; e sempre que ela fazia um juramento, sua frase mais forte no juramento era seu propósito de fazer justiça no Capitólio (DIÃO CÁSSIO, *História de Roma*, Livro L 4, 2-4)

Antônio certamente pesou as opções: lutar ao lado de uma rainha poderosa como Cleópatra, mesmo que as chances de vitória fossem incertas, seria mais vantajoso que se submeter a um Senado controlado por Otaviano e, com sorte, ter o privilégio de um exílio desonroso. Ademais, o campo de batalha sempre lhe fora atraente e poderia dar-lhe tempo se a Fortuna lhe sorrisse. Assim o fez e o casal iniciou os preparativos para a guerra.

O confronto se deu em Ácio, na Grécia, em 31 a.C. A batalha foi uma vitória decisiva para Otaviano. A frota republicana, liderada por Agripa, destruiu os navios de Antônio e Cleópatra. O casal fugiu para Alexandria, abandonando seus homens. O ex-triúviro estava definitivamente arruinado. O inevitável fim chegaria um ano depois quando Otaviano invade Alexandria. Antônio e Cleópatra suicidam exterminando qualquer foco de resistência ao rival. Não à toa, Dião Cássio estabelece a vitória em Ácio como o início do governo de Augusto.

Tal foi a batalha naval em que se engajaram no dia 2 de setembro. Não mencionei essa data sem uma razão específica, nem estou acostumado a fazê-lo; mas César agora, pela primeira vez, detinha todo o poder sozinho e, conseqüentemente, os anos de seu governo são adequadamente contados a partir daquele dia. Em homenagem ao dia em que ele dedicou a Apolo de Ácio a partir do número total de embarcações capturadas, um trirreme, um quadrirreme e os outros navios até um dos dez bancos de remos; e ele construiu um templo maior. Ele também instituiu um concurso quadrienal de música e ginástica, incluindo corridas de cavalos - um festival "sagrado", como eles chamam aqueles em conexão com os quais há uma distribuição de comida - e intitulou-o de Ácia. Além disso, ele fundou uma cidade no local de seu acampamento, reunindo alguns dos povos vizinhos e desapropriando outros, e ele o nomeou Nicópolis. No local onde ele tinha sua tenda, ele lançou uma fundação de pedras quadradas, adornou-o com os bicos capturados e ergueu-o, aberto ao céu, um santuário de Apolo (DIÃO CASSIO, *História Romana*, Livro LI, 1, 1-3).²⁶

Otaviano retorna triunfante para Roma. Nos anos seguintes receberia do Senado mais e mais poderes. A partir de 27 a.C. adotaria o nome de Augusto e acumularia perpetuamente os títulos de *princeps* e *imperator*. A República Romana se converteria gradualmente noutro modelo de governo, mais centralizador, com um Senado ainda atuante, mas com outras forças capazes de pesar efetivamente a balança do poder. Era o início do Principado.

2.20 PRINCIPADO DE AUGUSTO COMO SÍMBOLO DE UNIDADE DO IMPÉRIO

O período convencionalmente chamado de início do Principado deve ser entendido como um processo de acentuação de mudanças estruturais na administração política de Roma. As reformas de Augusto promoveram gradual concentração de poder nas mãos dele e de seus sucessores. As magistraturas aos poucos deixaram de ser eletivas e passaram a ser ocupadas por indicações ou pelo próprio *princeps*, num acúmulo de funções outrora impensável.

Muitos eram de opinião que se deveria chamar Rômulo, como se fora também um dos fundadores da cidade. Prevaleceu, porém, Augusto, porque era não somente um sobrenome novo, mas também mais considerável (SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares*, Augusto, 7).

²⁶ Mesmo antes de se sair vitorioso da disputa contra Marco Antônio, Augusto promoveu intensa campanha de difamação à imagem de seu rival. Como dito acima, o triúviro fora acusado de sentimentos anti-romanos e de se aliar a uma rainha estrangeira numa campanha pela dominação de Roma, além de ultrajar a esposa oficial, Otávia, irmã de Augusto, aqui fazendo o papel da esposa virtuosa apesar dos ataques do marido. O episódio das Doações de Alexandria foi a fagulha que incitou de vez o Senado contra Antônio.

A opção pelo Principado parece decorrer das tentativas em conferir estabilidade política a Roma. Naturalmente esta não foi uma decisão tomada às pressas, sobretudo no contexto político da passagem do século I a.C. para o I d.C. Antes de ser aclamado príncipe, Augusto dividira o poder com Marco Antonio e Lépido, no chamado Segundo Triunvirato. As diferenças entre os dois autoproclamados sucessores de César mergulharam Roma noutra conflito, do qual Augusto saiu vencedor. Aclamá-lo *princeps* e *imperator*, ou seja, aferir-lhe os poderes político e militar, em tese impediria disputas pelo poder que resultassem noutra guerra civil.

Augusto procurou ordenar a administração de modo a estabilizar Roma e as províncias. Embora seu Principado fosse encarado como uma continuidade da República – e era assim que ele queria que o assunto fosse considerado, como aponta Greg Woolf (2017, p. 26) – gradualmente conseguiu articular toda a administração imperial em um sistema mais centralizador nas mãos do *princeps*.

Roma tinha agora um tesouro militar especial para pagar um novo exército permanente. Os membros das aristocracias romana e italiana receberam papéis na nova ordem como governadores e comandantes militares. Mas o dinheiro, bem como a lealdade dos soldados foram mantidos com firmeza nas mãos de Augusto. Ele, e não o povo – e certamente não o Senado – decidia agora quais aristocracias ocupariam determinada magistratura ou certo sacerdócio (WOOLF, 2017, p. 27).

Mas esta centralização não ocorreu da noite para o dia. Tampouco Augusto esteve de imediato em bons termos com o Senado, que, desde César, demonstrara cautela com os herdeiros da *gens* Júlia. Para ascender ao posto máximo da *Res Publica*, o jovem *princeps* teve de submeter ao intrincado jogo político do Senado. É verdade que sua vitória inquestionável sobre Marco Antônio o alçou a uma posição de privilégio, mas entre chegar ao topo e se manter nele há um caminho muito longo.

A aclamação de Augusto como *princeps* não representou, portanto, uma ruptura imediata com o modelo republicano. Este já dava sinais de esgotamento, é verdade, pelo menos, desde a querela entre Mário e Sula e, mais de uma vez, sua integridade foi posta à prova, como visto. As guerras civis na primeira metade do século I a.C. não foram suficientes

para abalar de vez a estrutura da República, mas certamente as rachaduras começaram a aparecer.

Para uma sociedade que vivera o último século lidando com conflitos internos, o discurso de uma Roma pacificada era sedutor e Augusto soube aproveitar isso muito bem. A facção dos *Optimates* e boa parte da aristocracia romana fora dizimada pelas guerras civis ou proscritões, o que permitiu a ascensão de famílias abastadas, porém de menor prestígio político e mais afeitas à facção dos Populares. O jovem *princeps* fora habilidoso em construir uma base de apoio a partir dessa nova elite que, desde César galgava degraus no Senado. Tácito é particularmente mordaz ao descrever a ascensão de Augusto:

Quando o assassinato de Bruto e Cássio desarmou a República; quando Pompeu foi esmagado na Sicília e com Lépido jogado para o lado e Antônio morto, mesmo quando a família Júlia ficou sem líder, exceto pelo César; depois de abrir mão de seu título triunviral e proclamar-se um simples cônsul com a autoridade da tribuna para proteger os bens comuns, ele primeiro conciliou o exército com presentes, a população com trigo barato, o mundo pelas comodidades da paz, depois, passo a passo, começou sua ascensão e a unir a sua pessoa as funções do Senado, da magistratura e da legislatura. Oposição não havia: os espíritos mais ousados haviam sucumbido nos campos de batalha ou em listas de proscritão; enquanto o resto da nobreza considerava uma alegre aceitação da escravidão o caminho mais suave para a riqueza e o ofício e como haviam prosperado na revolução, defendiam agora a nova ordem e segurança, em detrimento à antiga ordem e aventura. O estado das coisas também não era impopular nas províncias, onde a administração do Senado e do Povo havia sido desacreditada pelas lutas dos magnatas e pela ganância dos funcionários, contra os quais havia apenas uma proteção frágil em um sistema legal para sempre perturbado pela força, por favoritismo ou (em último caso) por ouro (TÁCITO, *Anais*, Livro I 2, 1).

De fato, Augusto foi muito bem sucedido em construir a imagem de uma Roma pacificada e coesa, o que não necessariamente se comprova na documentação. Mais que isso, sempre teve o cuidado de transparecer a imagem de conservador das tradições romanas e da soberania do Senado. Ao mesmo tempo, ele acumulava funções legislativas, administrativas e sacerdotais, concentrando cada vez mais poder em suas mãos, ainda que sob as bênçãos dos senadores.

Seu monumento póstumo, as “*Res Gestae Divi Augusti*” (Os Feitos do Divino Augusto, em latim), escrito pelo próprio e afixada em seu mausoléu em placas de bronze, dão

conta de como o *princeps* chegou ao poder da cidade mais importante do Mediterrâneo Antigo e como conduziu Roma durante os quarenta anos que exerceu o poder.²⁷

não aceitei magistratura alguma que estivesse em contraste com as instituições dos antepassados, embora o Senado e o povo romano concordassem em querer confiar a mim sozinho, com poder ilimitado a tarefa de cuidar das leis e dos costumes. E estes atos que o Senado quis então que fossem executados cumpridos por mim, executei-os por força do poder tribunicio, e no exercício deste poder eu mesmo espontaneamente pedi e obtive do senado um colega (AUGUSTO, *Dos Feitos do Divino Augusto*, 27-28).

Para governar, Augusto fez uso de sua *auctoritas*. O termo é facilmente traduzido como “autoridade”, mas seu significado é mais profundo. Para Galinsky (1998, p. 15), “*auctoritas* (...) significava o tipo de substância na qual o poder real é baseado. Consequentemente (...) está relacionada a outros conceitos romanos básicos, como *fides*[confiabilidade], *dignitas*[dignidade, isto é, comportamento digno], *gravitas*[gravidade, seriedade] e mesmo *libertas*[liberdade]”. Ou seja, a *auctoritas* decorre do comportamento do cidadão romano perante seus deveres civis. Para detê-la é necessário portar-se de acordo como que se espera de um cidadão romano ou, no caso do *princeps*, o mais virtuoso dos cidadãos.

A *auctoritas* do *princeps*, entretanto, não provem apenas dele. É necessário que ela seja referendada pelo Senado. Em 27 a.C., Augusto devolve aos senadores as honrarias recebidas. A medida foi vetada pelo Senado que, não apenas manteve os títulos anteriores, como também o aclamou Augusto, como ficara conhecido.

Em meu sexto e sétimo consulado, depois de ter posto fim às guerras civis, e em um momento quem, com consenso universal, eu estava no controle de todos os assuntos, transferei a República do meu controle para o do Senado e o Povo de Roma. Por este serviço fui nomeado Augusto por decreto do Senado, e os batentes de minha casa foram publicamente cobertas com folhas de louro e uma coroa cívica foi fixada em minha porta e um escudo dourado foi posto na Cúria Júlia, o qual, como atestado na inscrição, me foi dado pelo Senado e o Povo de Roma em virtude de minha coragem, clemência, justiça e devoção. Após isso, ultrapassei a todos em *auctoritas*,

²⁷ As placas originais que relatavam os feitos de Augusto se perderam e a obra é hoje conhecida graças a uma cópia recuperada no século XVI no Monumento de Ancira, hoje Ancara, capital da Turquia. A presença de monumento similar ao que havia na cidade de Roma indica como Augusto prezou pela propagação de seus feitos por todo o território, consistindo num dos exemplos mais consistentes de propaganda no Mundo Antigo. Ver: CORASSIN, 2004, p. 197 e 198.

embora não possuísse mais poder oficial que os meus colegas nas várias magistraturas. (AUGUSTO, *Dos Feitos do Divino Augusto*, 34, 13-23).

Assim, a *auctoritas* de Augusto, por consequência dos *principes* que o sucederam, decorria da *auctoritas* do Senado. Esta era concedida mediante a expectativa de que o detentor das rédeas de Roma se submetesse às leis e às tradições romanas, o que, na prática, significava manter sua base de apoio coesa, não atropelar as atribuições do Senado (pelo menos não de forma tão aparente) e refrear quaisquer pretensões em vestir o manto púrpura.²⁸

Então Augusto tinha tecnicamente a garantia do *imperium*, aquele poder pessoal outrora possuído pelos reis de Roma e também garantido aos cônsules, magistrados e governadores da República. Mas o *imperium* de Augusto ofuscou o de seus antecessores. O Senado continuou a indicar homens a cada ano para comandar os exércitos e governar as províncias (...). Mas, embora as formalidades de independência do imperador fossem respeitadas, estes oficiais acabaram por serem vistos como delegados pelo imperador (JONES e SIDWELL, 1998, p. 51).

Garantido o poder político, era preciso legitimá-lo. Foi Augusto que estabeleceu o culto à *Dea Roma* no intuito de sacralizar a imagem do Estado Romano. Ao mesmo tempo, instituiu o culto aos imperadores em Roma. Este, entretanto, em nada se assemelhava àqueles praticados nas províncias orientais e Egito. O culto do qual falamos não é à pessoa do príncipe, mas aos seus gênios, às potências e às habilidades de bem governar ou, nas palavras de John Ward (1911, p. 103), "o poder que criava e mantinha a vida de um homem, determinava seu caráter e o influenciava para o bem - algo intimamente misturado a ele, mas não a si mesmo, e em certo sentido seu espírito guardião".

Nunca, na história de Roma, um imperador deveria ser divinizado em vida. Domiciano, que ousou se chamar *dominus et deus*, encontrou seu fim na ponta da adaga. Àqueles considerados dignos era reservada a *consecratio*, homenagem *post mortem* que elevava o príncipe à categoria de divindade.²⁹

²⁸ Símbolo dos reis de Roma.

²⁹ O termo *diuus*, em Latim, divino, não deve ser entendido como sinônimo de *deus*. Embora a compreensão moderna dos dois termos tenda a colocá-los no mesmo patamar, para os romanos se referiam a coisas diferentes. *Deus* era uma palavra restrita para se referir às deidades locais e/ou estrangeiras romanas (Ex. Júpiter, Juno, Minerva, etc.). A condição de deidade é adquirida já nas origens do ente e desfrutada por toda a eternidade. Um *diuus*, em contrapartida, é alçado a esta condição, geralmente como recompensa por uma presumida vida virtuosa. Assim ocorreu com alguns *principes* submetidos após a morte ao ritual de *consecratio*, como Augusto,

Ao fim de sua vida, o *princeps* se viu assombrado por outra questão: o império se sustentava sobre os ombros de um único homem. Augusto temeu que, com sua morte, Roma mergulhasse novamente em uma guerra civil. Era preciso, portanto, nomear desde já um sucessor. O sobrinho do imperador, Marcelo, fora cotado, mas este morreu em 23 a.C. Em seguida, Agripa também fora cotado e recebeu poderes proconsulares. Mas a morte também levou o general em 12 a.C.

Os netos de Augusto, Lúcio e Caio, também não viveram para suceder ao avô, morrendo em 2 d.C. e 4 d.C. Restava Tibério, filho de um casamento anterior de Lúvia Drusa, terceira esposa do imperador. A fim de fazê-lo sucessor, Augusto adota o jovem e, em 13 d.C., Tibério governa ao lado do pai adotivo. Resolvida a questão sucessória, Augusto pode enfim descansar, o que ocorre um ano depois.

O Senado mostrou-se zeloso na organização da pompa dos seus funerais e em honrar-lhe a memória. Entre outros projetos, uns propuseram que o enterro passasse pela porta triunfal, precedido da Vitória, que está na Cúria, e seguido de crianças nobres dos dois sexos cantando nênias, enquanto os outros queriam que nos dias das exéquias se trocassem os anéis de ouro por anéis de ferro; outros, ainda, desejavam que seus ossos fossem recolhidos por sacerdotes dos colégios superiores. Um senador propôs dar o nome de Augusto a setembro, mês de seu nascimento e de sua morte. Outro sugeriu que todo o espaço de tempo decorrido entre o seu nascimento e sua morte recebesse o nome de ‘século de Augusto’ e assim fosse registrado nos fatos (SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares, Augusto*, 100)

Augusto viveu até os setenta e sete anos. Durante seu governo, centralizou os poderes tribunícios em suas mãos ou de delegados. Articulou uma relação com o Senado que pautaria toda a política romana durante o Principado. Organizou a estrutura administrativa de Roma e construiu uma narrativa, tanto literária quanto imagética, que lhe permitiu entrar para o imaginário de todo um povo como aquele que salvou o império do caos.

O herdeiro de César fora competente em se cercar de figuras chave para construir sua base de apoio, sobretudo em suas deficiências. Marco Vipsânio Agripa, seu braço direito e genro, fora fundamental para organizar o aspecto militar do projeto de poder do *princeps*, em especial a campanha contra Antônio, em Ácio. “Ele [Augusto] garantiu a Agripa muitos privilégios quase iguais aos seus, especialmente o poder tribunício pelo mesmo período de tempo”. (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, LIV, 12, 4).

Se Agripa foi o braço direito de Augusto, certamente Caio Cílnio Mecenas, se sentava à esquerda dele. Dono da maior fortuna de Roma, patrono das artes, conselheiro e amigo pessoal e patrocinador do *princeps*, é frequentemente descrito como um articulador e diplomata habilidoso, assim como alguém capaz de aplacar a fúria de Augusto.

[Mecenas] não apenas agradou Augusto, apesar de resistir a sua impulsividade, mas também agradou a todos os outros, e embora tivesse a maior influência com o imperador, de modo a conceder cargos e honras a muitos homens, ele não perdeu o equilíbrio, mas contentou-se em permanecer na ordem equestre até o fim de sua vida. (DIÃO CÁSSIO, *História Romana*, Livro LV, 7, 4).

No fim, o grande triunfo de Augusto foi ter sobrevivido a seus rivais. Durante toda sua vida, ele teve de lidar com o assassinato de seu pai adotivo, César, e a perseguição de seus opositores; com a rivalidade turbulenta com Marco Antônio, a relação por vezes ambígua com o Senado, conflitos internos e externos antes e enquanto esteve à frente do Senado e de Roma. Enquanto governou modificou a administração romana em um regime que apenas vagamente lembrava a República de seus antepassados. O que hoje conhecemos como Principado levaria alguns anos para se consolidar, mas já se tornara irreversível.

De 29 a.C. até 14 d.C., o governo de Augusto durou quarenta anos. Em 29 a.C., Otávio não tinha senão trinta e quatro e, à sua morte, setenta e sete; entretanto, ele havia mudado e, mais ainda, as pessoas a sua volta: em 29 a.C., não havia senão vinte anos que César cruzara o Rubicão e muita gente havia visto funcionar as instituições republicanas; em 14 d.C., apenas alguns octogenários podiam recordar que haviam votado em comícios livres; os quarentões não podiam, recorrendo apenas à memória pessoal, recordar uma época em que Roma não estivesse dirigida por Augusto. De 29 a.C. até 14 d.C., o tempo cumprira sua tarefa, a mentalidade geral não era a mesma e o que houvesse chocado antes de Ácio era já coisa banal (LE GALL e LE GLAY, 1995, p. 35).

As reformas de Augusto se misturariam aos elementos da antiga República, dando liga à argamassa que sustentaria Roma pelos séculos seguintes. Para esta construção, se tornou cada vez mais importante a afirmação de características positivas a partir de exemplos vindos do passado, como ocorreu com a imagem de Alexandre.

É bem verdade que seus sucessores botariam à prova todo o seu legado. Com o assassinato de Calígula, em 41 d.C., o Senado cogitou brevemente um retorno à República, mas a aclamação de Cláudio pela Guarda Pretoriana esfriou qualquer pretensão. Ainda assim o Principado romano é um período de turbulência política em que *principes* mais ou menos habilidosos lutariam para se manter no poder

2.2.10 príncipe como mandatário do povo

Embora a imagem do imperador Romano não possa ser associada à de um rei, as comparações são inevitáveis. Na teoria, o príncipe seria um mandatário do povo e seu governo era legitimado pela vontade popular. Na prática, a soberania popular era fictícia e o governante comandava Roma e as províncias como um autocrata, tendo, inclusive, a prerrogativa de indicar seu sucessor a partir de membros da própria família.

O conceito de autocracia não deve ser entendido em termos absolutos. Ele decorre da *auctoritas*, é verdade, mas não é exercido à revelia de outros poderes. Embora Augusto tenha se tornado um *Auctor Perpetuo*, ou seja, alguém cuja *auctoritas* se sobrepunha à de todos e era eterna, seu exercício só se deu mediante o presumido respeito ao *mos maiorum*, ou o costume ancestral.

A imagem do *princeps* reflete, sobre todos os aspectos, onipotência. As restrições são impostas pelas próprias limitações do ocupante do cargo (ele era um cidadão e não poderia agir acima da lei, o que não significa que não poderia alterá-la conforme sua vontade), mas, a rigor, o *princeps* governa tentando impor sua vontade, buscando o apoio dos senadores, de membros da classe equestre, lideranças provinciais e mesmo das legiões.

Certamente um Estado não pode simplesmente ser lembrado como 'República' porque seu homem mais poderoso não deseja parecer com um monarca. Pelas mesmas razões, no entanto, devemos hesitar em caracterizar a *Res Publica* de Augusto como uma monarquia. (GALINSKY, 2005, p. 15)

Autocracia deve, portanto, ser conceituada, no contexto romano, como o regime de governo no qual seu expoente, máximo, o *princeps*, exerce o poder e toma decisões apoiado pela *auctoritas* que emana. Augusto, durante todo seu governo, tentou afastar de si a pecha de

monarca e, para tanto, buscou manter relação cordial com os membros do Senado e demais magistraturas. Ainda assim, em todos os assuntos que tomou conta, sempre teve a palavra final.

Ocupar a magistratura de *princeps* era, antes de tudo, fruto da delegação pelo Senado e o Povo Romano. O imperador é um servidor do povo e para ele governa ainda que os poderes que lhe foram conferidos garantam liberdade de ação quase plena. Apesar de toda a ficção em torno desta soberania, o fato é que nenhum César conseguiu governar sem o suporte dos grupos que o nomearam, sejam eles o exército e/ou o Senado. Este fato se comprova ao analisar a quantidade de imperadores assassinados.

O assassinato, aliás, parece ter sido uma forma bastante prática de substituir um *princeps* por outro. Na verdade, a legislação romana assegurava os poderes vitalícios do governante. Quando um *princeps* perdia sua base de apoio ou excedia suas funções, o que basicamente significava passar por cima das relações com o Senado, sua vida podia cessar repentinamente. Além disso, as tentativas de usurpação do poder eram constantes, o que levava detentor da magistratura a se valer de sortilégios como espionagem, delações e eliminação de ameaças, às vezes dentro da própria família.

Ironicamente, esta estrutura um tanto confusa, possibilitou, por um lado, certa noção de autonomia ao cidadão romano. Como observa Paul Veyne (2009, p. 2), “os romanos não eram escravos de um senhor, ao contrário dos povos gregos e orientais que conquistaram”. As inúmeras sucessões no poder, a maioria violenta, não parecem ter desestabilizado a estrutura do império, que perdurou por cinco séculos após o fim da República. Ser César era estar constantemente ameaçado pela Espada de Dâmocles, fato que os romanos aparentemente aceitavam com naturalidade.

Como uma posição tão frágil conseguiu manter a unidade de Roma por tanto tempo? Tendo o império se estendido por quase toda a Europa, norte da África e Ásia Menor, grande parte da população romana nasceu e morreu sem ter visto um soberano sequer. No máximo poderiam conferir a alternância do poder a partir das efígies cunhadas nas moedas. É possível que a tutela do *Princeps* tenha conferido ao cidadão romano o sentimento de pertencimento a algo maior. O poder do soberano não emanava da pessoa que ocupava a magistratura, mas do cargo em si, mesmo que a permanência do titular dependesse de sua *potestas* e *auctoritas*.

Mesmo distante, a figura do *princeps* era presente no imaginário, tanto do cidadão romano, quanto das centenas de povos sob o domínio do Império. A plebe, argumenta Veyne (2009, p. 26), “preferia a imagem do soberano à República, porque o soberano é patriarcal”.

Isso é facilmente notado a partir dos cultos a figura do príncipe nas províncias orientais, nas quais ele era, muitas vezes, retratado como deus vivo.

O século I d.C. seria um período de experimentação, quando *principes* mais ou menos habilidosos se alternariam no poder tentando moldar e se adequar a este projeto de Estado Romano, que perduraria pelos quatro séculos seguintes. Por isso, trata-se de um contexto favorável para a produção de discursos concernentes aos exemplos do passado que se referem à formação de um poder único, como o caso de Alexandre, relatado por Quinto Cúrcio.

O mais adequado é dizer que o Principado era um misto do antigo sistema republicano e de uma autocracia que se ensaiava desde o I século a.C. Este modelo sofreu diversas modificações ao longo de sua existência, adequando-se à medida que a realidade romana exigia. Bem ou mal, foi este sistema que garantiu que Roma persistisse por cinco séculos.

2.3 O EXÉRCITO ROMANO COMO FORÇA POLÍTICA EM ROMA

Não foi, contudo, apenas o Senado que exerceu influência sobre a política romana. A profissionalização do exército por Mário, no século II a.C., transformou a vida militar numa possibilidade de carreira para os plebeus e numa oportunidade de ascensão política aos patrícios e equestres. O exército romano assumiu gradual importância à medida que a necessidade de conquistar mais territórios exigiu reformas na estrutura militar. Estas mudanças permitiram que, a partir do século I a.C., as legiões adquirissem poder de barganha suficiente para pesar a balança no jogo político.

Até o início do século II a.C., o exército romano se resumia ao recrutamento entre os cidadãos de acordo com as camadas censitárias e seus líderes eram pouco mais que chefes tribais. O que sabemos sobre as primeiras estruturas militares romanas é que estas provavelmente se assemelhavam aos modelos homéricos com seus chefes militares marchando à frente dos soldados e dando demonstrações de bravura.

Ora, Rômulo, a quem os romanos creditavam a fundação da cidade, fora um rei guerreiro. Filho de Marte e descendente, pelo lado materno, de Eneas, o último troiano, retoma, junto com o irmão Remo, Alba Longa do tio usurpador. A história de Roma é contada a partir dos feitos dos dois irmãos, da contenda fratricida da qual Rômulo saiu vitorioso e dos feitos deste e de seus companheiros que formariam as primeiras famílias patrícias da cidade.

Quando Rômulo atendeu devidamente à adoração aos deuses, reuniu as pessoas e deu-lhes as regras da lei, já que nada além da lei poderia uni-las em um único corpo político. Mas estes, ele foi persuadido, só pareceriam vinculativos aos olhos de um povo rústico, caso ele investisse sua própria pessoa com majestade, adotando emblemas de autoridade. Ele, portanto, adotou um estado mais augusto em todos os aspectos, e especialmente pela suposição de doze lictores. Alguns pensam que os doze pássaros que lhe deram um augúrio de realeza o levaram a escolher este número. De minha parte, estou contente em compartilhar a opinião daqueles que derivam dos etruscos vizinhos (de quem emprestou a cadeira curul e a toga com borda roxa) não apenas o tipo de atendentes, mas também o número deles - um número que se imagina, os etruscos escolheram porque cada uma das doze cidades que se uniram para eleger o rei contribuíram com um litor. Enquanto isso, a cidade estava se expandindo e estendendo seus muros para incluir um lugar após o outro, pois eles construíram suas defesas de olho na população que esperavam um dia ter do que nos números que tinham na época. Em seguida, para que sua grande cidade não estivesse vazia, Rômulo recorreu a um plano para aumentar os habitantes que há muito tempo eram empregados pelos fundadores das cidades, que reúnem sobre eles uma multidão obscura e humilde e fingem que a terra levantou filhos para eles. No local, agora fechado, entre os dois bosques, quando se sobe a colina, ele abriu um santuário. Ali fugiram dos povos vizinhos uma multidão diversa, sem distinção de vínculo ou liberdade, ansiosa por novas condições; e estes constituíram o primeiro avanço no poder em direção à grandeza para a qual Rômulo mirou. Agora ele não tinha motivos para ficar insatisfeito com sua força e passou a acrescentar políticas à força. Ele nomeou cem senadores, seja porque esse número lhe parecia suficiente, ou porque não havia mais de cem que pudessem ser designados Pais. De qualquer forma, eles receberam a designação de Pais de sua posição e seus descendentes foram chamados patrícios (TITO LÍVIO, *Desde a Fundação da Cidade*, I 8,1-7).

Este modelo mítico favoreceu a criação de narrativas que exaltavam os feitos de seus governantes. Durante o período Monárquico, reis guerreiros e pacíficos se alternaram no poder, à medida que a cidade necessitava; no primeiro caso, expandir sua influência ou, no segundo, de reformas internas. O sucessor de Rômulo, Numa, foi um rei pacífico que lançou os pilares da religião romana. Após este, sucedeu a Túlio Ostílio, rei guerreiro que tomou Alba Longa. E assim, até Tarquínio, o Soberbo; que foi deposto pelo Senado.

Assim, cada vez que um rei desaparecia, era o povo que insistia em que fosse eleito outro. Escolhia-se um homem conhecido por sua sabedoria, pelo valor ou pela riqueza, e tentava-se fazer alternar as boas qualidades; após um rei guerreiro como Rômulo, os romanos sentiam a necessidade de ter um soberano pacífico; foi escolhido um velho Sabino, chamado Numa, muito instruído sobre os assuntos da religião (GRIMAL, 2011, p. 27)

Naturalmente não entraremos no mérito se os mitos fundadores são verdadeiros ou não. Importa-nos entender que as narrativas sobre os conflitos militares em Roma se assemelham aos modelos de guerra travados no Mundo Antigo, até meados do século VI a.C. Ora, o modelo militar homérico, com exércitos formados por uma pouca centena de homens, com conflitos pouco maiores que escaramuças contra cidades vizinhas, foram característicos do período em que Roma se limitava a uma pequena cidade às margens do Tibre e cuja influência se limitava aos seus vizinhos. O próprio relato dos conflitos é significativo. Tito Lívio relembra a vitória dos romanos sobre Alba Longa:

Coincidiu que havia em ambos os exércitos [romano e albanos] três irmãos gêmeos muito parecidos em idade e força. É comumente admitido que foram os Horácios e o Curiáceos e não há na antiguidade feito mais conhecido. (...) Os reis pedem aos gêmeos que lutem com suas armas por sua respectiva pátria: a supremacia estaria onde estivesse a vitória. Não há objeções. Se acorda o lugar e a hora. Antes de levarem a cabo o combate, firmou-se um acordo entre romanos e albanos no qual se estipulava que o povo cujos cidadãos resultassem vencedores naquele combate exerceria sobre o outro autoridade não questionada. (...) Ao sinal e, com armas em punho, os jovens, três de cada lado, como batalhões em formação de combate, se lançam ao choque assumindo a coragem dos grandes exércitos. Uns e outros levam não o próprio risco, mas o poder ou escravidão de seu povo e o destino de sua pátria, que havia de ser, adiante, o que eles haviam esculpido. (...) Presos a um combate corpo a corpo, oferecendo à vista não apenas o movimento dos corpos e âmagos incertos das armas ofensivas e defensivas, mas também as feridas e o sangue, dois romanos caíram um após o outro, enquanto os três albanos estavam feridos. Ao caírem aqueles, o exército albanos lançou um grito de júbilo; as legiões romanas, perdida toda esperança, mas não livres da inquietude, estavam angustiadas pela sorte de seu único sobrevivente que fora rodeado pelos três Curiáceos. Afortunadamente, este estava ileso, em inferioridade evidente e só a frente de todos de uma vez, mas temível para cada um em separado. Por isso, para obrigá-los a lutar separadamente, empreendeu fuga com a ideia de que o perseguiriam de acordo com o que as feridas permitiriam a cada um. Já havia se afastado um certo trecho do lugar de combate e, ao olhar para trás, observa que eles o seguem muitos distantes entre si e que um está a curta distância. Volta-se violentamente contra ele, e enquanto o exército albanos grita aos Curiáceos que ajudem a seu irmão, o Horácio, já eliminado seu adversário, buscava a segunda luta. Então, com grito semelhante aos que animam aos seus ante um êxito inesperado, os romanos encorajam seu combatente e ele se apressa a terminar o combate. Antes que o terceiro Curiáceo, que já não estava longe, pudesse alcançá-lo, dá morte ao segundo. Estava já igualada a luta, um de cada lado, mas não tinham a mesma moral, nem as mesmas forças: um ileso e duas vezes vencedor, afrontava cheio de valor sua terceira luta; o outro, arrastando um corpo exausto pela corrida, vencido já pela morte de seus irmãos a seus olhos, se oferece a seu adversário vitorioso. Aquilo não foi um combate. O

romano grita, fora de si: ofereci duas vítimas aos *manes* de meus irmãos; a terceira oferecerei à causa desta guerra, para que o povo romano domine o albano. Afunda sua espada na vertical no pescoço do Curiáceo que a duras penas sustentava as armas e, uma vez abatido, as solta (TITO LÍVIO, *Desde a Fundação da Cidade*, I 24 ,1-3 e 25, 3-12).

É certo os exemplos de heroísmo como o retratado por Tito Lívio eram valorizados e, em certa medida, estimulados pelos romanos. Entretanto, à medida que a influência de Roma se ampliava sobre a Península Itálica, os conflitos tomaram proporções maiores e o modelo homérico gradualmente fica defasado, necessitando adaptação à nova realidade da *Urbs*. Ademais, a própria organização de Roma como cidade exigiu dos romanos modelos mais funcionais de exército, que permitissem eficácia no campo de batalha, sem a necessidade de dispendir em massa da vida de seus cidadãos.

2.3.1 Sêrvio Túlio e a reforma do exército

Goldsworthy (2016, p. 25) nos aponta uma particularidade de Roma em relação às demais Cidades Estado da Antiguidade: a presença estrangeira sempre fora bem vinda, sobretudo nos primeiros anos da *Urbs*. Esta característica levou a um crescimento exponencial. Outra vantagem em relação a essa receptividade é que os romanos não fizeram de rogados ao adotar costumes ou tecnologias estrangeiras, o que influenciou a religião, o modo de pensar, a arquitetura e o modo de lutar.

Não sabemos precisar quando, mas em algum momento de sua história, o exército romano modificou sua forma de lutar, assemelhando-se aos hoplitas gregos³⁰. Isso impõe uma superação ao modelo homérico, já que a formação em falange permitia poucos atos de heroísmo. Em uma falange, os soldados combatem em formação única, munidos de um escudo circular e uma lança. Cada membro da formação é responsável pelo companheiro ao lado. Uma única brecha, ou seja, qualquer membro que se afasta compromete o todo.

As reformas servianas, é claro, sinalizaram a introdução em Roma de um exército "hoplita" de estilo grego, no qual linhas unidas de infantaria fortemente armada formavam a força de combate. Os romanos mais tarde

³⁰ O modelo hoplítico foi desenvolvido entre os gregos e consistia numa formação massiva de homens armados com lança e escudo. Cada soldado lutava dentro da formação, protegendo o companheiro ao lado. Ver: Hanson, Victor Davis. *The Western Way of War: Infantry Battle in Classical Greece*. Oxford University Press (USA), 1990. Ver também: LORAUX, Nicole. *A Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro. Editora 34, 1994.

afirmariam que haviam emprestado as táticas hoplitas dos etruscos. Esta declaração, que destaca a tradição itálica nativa, obscurece o fato de que os hoplitas eram uma importação da Grécia, onde soldados de infantaria fortemente armados se tornaram o principal componente da linha de batalha por volta de 675. O hoplita (a palavra significa um homem armado com o *hoplon*, o escudo circular que era o elemento mais distinto em seu equipamento defensivo) era o lutador padrão na época das Guerras Persa e do Peloponeso no século V e dos exércitos de Atenas e Esparta quando a civilização grega estava em sua altura. Os hoplitas lutaram em ordem próxima, com escudos se sobrepondo e lanças apontando para a frente, em uma falange, que poderia ser de qualquer comprimento, mas geralmente oito (mais tarde 12 ou 16) fileiras de profundidade. As baixas na linha de frente foram compensadas com o avanço do segundo homem na mesma fila e assim por diante. A falange era composta por companhias de cerca de 96 homens, com largura de 12 homens e profundidade de oito. (KEPPIE, 2005, p. 6)

O modelo hoplítico pressupõe um senso de companheirismo e comunidade característicos de sociedades onde o senso de pertencimento do cidadão se encontra entranhado na própria estrutura político-administrativa da cidade. Olhar para este modelo é bastante significativo quando pensamos Roma a partir século VI a.C. A partir deste período a *Urbs* já havia se sobressaído às demais cidades no Lácio e é possível que esta já contasse com instituições mais consolidadas que nos tempos de sua fundação.

Façamos aqui um paralelo com a cidade grega de Atenas. A noção de cidadania ateniense, ou seja, de pertencimento à *poleis*, pode ser traçada, segundo Nicole Loraux (1994), a partir da presença dos ritos fúnebres em homenagem aos mortos em combate.

Elogio dos homens de bem, honra concedida aos mortos e reserva de exemplos educativos, a uma só vez, a oração fúnebre é, para Lísias, assim como para Péricles, uma lição de moral cívica destinada aos vivos. Lição unidimensional, onde a virtude do cidadão se anula frente ao valor do soldado e onde a atividade guerreira serve de modelo para a prática cívica, essa ética rigorosa mais evoca o tempo original da falange hoplítica do que reflete a organização militar da Atenas do século V, calcada sobre a organização política da *poleis*. (LORAUX, 1994, p. 114).

A oração fúnebre ateniense, o *logos épitaphio*, surge como uma celebração àqueles que sacrificaram pela cidade e, precisamente por seu caráter cívico e pedagógico, é anônima, ou seja, homenageia os mortos em conjunto, sem que um nome se sobressaia. Ora, a estrutura da falange grega pressupõe que um soldado é responsável pelo companheiro ao lado e, desta

forma, o exército deve lutar como um. Atos individuais de heroísmo não apenas eram impraticáveis como desencorajados.

Os romanos realizaram igualmente ritos fúnebres em homenagem aos mortos, embora com visíveis distinções. Em primeiro lugar, a ideia de anonimato é impensável entre os romanos que encaravam os cultos mortuários com uma forma de prestar homenagem, garantir ao morto uma boa pós-vida e evitar que sua ira caísse sobre os membros da *gens*.

Em segundo lugar, como atestado pela própria Loraux (1994, p. 115), a homenagem fúnebre não se restringia aos mortos em batalha, mas a todos os cidadãos que houvessem tido vidas “inteiramente valorosas”. O valor do cidadão não era medido apenas por sua proeza em batalha (e por haver morrido como soldado, por assim dizer), mas pelas múltiplas contribuições dadas à *urbs* quando em vida. Daí o esforço da *gens* em fazer exaltação póstuma ao cidadão um assunto público, com cortejos mais ou menos elaborados de acordo com as posses e proeminência do morto.

E é na *poleis/urbs* que estes modelos, em princípio, divergentes se encontram. A exaltação fúnebre, seja coletiva e anônima, seja individual e direcionada, tem como ponto central os serviços prestados à cidade. O soldado ateniense morreu em defesa da cidade tanto quanto o cidadão romano viveu e morreu em função dela. A presença de ritos tão elaborados atenta para presença de uma noção de cidadania muito enraizada e esta é fundamental para nortear a organização político-administrativa da cidade, inclusive sua forma de fazer guerra.

A tradição romana credita a Sêrvio Túlio a autoria das reformas, no século V a.C., que estratificaram a sociedade em cinco classes de acordo com a renda. Cada camada deveria contribuir com um determinado número de centúrias para o exército.³¹ O equipamento era responsabilidade do próprio soldado e não havia ainda a noção de exército profissional, nem permanente. O romano era cidadão e soldado (*ciues e miles*).

Pois ele instituiu o censo, a coisa mais útil para um governo destinado a um domínio tão amplo, pois permitiria que os encargos da guerra e da paz fossem carregados não indiscriminadamente, como antes, mas na proporção da riqueza dos homens. Ele então distribuiu o povo em classes e centúrias, de acordo com a seguinte escala, baseada no censo e adequada para paz ou guerra. (TITO LÍVIO, *Desde a Fundação da Cidade*, I 42,5).

³¹ Para detalhamento sobre as reformas de Sêrvio Túlio ver Tito Lívio, *Ab Urbe Condita Libri*, I 41

Dessa forma, a infantaria pesada romana era composta pelos membros das classes mais abastadas, que tinham condições de adquirir um equipamento de qualidade. O mesmo pode-se dizer da cavalaria, composta por aqueles cidadãos abastados o suficiente para adquirir e manter um cavalo. Os soldados desta classe, cuja renda seria superior a 100 mil Asses,³² lutavam munidos de elmo, couraça, um escudo redondo (possivelmente semelhante ao *hoplon* grego), lança e espada. Compunha oitenta centúrias divididas igualmente entre seniores e juniores.

A segunda classe, com renda estimada em 75 mil Asses, contribuía com vinte centúrias ao exército. Equipavam-se com elmo, escudo retangular (possivelmente de madeira e couro), grevas e lança. A terceira classe, com renda de 50 mil Asses, se protegia apenas com o elmo e o escudo, mas lutava com lança e espada e compunham também vinte centúrias.

A quarta classe, com renda de 25 mil Asses, compunha também vinte centúrias da infantaria leve e se equipava com o escudo, uma lança e dardos de arremesso. A quinta classe, cuja renda não era superior a 11 mil Asses, compunha trinta centúrias, mas não usava nenhum equipamento de proteção.

Estes soldados rasos faziam parte do corpo de fundibulários, soldados que combatiam com a funda, uma espécie de atiradeira feita de couro com a qual se arremessavam pedras. Quinto Cúrcio menciona o uso de fundibulários pelo exército macedônio durante a Batalha de Isso. “Diante desta formação, Alexandre havia colocado um pelotão de fundibulários mesclados com arqueiros” (QUINTO CÚRCIO. *Histórias de Alexandre, o Grande*, III, 9, 9).

2.3.2 O exército romano a partir do século III a.C.

A organização do exército em classes censitárias durou até o período republicano. Até o século III a.C., ele passou por mudanças significativas na sua forma de organização, diferenciando-se gradualmente do modelo monárquico. Políbio descreve, no século II a.C., como as legiões passaram a se organizar a partir da República.

Os Tribunos Militares de Roma, após a administração do juramento a seus homens, e dando o dia e o local em que devem aparecer sem armas, pois o presente os dispensa. Quando eles chegam no dia marcado, primeiro

³² Moeda romana de bronze ou cobre equivalente a 2/5 de um Sestércio.

selecionam os mais jovens e os mais pobres para formar os Velitas, o próximo a eles os Hastatos, enquanto aqueles que estão no auge da vida selecionam como príncipes e os mais velhos de todos como Triários. Pois no exército romano essas divisões, distintas não apenas quanto à idade e nomenclatura, mas também à maneira como estão armadas, existem em cada legião. A divisão é feita em proporções tais que os homens mais velhos, chamados Triários, deveriam ter seiscentos, os príncipes mil e duzentos, os Hastatos mil e duzentos, e que todo o resto como o mais novo fosse contado entre os Velitas. E se o número inteiro da legião é superior a quatro mil, eles variam o número dessas divisões proporcionalmente, exceto os do Triários, que é sempre o mesmo (POLÍBIO, *Histórias* VI 21).

O exército romano, como descrito por Políbio, mantém sua característica como milícia temporária e organizada de acordo com as posses dos soldados. Os exércitos eram comandados por magistrados eleitos pelo Senado. Por influência samnita, as legiões passaram a se organizar em unidades de 120 homens, conhecidas como manípulos. O modelo manipular era mais funcional que o hoplítico, garantindo mais mobilidade ao exército, dada sua estrutura mais hierarquizada. Nas palavras de Políbio,³³

Cada manípulo seleciona dois de seus homens mais fortes e mais bem-nascidos como porta-estandartes (*vexillarii*). E é razoável que cada manípulo tenha dois oficiais de comando; por ser impossível saber o que um comandante pode estar fazendo ou o que pode acontecer com ele, e as necessidades de guerra que não admitem qualquer negociação, é desejável que o manípulo nunca fique sem um líder e comandante. Quando os dois centuriões estão em campo, o primeiro eleito comanda a direita do manípulo, o segundo a esquerda: se os dois não estiverem lá, quem estiver comanda o todo. E é desejável que os centuriões não sejam tão ousados e aventureiros, como homens com uma faculdade de comando, firme e com um espírito mais profundo do que vistoso; não propenso a se envolver voluntariamente ou ser desnecessariamente avançado na batalha; mas, como em face de números superiores e pressão esmagadora, morrerão em defesa de seu posto (POLÍBIO, *Histórias* VI 24)

O sistema de milícias durou até a segunda metade do segundo século II a.C. Em parte a decadência deste modelo se explica pela dificuldade crescente em recrutar soldados, dado

³³ Políbio (203 a.C. - 120 a.C.) nasceu em Megalópolis, na região grega da Arcádia. Exerceu durante um tempo atividade política, que foi interrompida ao fim da Terceira Guerra da Macedônia, que opôs a vencedora Roma e uma coalizão de cidades chefiadas por Perseu, da Macedônia. Após a derrota foi enviado à cidade de Roma junto com outros membros da aristocracia grega. Por sua erudição tornou-se preceptor de Públio Cornélio Cipião, mais tarde conhecido como Cipião, o Africano, herói da Segunda Guerra Púnica. Sua única obra conhecida, as *Histórias*, foi composta em 40 livros, dos quais apenas os cinco primeiros sobreviveram intactos. Nela, o autor relata a História romana nos tempos das Guerras Púnicas, descrevendo não só os eventos, mas também a geográfica das regiões sob influência romana, sendo, por isso, reconhecido também com geógrafo.

que a influência de Roma sobre a Península Itálica e, posteriormente, Mediterrâneo aumentaram consideravelmente. Os conflitos, outrora locais, tornaram-se mais abrangentes e a permanência fora de casa dos cidadãos recrutados tornara-se maior, gerando um esvaziamento de mão-de-obra em Roma. Isso gerou problema social, uma vez que pequenos proprietários de terra se viram arruinados pela ausência constante, sendo obrigados a se desfazer das propriedades, lotando a cidade.

Além disso, o aumento dos conflitos amplia a mortalidade de soldados; logo, tem-se a redução nas populações elegíveis para o exército. A fim de tentar superar este problema, o Senado reduziu, em momentos críticos, a faixa de renda para recrutamento, permitindo que homens de camadas inferiores pudessem compor regimentos outrora restritos aos cidadãos mais bem nascidos, sem, no entanto, modificar, em termos significativos, o sistema censitário.

Goldsworthy (2007, p. 43) atenta que “os romanos permaneceram confiantes, convencidos de que sua vitória era inevitável em qualquer guerra e se esquecendo da dura preparação e treinamento cuidadoso por trás dos triunfos anteriores”. De fato, Roma foi bem sucedida em todos os conflitos que se envolveu entre os séculos III a.C. e II a.C. Este sucesso, no entanto, foi precedido por desastres militares, a exemplo da Batalha de Canas, em 216 a.C. Em todos estes conflitos a vitória só foi possível graças ao envio de reforços e mudanças estratégicas até a submissão do inimigo. Os custos humanos, entretanto, eram significativos e, a partir do consulado de Caio Mário, em 107 a.C., ficara claro que o modelo censitário estava defasado.

2.3.3 As reformas de Mário e a profissionalização do exército

As reformas de Caio Mário, em 107 a.C., deram início à profissionalização do exército romano, com pagamento de soldo e fornecimento de equipamento independentemente da origem do soldado. O general soube explorar a numerosa massa de *Proletarii* e *Capite Censi* a fim de atraí-las para o serviço militar.³⁴ Para esta população empobrecida o ofício de legionário era uma oportunidade de trabalho fixo, participação nos saques e a concessão de um lote de terras aráveis ao fim do tempo de serviço, de 25 anos.

É possível que o exército já estivesse sofrendo mudanças desde o fim da primeira metade do século II a.C. e, portanto, atribuir a um só homem transformação tão importante é

³⁴*Proletarii* e *Capite Censi* eram grupos sociais abaixo das cinco camadas censitárias em Roma. Originalmente eram liberados do serviço militar, exceto em situações que era exigido reforço no contingente do exército.

tão ingênuo quanto impreciso. Àquela altura Roma possuía influência mais do que significativa no Mediterrâneo, e a manutenção de forças civis e militares nas províncias exigia esforço cada vez maior do Senado e dos cidadãos, que passavam cada vez mais tempo fora de casa. Logo, quando assumiu o consulado em 107 a.C., Mário deu apenas o pontapé que faltava para corrigir as fragilidades do sistema militar romano e criar um exército romano permanente.

A presença das camadas mais baixas no exército quebra definitivamente com o sistema censitário, provocando, ao mesmo tempo, a proletarização e a posterior profissionalização do ofício de soldado. Qualquer cidadão que houvesse atingido a idade mínima de 17 anos, e estivesse em boas condições físicas poderia se alistar para o serviço militar.

A divisão entre infantaria leve e pesada desaparecera por completo. Todo legionário era equipado com o Gládio, pilo e escudo retangular, lorica (inicialmente feita com uma malha de metal e couro e, após o século I d.C., com placas retangulares de metal) e elmo (casse, feito de bronze e gálea, inspiradas nos modelos gauleses). O sistema manipular também fora substituído pelo de coortes. Cada coorte era formada por três manípulos, o que perfaziam 480 homens.³⁵ Dez coortes formavam uma legião.

A ideia de legiões permanentes, com soldados profissionais alistados a um grupo mais ou menos fixo durante todo o período de serviço militar contribuiu para criar forte sentimento de unidade entre os soldados. Ao analisar as estelas funerárias de legionários da *Legio II Augusta*, Valerie Hope (2003) observa um forte sentimento de identificação daqueles soldados com a Legião sob a qual serviram, mas também como romanos.

Para a população civil, os cemitérios militares que cercavam o forte eram a poderosa lembrança de que o exército (e Roma) estava aqui para ficar; para os soldados, o enterramento e comemoração aos camaradas mortos servia como um princípio unificador para homens que podiam ser recrutados de diversas partes do império. As lápides declaravam esses homens como sendo soldados e romanos e celebravam o senso de comunidade criado pelo exército. (HOPE, 2003, p. 130)

Se para as camadas populares, o exército se tornou meio de vida, para a elite, ele era visto não como uma meta em si, mas como um impulso para a carreira política. Com efeito,

³⁵ As reformas de Mário alteraram o número de soldados em cada centúria para 80. Duas centúrias formavam um manípulo e três manípulos, uma coorte, totalizando 480 homens.

quem ambicionasse galgar degraus na *cursus honorum* deveria provar o seu valor no campo de batalha. Esperava-se que um bom político fosse igualmente um bom comandante de legiões. “Os generais bem-sucedidos em geral lucravam financeiramente em suas campanhas, mas, sob certos aspectos, os dividendos em prestígio seriam ainda maiores” (GOLDSWORTHY, 2016, p. 30). Àqueles que retornavam vitoriosos para Roma eram reservados os triunfos³⁶ e a certeza de um salto político em direção ao Senado.

Os grandes generais que dirigiram a República em seu último século foram líderes militares competentes, é verdade, mas, antes de tudo, respondiam ao Senado. À medida, entretanto, que as legiões se tornam estruturas permanentes, que sinalizavam a presença romana nas províncias, a convivência entre soldados, vindos de partes diferentes do império, e seus generais se torna mais constante. A legião, como já dissemos, se torna uma espécie de segunda família sob a tutela de seu general. Este senso de comunidade construído entre uma batalha e outra, pode ter deslocado o eixo de lealdade destes soldados de uma República intangível para uma legião, mais palpável, e sob comando de alguém disposto a usar essa nova força a seu favor.

Parece que, em geral, as pessoas encontram consolo em suas fadigas quando vêem que há quem as compartilhe voluntariamente, pois parece que assim desaparece a ideia de obrigatoriedade. E não há visão mais agradável a um soldado romano que contemplar seu oficial comandante comendo o mesmo pão que ele, ou dormindo sobre um simples colchão de palha, ou dando uma mão para cavar uma vala ou erguer uma paliçada. O que eles admiram num líder é o desejo de compartilhar o perigo e as dificuldades, mais que a capacidade de conquistar honra e riquezas para si próprios, e tanto mais gostam dos oficiais que estão preparados para fazer esforços aos seu lado do que dos outros que facilitam as coisas para eles (PLUTARCO, *Vidas Paralelas, Mario*, 7, 4-5).

³⁶ Os triunfos eram cerimônias civis e religiosas realizadas em homenagem a um general vitorioso de uma campanha militar significativa. O rito consistia numa procissão que se iniciava no Campo de Marte, em direção ao Templo de Júpiter, no Capitólio. O homenageado usava uma coroa de louros e se vestia em tons púrpura e dourado (*toga picta*) e desfilava sobre uma quadriga (carruagem puxada por quatro cavalos), enquanto exibia os espólios de guerra e prisioneiros. Os membros do Senado e os soldados do general, todos desarmados, também participavam da procissão. Ao fim da procissão, o homenageado realizava um sacrifício de dois touros brancos em honra a Júpiter e dedicava sua vitória ao Senado. Apenas uns poucos generais tiveram o privilégio de receber um Triunfo: Cipião Africano foi homenageado após a vitória sobre Aníbal Barca em Zama, em 202 a.C.; Júlio César também desfilou em procissão triunfal em 46 a.C.; Augusto realizou seu triunfo após a vitória em Ácio, em 31 a.C. Durante o Principado, a realização de triunfos passou de homenagem aos feitos diretos de um general para uma exaltação ao *princeps* ou de alguém que ele julgasse merecedor da honraria, geralmente um sucessor, como ocorreu com Tibério em 7 a.C.

Esta relação entre o exército e o poder político de seus comandantes vai se delineando ao longo do século II a.C. Gradualmente, o comando das legiões concentra poder político significativo nas mãos dos generais, que, desejosos de alçar mais e mais prestígio, vez ou outra ameaçavam a estabilidade da *Res Publica* e, é bem verdade que mais de uma vez as legiões ameaçaram o poder do Senado.³⁷

O exército adquiriu cada vez mais poder de barganha, sendo uma força a ser levada em conta por qualquer cidadão que aspirasse ao posto máximo da *Res Publica*. Augusto utilizou o poder das legiões com muita habilidade, apoiando-se, inicialmente na lealdade das legiões comandadas por seu falecido pai. O herdeiro de César não era um notório comandante e a maioria dos conflitos militares no qual se envolveu foram entregues a seu braço direito, Marco Vipsânio Agripa. Ainda assim, ele soube preservar a lealdade dos soldados mantendo para si uma força que lhe permitiu pôr em prática seus projetos de ascensão ao poder em Roma.

Durante o Principado, o apoio do exército foi, em diversos momentos, fundamental para a aclamação e deposição de *principes*. Calígula foi assassinado, em 41 d.C., por uma conspiração envolvendo membros do Senado e da Guarda Pretoriana. Na mesma data, a mesma Guarda aclamou Cláudio imperador à revelia do Senado, impedindo a tentativa de retorno ao antigo modelo republicano anterior a Augusto. Ademais, a partir da segunda metade do século I d.C., seria mais frequente que comandantes fossem aclamados imperadores por suas legiões.

Ressaltemos que, com a exceção de Augusto e Tibério, nenhum dos membros da dinastia Júlio-Claudiana comandou pessoalmente legiões. Embora vitórias militares na Britânia e Pártia tenham sido dedicadas a Cláudio e Nero, nenhum dos dois *principes* esteve à frente das legiões durante estes conflitos, nem foram generais de carreira. Somente após o suicídio de Nero, em 68 d.C. e guerra civil deflagrada no ano seguinte que a presença de imperadores militares se torna uma constante.

2.3.4 A Guerra Civil de 69 d.C. e a ascensão dos generais ao poder

Galba é aclamado *princeps* no ano da morte de Nero, pondo fim à dinastia Júlio-Claudiana. O então governador da Hispânia Terraconense (província que ocupava a maior parte da Península Ibérica, indo dos Pirineus e Golfo de Biscaia, ao norte, Vale do Douro ao

³⁷Para descrição dos conflitos durante a República ver item 2.1 desta dissertação.

sul e Andaluzia a leste), liderara da rebelião contra o imperador e, ao saber-se vencedor, marchou contra a cidade de Roma, assumindo a magistratura.

Incapaz de consolidar seu poder e sofrendo de baixa popularidade, o velho imperador é assassinado, aos 72 anos, apenas sete meses depois de sua aclamação. Galba fora vítima de complô orquestrado por seu antigo aliado, Otão, que se aproveitou da baixa popularidade do príncipe junto ao exército para fazer-lhe frente.

Pelo seu modo de agir, descontentou quase todas as ordens, mas se tornou particularmente odioso aos soldados. Embora seus oficiais tivessem prometido às legiões que lhe jurassem fidelidade uma gratificação maior do que a que a corrente, Galba não ratificou a promessa feita em sua ausência e repetiu em diversas ocasiões ‘que tinha por costume recrutar soldados e não os comprar’. Esta atitude só serviu para irritar os soldados, sem exceção. Aliás, já enchera, também os pretorianos de medo e indignação, licenciando-os na maioria como suspeitos e amigos de Ninfídio. O exército da Germânia Superior criava tumulto, sobretudo porque se vira burlado nas recompensas que esperava em virtude da ação contra os gauleses e Vindex. Assim, foi essa tropa a primeira a se atrever em desobediência, recusando-se, nas calendas de janeiro, a prestar juramento diante de outra autoridade que não fosse a do Senado. Resolveu, da mesma forma, enviar uma embaixada aos pretorianos com a missão de lhe comunicar que o ‘imperador eleito na Espanha não tinha a sua aprovação e que tratassem de escolher outro que reunisse o sufrágio de todos os exércitos. (SUETÔNIO, *A vida dos doze Césares, Galba* 16)

A morte de Galba deu início a uma série de conflitos entre os principais comandantes de Roma, que duraria por todo o ano de 69 d.C. Sucedeu-lhe Otão, que conspirara contra o antigo aliado. Este, no entanto, governou por apenas três meses, suicidando após a derrota para Aulo Vitélio, em Bedriaco.

Vitélio também encontrou dificuldades em manter a coesão das legiões e o apoio dentro da cidade de Roma e, por consequência, seu governo foi curto. Embora as legiões do Reno jurassem lealdade e tivessem desempenhado papel fundamental para forçar o Senado a acatar a aclamação do general, esta não estendia às estacionadas nas demais províncias, a exemplo da aclamação de Vespasiano pelas legiões da Ilíria, Mésia e Panônia poucos meses depois.

As fontes clássicas tendem a descrever Vitélio como homem de caráter licencioso e cruel e que rapidamente ganhou a antipatia do povo. Dião Cássio descreve a personalidade do imperador como “devotado aos luxos e desregramentos” (*História Romana*, LXIV 2, 1) e

cujos gastos durante seu governo foram tão exorbitantes que algumas pessoas lamentaram, pois sabiam que “nem todo o dinheiro do mundo seria suficiente para ele” (*História Romana*, LXIV 7, 3).

No que se refere aos historiadores contemporâneos ao período, como Suetônio e Tácito, a imagem negativa de Vitélio pode muito bem estar vinculada à propaganda promovida por Vespasiano, quando imperador, em exaltação à própria imagem e difamação de seus adversários. “A propaganda contra Vitélio foi tão forte e eficaz que nenhum comentário favorável pode ser encontrado sobre ele nos trabalhos de Tácito e Suetônio” (FERRILL, 1965, p. 268).

Dião Cássio, no entanto, um autor bem posterior ao governo dos Flávios, reforça igualmente as alegações contra o imperador o que indica, por um lado, que a propaganda de Vespasiano foi eficiente e, por outro, que as descrições sobre o caráter de Vitélio talvez não fossem tão fantasiosas. De todo modo, ele entrou para a memória de Roma como um tirano e um exemplo de como um cidadão romano não deveria se comportar, sobretudo, quando à frente de uma magistratura.

Vitélio morreu em dezembro de 69 d.C., linchado pelos apoiadores de Vespasiano, após longa humilhação pública, segundo contam as fontes. O vencedor da guerra civil daquele ano, Vespasiano, assumiria de fato no começo do ano seguinte, com a anuência do Senado e apoio quase incontestável das legiões. O “Ano dos Quatro imperadores” mergulhou Roma em um estado de turbulência não visto desde a Batalha de Ácio, cem anos antes. O regente da *gens* Flavia não encontrou oposição interna para assumir o Principado e conseguiu estabelecer uma dinastia que governaria Roma pelos próximos 27 anos.

Em Roma, o Senado, encantado e cheio de esperança confiante, decretou a Vespasiano todas as honras costumeiramente concedidas aos imperadores. E, de fato, a guerra civil, que, começando na Gália e na Espanha, e depois entrando na luta primeiro pela Germânia e depois pela Ilíria, atravessou Egito, Judéia e Síria, toda província e todo exército, esta guerra, agora que toda a terra foi, por assim dizer, expurgada da culpa, parecia ter chegado ao fim. Sua vivacidade foi aumentada por uma carta de Vespasiano, escrita durante a continuação da guerra. De fato, esse era seu caráter à primeira vista; o escritor, no entanto, se expressou como um imperador, falando modestamente sobre si mesmo, em linguagem admirável sobre o Estado. Não havia deferência por parte do Senado. Ao imperador e seu filho Tito, o consulado foi concedido por decreto; em Domiciano, o cargo de pretor com autoridade consular (TÁCITO, *Histórias*. IV, 3).

A laudatória de Tácito dá o tom de como foi o governo de Vespasiano. O *princeps* procurou reforçar uma imagem positiva em Roma e nas províncias ao mesmo tempo em que, como mencionado acima, difamou a de seus adversários. Externamente teve de suprimir revolta na Batávia, que se iniciou ainda em 69 d.C. e se estendeu até o ano seguinte; e com a revolta dos judeus, que culminou com a destruição do Templo de Jerusalém, em 70 d.C.

O imperador certamente pretendeu formar sua própria dinastia e assegurar a sucessão a seus filhos. Era necessário, portanto, associar sua imagem à ideia de restaurador de Roma, tal qual Augusto fizera cem anos antes. Uma série de obras públicas foram erigidas durante seu governo, como o Fórum da Paz, uma estátua colossal em homenagem a Apolo, a reconstrução do Templo de Cláudio e a mais famosa obra do seu governo, concluída durante o Principado de seu filho, Tito, o Anfiteatro Flávio, o Coliseu.

Vespasiano governou por dez anos e, ao morrer, passou o poder para seu filho Tito. Ambos foram militares de carreira e muito bem sucedidos no comando de legiões. A guerra civil do qual o chefe da *gens* Flávia saiu vitorioso inaugurou um período em que comandantes militares ascenderiam com muito mais frequência ao poder maior em Roma. Na melhor das situações, um general bem sucedido seria aclamado com o apoio do Senado, tal qual aconteceria com Trajano anos mais tarde. No pior dos mundos, generais seriam aclamados por critérios diversos, normalmente pelas legiões que comandavam e, não raro, à revelia do Senado, como ocorreu durante a Crise do século III d.C. Salvo exceções, no entanto, todos os imperadores aclamados nos séculos seguintes teriam um pé na carreira militar.

De fato, Roma e o império se achava, ao fim de 69 d.C., de frente a grandes dificuldades de ordem política econômica e moral. Os problemas políticos saltam mais à vista: é verdade que em Roma não se discute mais sobre a natureza do regime, já não se pensa num retorno à República, mas domina a questão de sua orientação, a bancarrota da autoridade está ligada à incógnita institucional e militar. O novo imperador, proclamado em Alexandria e reconhecido em Roma está ausente. Qual será a autoridade de seus representantes? Em que forças vão se apoiar? No Senado? Nos pretorianos? No exército? Galba se apoiou nas legiões da Hispânia, logo, no Senado; Otão, nos pretorianos; Vitélio, nas legiões do Reno. Os três fracassaram. Até 68 d.C. duas colunas sustentavam o regime imperial: o Senado e o Pretório. Agora existe uma terceira: os exércitos provinciais” (LE GALL e LE GLAY, 1995, p. 305)

O Principado como regime de governo se consolidara ainda durante a dinastia Júlio-Claudiana. O nascimento de uma nova dinastia, após um ano de conflitos internos, seria,

portanto, a pá de cal em quaisquer pretensões republicanas que ainda insistissem em aparecer. Mais do que nunca as preocupações com as virtudes do *princeps* se faziam necessárias, especialmente para assegurar uma sucessão pacífica para Roma.

Este é o terreno perfeito para a produção de *exempla* que assegurassem um guia de conduta não só para o imperador, mas para os magistrados em geral. Restaurar à memória a figura de um líder militar como Alexandre, o Grande num momento em que chefes militares assumem o poder com o apoio das legiões nos parece não apenas pertinente, mas necessário. E é este modelo alexandrino, escrito por Quinto Cúrcio, que destrincharemos adiante.

CAPÍTULO 3 - ALEXANDRE E A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE *PRINCEPS*

Em 323 a.C., Alexandre, o Grande, rei dos Macedônios, expira após anos de batalhas no Oriente. Tendo atingido o auge da expansão territorial de seu império, é provável que o conquistador não tivesse uma noção real de seu feito. Uma mente inquieta como a do filho de Filipe certamente encarara a visita de Tânatos como uma interrupção e um inconveniente ao seu projeto de unificar o mundo sob o pensamento grego. Em menos de dez anos o conquistador expandiu sua influência por uma área maior do que qualquer outro homem faria em toda a Antiguidade.

Só podemos conjecturar sobre a percepção de Alexandre sobre seus feitos. Seu sucesso como comandante inspirou gerações de governantes e sabe-se que mais de um cônsul e imperador romano tentaram imitar-lhe o exemplo.³⁸ Pompeu, segundo conta Plutarco, se assemelhava de tal forma a imagens de Alexandre que seus amigos deliberadamente trocavam seu nome a fim de zombar dele, algo que não parecia incomodá-lo.³⁹

A maciez com que lhe caíam seus cabelos e a vivacidade delicada de seus olhos fazia seu rosto se assemelhar, de forma mais aparente do que real, a imagens do rei Alexandre. Por isso, Pompeu não rejeitou que, desde a juventude, que muitos trocassem seu nome, a tal ponto que mesmo então alguns o chamavam de Alexandre para zombar dele (Plutarco, *Vidas Paralelas, Pompeu*, II, 2-4)

A vida e os feitos de Alexandre sobreviveram por meio dos relatos de seus companheiros e recontados, séculos mais tarde, por historiadores e biógrafos que buscaram entender esta figura com base em outros contextos.⁴⁰ No século I d.C., Quinto Cúrcio Rufo,

³⁸ Durante a República, o consulado era a mais alta magistratura que um cidadão romano poderia galgar em sua *Cursus Honorum*. Dois cônsules eram eleitos anualmente entre os membros do Senado e desempenhavam funções nos campos jurídico, legislativo, administrativo e, em tempos de guerra, militar. Durante o Principado a magistratura continuou a existir, mas os cônsules passaram a ser indicados diretamente pelo *princeps*, cabendo às assembleias apenas a ratificação.

³⁹ Da mesma forma César (SUETÔNIO, *A Vida dos Doze Césares, César*, 7), lamentou, diante a estátua de Alexandre, não ter realizados, aos 30 anos, nada de significativo, quando, na mesma idade, o rei macedônio havia conquistado o mundo.

⁴⁰ A relação dos biógrafos de Alexandre e suas respectivas obras foram discutidas no Primeiro Capítulo deste estudo. De forma resumida, apenas quatro autores sobreviveram até o presente: Plutarco e as *Vidas Paralelas*; Diodoro Sículo, com a *Biblioteca Histórica*, Quinto Cúrcio, com as *Historiae*, e Arriano, autor da *Anábase*.

dentro do contexto do Principado Romano, procura narrar os feitos do monarca macedônio a partir de uma extensa pesquisa documental. Escrever a história de um personagem estrangeiro, em vez de buscá-lo na própria história romana, distancia Quinto Cúrcio da maioria dos historiadores romanos, tornando-o um exemplo muito particular entre os demais.

Ao escrever uma história especializada de um rei macedônio, Cúrcio se separa da historiografia romana convencional, que de Roma seu tema, e se une a uma minoria de autores romanos, por exemplo, Nepos,⁴¹ que se concentrou nos feitos de não romanos em suas elogiosas biografias, Datames, ou Eumenes (BAYNHAM, 2007, p. 55).

Assim, ao escrever as *Historiae*, Quinto Cúrcio narrou, com o máximo de verossimilhança e após extensa pesquisa documental, a trajetória do maior conquistador que o mundo Antigo já vira até então. Entretanto, nuances de sua obra saltam à vista ao contextualizarmos a Roma do século I d.C., vivida pelo autor: um espaço de disputas políticas acirradas, com sucessões, muitas vezes, violentas e conflitos internos, que poderiam ameaçar a estabilidade do império, tal qual ocorreu em 69 d.C.

As *Historiae* são fruto de uma mente educada e amadurecida por anos de leituras. As referências bibliográficas de Quinto Cúrcio foram amplamente discutidas, bem como suas possíveis atuações na política romana e, mesmo não podendo afirmar com certeza que Quinto Cúrcio tenha exercido alguma magistratura, o jogo político romano não lhe passou despercebido.⁴²

Por mais que as *Historiae* sejam caracterizadas como documento de gênero histórico, como já discutido no Capítulo 1, deste estudo, é muito provável que a política romana tenha sido um ponto de referência a Quinto Cúrcio. O resgate da imagem de Alexandre, o Grande, se deu a partir de uma perspectiva romana, considerando o apelo que este personagem exerceu no contexto romano, sobretudo no exercício das magistraturas.

Segundo Matthew Roller (2018, p 4-5), a construção de modelos em Roma, seria:

⁴¹ Cornélio Nepos (110 a.C. a 25 a.C.) foi um autor romano da ordem equestre, nascido em Hostília, na Gália Cisalpina (Norte da Península Itálica). Seu trabalho mais conhecido é *De Illustribus Viris* (Sobre os homens ilustres), uma seleção de biografias de romanos e não romanos, como Datames, Sátrapa da Capadócia, durante o reinado de Artaxerxes II; e Eumenes, um dos diádocos de Alexandre e, posteriormente governante da Armênia.

⁴² O excerto do livro X 9, 1-6, discutido no Capítulo I, talvez seja o melhor exemplo de como Quinto Cúrcio escreveu as *Historiae* tendo a política romana como ponto de referência. A descrição do autor sobre crise sucessória que se estabeleceu após a morte de Alexandre, em paralelo a crise semelhante vivida pelos romanos, mas solucionada pela aclamação de um *princeps* capaz de trazer presumida unidade a Roma nos oferece algumas pistas de como o autor tinha o Principado Romano como parâmetro ao escrever sua obra. Para a discussão sobre o excerto, ler Capítulo I, item 1.1.

fenômeno cultural que abrange um conjunto particular de práticas sociais, crenças, valores e símbolos. Estas estão organizadas e interligadas pelo ciclo das quatro operações que acabamos de mencionar: ação, avaliação, comemoração e fixação de normas, procedendo aproximadamente nesta ordem e voltando ao início (ROLLER, 2018, p 4-5).

Para o bem ou para o mal, um modelo, neste esquema proposto por Roller, surgiria a partir de uma ação pública e verificável aos olhos da comunidade; seu julgamento, realizado à luz do *mos maiorum*,⁴³ como virtuoso ou não; seu registro documental na forma de monumentos (ou na destruição deste, como ocorre, por exemplo, na *damnatio memoriae*) ou textual; e, por fim, sua normatização ou a consolidação do modelo, criando um referencial para aquela comunidade.

É por meio de monumentos, então, que uma ação (ou seja, uma ação e sua avaliação) é inscrita na estrutura do *mos maiorum*, marcando-o como algo "memorável" (ROLLER, 2018, p. 7).

Alexandre foi, para todos os efeitos, um personagem bastante emulado no contexto romano. Seja na produção literária, como ocorre com as biografias de Plutarco, Diodoro, Pompeu Trogo, Arriano e Quinto Cúrcio, seja na reprodução iconográfica, como ocorre com o mosaico na Casa do Fauno, em Pompéia.⁴⁴ Isso demonstra o quanto seu sucesso no campo militar, sua demonstração de *vis* (força) e seus feitos, de modo geral, eram sedutores para a elite romana, educada desde cedo nos textos gregos.

Alguns dos principais líderes romanos prestaram reverência a essa figura: Pompeu, que adotou o epíteto Magno em homenagem ao monarca, se assemelhava tanto ao filho de Filipe quando jovem que propositalmente chamavam-lhe assim para zombar dele (PLUTARCO, *Pompeu*, 2, 2-4). César, por sua vez, enquanto exercia questura na Hispânia, chorou diante de uma estátua de Alexandre ao perceber que aos 32 anos não fizera nada de relevante enquanto, com a mesma idade, o rei macedônio já havia conquistado o mundo (SUETÔNIO, *César*, I, 7).

⁴³O termo *mos maiorum* é traduzido como “costume dos ancestrais” e se refere ao conjunto de normas não escritas que regiam a sociedade romana em todos os campos.

⁴⁴O mosaico da Casa do Fauno é um piso datado do século II a.C., encontrado numa das casas escavadas no sítio arqueológico de Pompéia. A composição, de 2,72 metro por 5,13 metro, mostra Alexandre em batalha com Dario, possivelmente uma reprodução das Batalhas de Isso ou Gaugamela. A cena mostra um Alexandre avançando à frente do exército macedônio, em oposição a Dario que recua com exército persa. O mosaico original está em exposição no Museu Arqueológico de Nápoles, na Itália.

A figura de Alexandre em Roma passou, portanto, pelos quatro processos propostos por Roller, consolidando-se por fim, num *exemplum* tão atrativo aos cônsules, e *principes*, sobretudo aqueles que demonstraram algum sucesso no teatro da guerra. Sua imagem nunca foi uma reprodução exata, o que seria impossível, mas uma idealização do objeto original e seu modelo de virtudes e vícios foi adequado e ressignificado à medida que Roma se transformava. Nas palavras de Ana Teresa Gonçalves (2002, p. 57), “a imagem é formada sempre a partir de um apoio real na percepção, por isso, o imaginário faz parte da representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida”.

A construção do Alexandre de Quinto Cúrcio reflete as percepções do autor sobre o caráter do *princeps* romano a partir da emulação do *rex* macedônio.⁴⁵ O autor cria um modelo de vícios e virtudes ao adjetivar Alexandre, elencando, dentro da perspectiva romana, as qualidades e defeitos que o caracterizam ora como um bom governante, ora como tirano. E são precisamente estas adjetivações que, trazidas para o contexto romano, que refletem a visão do autor sobre o exercício da magistratura no contexto do século I d.C.

3.1 A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO

Um dos desafios ao tentar reconstruir um determinado período histórico é ordenar a narrativa de maneira coerente a partir dos registros que sobreviveram ao tempo. Estes recursos, muitas vezes limitados, nos permitem vislumbrar as estruturas deste passado e, a partir da narrativa, reconstituí-lo. Naturalmente esta situação incorre em problemas. Um deles é a fragmentação da narrativa decorrente da quantidade de lacunas que os registros nos legam. Aquilo que se perdeu no tempo (ou permanece oculto) poderia, imaginamos, amarrar o emaranhado de pontas soltas que temos de enfrentar.

Quando falamos da Antiguidade, esta característica parece se acentuar dado o tamanho do período que costumamos chamar assim: o início das primeiras civilizações, na região do Crescente Fértil, à passagem para a Idade Média, no século V d.C. Dividir e subdividir a História em períodos é um recurso didático útil, mas também com seus problemas, o qual o principal deles é interpretar a passagem do tempo como uma sucessão de rupturas e não processos que se estendem e se entrelaçam no tempo.

⁴⁵ O termo em grego para se referir ao rei é *basileus*, mas Quinto Cúrcio, por escrever em latim usa o termo *rex* ao se referir a Alexandre.

O esforço de organização de narrativas é, sobretudo, interpretativo, dado que o historiador possui brechas a serem preenchidas. A historiografia se orienta a partir de uma pequena ilha de memórias que se projeta acima da superfície, tendo toda uma massa submersa a ser explorada. Ela é o produto daquilo que sobrevive às águas do Letes e das inúmeras conexões realizadas no processo de construção das identidades. Nas palavras de Michel de Certeau:

De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma "lição"; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos (CERTAU, 1982, p. 87)

Como observou Norberto Luiz Guarinello (2014, p. 9): todo processo de memória é, além disso, um trabalho, um esforço sobre o tempo. É uma atualização que fazemos repetidamente, para além das lembranças ‘naturais’ que nos permitem viver nosso dia a dia. Esse esforço para recordar e dar sentido ao presente se apóia naquilo que os historiadores chamam de lugares de memória.

Chamamos lugares de memória, espaços, concretos ou abstratos, que evoquem a presença de eventos ou personagens que produzam sentido a um determinado grupo social. Segundo a definição de Pierre Nora (1993, p. 21) um espaço

só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. (...). Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar (NORA, 1993, p.21).

Para nos atermos ao nosso objeto, observemos como a imagem de Alexandre foi, por vezes, evocada como um lugar de memória entre a elite romana. Entre representações iconográficas, tentativas de emulação da aparência e feitos; como as de Pompeu e César,

descritas acima; até a reverência que Augusto prestou ao monarca ao visitar-lhe o túmulo em Alexandria, após a conquista do Egito. Nas palavras de Suetônio:

Ao mesmo tempo, retirou do santuário que abrigava dos olhares humanos a urna que continha o corpo de Alexandre e, com todo o respeito, colocou-lhe à cabeça uma coroa de ouro e o cobriu de flores. (SUETÔNIO, *A Vida dos Doze Césares, Augusto*, 18)

A reverência à figura de Alexandre, prestada por figuras proeminentes em Roma atesta que o contato com os textos gregos, no caso específico com a documentação do Período Helenístico, não apenas provocou um forte impacto entre os romanos, mas consolidou a figura de Alexandre como um *exemplum* entre a aristocracia. Evocá-lo por meio da emulação era uma tentativa em igualar-se a ele; render-lhe homenagens em seu túmulo, como fizera Augusto, era reconhecimento do valor de um conquistador do Egito para outro. Por fim, produzir uma narrativa sobre seus feitos, era a evidência que, trezentos anos após sua morte, o nome de Alexandre continuava relevante.

A memória, observa Aleida Assmann (2016, p. 53), “se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento. Ela segue rastros soterrados e esquecidos, e reconstrói provas significativas para a atualidade”. Trata-se, portanto, de um esforço do homem em manter sua trajetória viva, coerente, inteligível e, principalmente, registrada para que os feitos do presente não se percam e as próximas gerações continuem a tecer a história do homem.

Quando, no início de suas *Historiai*, Heródoto declarou que ele apresentaria os ‘resultados de sua pesquisa, a fim de que o tempo não suprimisse os trabalhos dos homens e que as grandes proezas realizadas seja pelos gregos, seja pelos bárbaros, não caíssem em esquecimento’, ele toma para si a tarefa sagrada do poeta épico, transformando-a ao mesmo tempo pela busca das causas verdadeiras: lutar contra o esquecimento, mantendo a lembrança cintilante da glória (*kleos*) dos heróis, isto é, fundamentalmente, lutar contra a morte e a ausência pela palavra viva e rememorativa (GAGNEBIN, 2006, p. 45).

Não devemos entender as memórias individual e social como conceitos isolados. Elas se entrelaçam, se alimentam e contribuem, para o bem ou para o mal, com a construção

das identidades, uma vez que dão sentido à existência das comunidades e seus integrantes. A conservação da memória só é possível a partir da “memorização de um mundo previamente ordenado” (CANDAUI, 2016, p. 83).

Narrar o passado, isto é, tentar explicá-lo de forma coerente a partir da interpretação dos registros, é um exercício de construção de identidade, tanto individual quanto coletiva. Articular historicamente o passado, afirma Walter Benjamin (2012, p. 11), “não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo”.

A rigor, isso implica numa percepção muito particular do passado e da organização do tempo. Pensar, por exemplo, num cidadão romano do século I d.C., é entendê-lo como dotado de uma percepção característica daquele momento histórico. Mais ainda: à medida que observamos mais atentamente este espécime, entendemos como as identidades se sobrepõem em camadas muito finas que coexistem e conferem, ao mesmo tempo, percepção geral e particular deste ser.

A memória é uma construção social, à medida que os registros herdados do passado são reinterpretados, ressignificados e assumem novas funções. As narrativas decorrentes deste processo não mais servem como instrumento para análise do cenário narrado, mas oferecem subsídios para reconstruirmos o período de sua composição. Ao falarmos, deste modo, das narrativas sobre Alexandre, ou, mais precisamente, sobre a narrativa elaborada por Quinto Cúrcio, temos de ter em mente que se trata de uma reinterpretação da figura deste personagem, cuja imagem é reconstruída em um contexto diverso daquele em que viveu.

Imagem, aliás, é um conceito chave para se entender essa relação entre o personagem real e suas construções posteriores. Quatro séculos separam o Alexandre histórico da biografia de Quinto Cúrcio. Ainda que o autor tenha se apoiado em relatos de companheiros do rei macedônio, a reconstrução desta imagem é permeada por contextos diversos, entre eles o espaço que o personagem ocupava na memória da aristocracia romana.

3.1.1 A Imagem como produto e produtor de Memória

O processo de construção da imagem de um personagem no imaginário coletivo é permeado por licenças poéticas, exageros, associações diversas que lhe dão um caráter mítico, quase divino. Mesmo que Quinto Cúrcio teça críticas às falhas no comportamento de Alexandre, os feitos do macedônio parecem ter peso maior que seu caráter volúvel. Para o

bem ou para o mal, a história de Alexandre deixou impressões, e alimentou o desejo de seus dirigentes em equiparar-lhe os feitos.

Aleida Assmann (2016, p. 193-257) ressalta as diferenças entre os aspectos produtores de memórias dos registros escritos e imagéticos. Ambos possuem funções de produtores de memória, mas atuam em campos diversos.

Escrita e imagem se relacionam com o tempo de maneiras diversas. Obras iconográficas eram consideradas de natureza material e situadas em um tempo destruidor; a escrita era considerada imaterial e se situava em um tempo generativo ou mesmo fora do tempo. (2011, p. 235).

Esta dicotomia entre a perecibilidade da imagem e a reprodutibilidade da escrita não encontra mais eco nas discussões contemporâneas, dadas as inúmeras possibilidades de preservação e reprodução de ambos os registros. Por outro lado, nos permite vislumbrar como os recursos textuais e imagéticos tinham caráter de reafirmação de uma memória. No caso de Alexandre, mosaicos, esculturas, medalhões e moedas e as biografias que lhe relatam os feitos, evocam a aura de poder de um governante, numa sociedade que, não só se via como herdeira do legado grego, mas dos feitos do rei macedônio.

Como construção social, as representações são permeadas por símbolos e mecanismos de linguagem próprios das sociedades nas quais surgem. A representação não é o objeto, mas a descrição deste permeada por mecanismos de linguagem que aferem semelhança entre os dois. Esta relação permite aos grupos sociais dotarem o presente de sentido, construindo as identidades de grupos.

Assim, para além de um documento histórico sobre a vida e feitos de Alexandre, o Grande, as *Historiae* também elencam os modelos de virtudes e vícios do filho de Filipe, estabelecendo um manual de conduta a ser seguido, ou evitado, pelos ocupantes da magistratura máxima de Roma, o *princeps*.

3.2 AS ORIGENS DIVINAS E MORTAIS DE ALEXANDRE

Alexandre, segundo conta Plutarco, nasceu no “sexto dia do mês do Hecatombeon” (Plutarco, *Vidas Paralelas*, Alexandre, VI, 3,5), que no calendário gregoriano compreenderia entre os meses de julho e agosto, em 356 a.C. Ele era filho de Filipe, rei da Macedônia, que aos poucos subjugou as *poleis* gregas ao seu domínio. Sua mãe, Olímpia, filha de

Neoptólemo, rei do Épiro. Os dois se conheceram ainda jovens enquanto se iniciaram nos Mistérios da Samotrácia. A união teria ocorrido em 360 a.C.

O mesmo autor relata uma ascendência divina do monarca pelos lados paterno e materno. A linhagem dos reis macedônios poderia, segundo a tradição, ser traçada até Hércules, o semideus de força descomunal, fruto das indiscrições de Zeus com uma mortal, alvo do ódio de Hera, esposa legítima do pai, alçado à divindade, após ser testado aos limites do impossível.

Do lado materno, Alexandre descenderia de Tétis, divindade de menor prestígio no panteão grego, uma das filhas de Nereu e Dóris. Da união dela com Peleu, rei dos mirmidões, gerou Aquiles, o maior e mais belo dos heróis gregos a combater em Tróia e cuja fúria não podia ser contida.

3.2.1 O filho de Zeus

A ascendência divina de Alexandre seria suficiente para legitimar a imagem do monarca, mas Plutarco acrescenta outros aspectos à narrativa que ressaltam o caráter extraordinário do conquistador. Olímpia sonhara, relata o historiador,

na noite que precedeu aquela em que os nubentes [ela e Filipe] se encerraram no quarto nupcial (...). Pareceu-lhe ter ouvido o estrondo de um trovão e ter sido atingida pelo raio no ventre e que do golpe se acendeu um grande fogo que, depois de se fragmentar em chamas em todas as direções se extinguiu (PLUTARCO, *Vidas Paralelas*, Alexandre, 2, 3).

Outro episódio narrado por Plutarco, este envolvendo Filipe, dá conta que o rei enviara Querón de Megalópolis a Delfos e este,

segundo dizem, lhe trouxe como resposta da parte do deus que fizesse sacrifícios a Amon e que venerasse esta divindade mais que qualquer outra. Também lhe anunciara que perderia um dos olhos porque havia olhado pela fresta da porta para espiar o deus que compartilhava o leito com sua mulher sob a forma de uma serpente (PLUTARCO, *Vidas Paralelas*, Alexandre, 3,1-2).⁴⁶

⁴⁶ Filipe, de fato, perdeu um olho durante cerco a Metona, na Macedônia, em 354 a.C.

O raio é claramente uma evocação a Zeus,⁴⁷ cujo caráter libertino o levava a assumir dezenas de formas para escapar da vigilância da esposa, Hera: Touro, com Europa; Cisne, com Leda, Chuva dourada, com Dânae. O trovão, fenômeno associado ao deus e controlado por ele, é uma explicação bastante factível para explicar a “concepção divina” de Alexandre

Amon, a divindade egípcia dos mistérios, é associada a Zeus e possuía um oráculo em Siva, na fronteira entre a Líbia e o Egito, o qual foi visitado por Alexandre, após a conquista daquele povo.⁴⁸ Cavero, Morillo e Hermida (2007, p. 61) dão conta que “o sincretismo entre Amón e Zeus tinha já uma considerável tradição na época de Alexandre”.

Sobre a serpente, Claude Mossé (2004, p. 81) associa a imagem do réptil a Dioniso, já que o biógrafo evoca uma tradição das mulheres da região em participar de ritos órficos e celebrações orgiásticas em culto a essa divindade. Segundo os costumes, as mulheres da Samotrácia costumavam levar consigo serpentes domesticadas durante estas celebrações.

Estas narrativas são bem posteriores ao nascimento de Alexandre e tomam contornos mais claros somente quando a posição de Alexandre como governante se torna mais sólida. O começo de seu reinado é praticamente uma continuidade da política do pai, Filipe, em manter a Hélade sob hegemonia macedônia e preparar uma expansão ao Oriente, rumo ao poderosíssimo Império Aquemênida.

Ora, a visita do conquistador ao oráculo de Zeus-Amon, em Siva, parece reacender o debate sobre a paternidade do monarca, assunto de conhecimento de todos, mas que, até então, assumira ares de boato e chiste inocente.⁴⁹ A peregrinação de Alexandre, afirma Droysen (2010, p. 224),

fez com que ganhassem atualidade. (...). Afirmavam que também Hércules era filho de uma mortal. Acreditava-se que Olímpia revelara ao filho o segredo do seu nascimento quando o acompanhara ao Helesponto. Outros preferiam crer que o rei desejava obter os conselhos do deus para continuar a campanha (...). Mas ninguém conheceu seu verdadeiro objetivo: ele só permitiu que pouquíssimos soldados o escoltassem (DROYSEN, 2010, p. 224).

⁴⁷ Plutarco, por ser grego, nomeia o senhor do Olimpo como Zeus e assim o trataremos sempre que nos referirmos a este autor. Da mesma forma, sempre que nos referirmos a Quinto Cúrcio, usaremos o equivalente romano, Júpiter.

⁴⁸ Plutarco (VI 3, 1-2) é claro ao usar o nome Amon (Ἄμμων) ao se referir à divindade à qual Filipe deveria prestar culto.

⁴⁹ O Oráculo de Siva se localizava em um oásis, no que compreendia ao Alto Egito (hoje, parte da Líbia). Os registros de ocupação da região datam do Paleolítico e é provável que o culto a Amon tenha persistido até o século VI d.C. O oráculo ficou conhecido pela visita de Alexandre, o Grande, após a submissão do Egito ao domínio macedônio.

Um segundo episódio envolvendo o oráculo de Zeus-Amon reforça a ideia de como a imagem de Alexandre foi fortemente associada à divindade, à medida que seu poder se consolidava. Tendo chegado ao Oásis, o monarca perguntou ao sacerdote:

Se por acaso lhe havia escapado algum dos assassinos de seu pai, mas o sacerdote lhe pediu que pensasse no que dizia, porque não era filho de um mortal. Mudando o teor da pergunta, quis saber Alexandre se havia castigado a todos os assassinos de Filipe, e sobre o império, se o deus lhe concedia em converter-se no senhor de todo o mundo. Quando o deus respondeu que também lhe concedia isso e que Filipe estava plenamente vingado, Alexandre agradeceu com magníficas oferendas e com dinheiro para seus servos (PLUTARCO, *Vidas Paralelas* VI 27, 6-8).

Não temos como saber se os episódios no Oásis de Amon ocorreram como relatados. O que podemos afirmar é que, a partir da campanha na Ásia, Alexandre teve sua imagem gradualmente associada à de uma divindade. É possível que esta construção parta de uma estratégia para garantir o apoio dos povos orientais que conquistara e para quem a figura do monarca é frequentemente associada a um membro do panteão local. O filho de Filipe contava com o apoio de gregos e macedônios, mas no Oriente era preciso ir além para legitimar o seu poder.

Quinto Cúrcio não se apressa em associar Alexandre a qualquer imagem divina. Esta cautela certamente parte da desconfiança que os romanos nutriam com divinizações em vida. O fato de as *Historiae* estarem incompletas também não nos permite fazer ilações sobre como o autor narrou os eventos relativos ao nascimento do monarca. Para todos os efeitos, Alexandre era filho de Olímpia e Filipe, rei dos macedônios, e seus feitos deviam à natureza de seu caráter e ao favor dos deuses.

O episódio do Oásis de Amon é relatado por Quinto Cúrcio em detalhes semelhantes ao de Plutarco, mas o autor é categórico em repreender a conduta de Alexandre em se fazer reconhecer como filho de um deus. Mais que isso, o autor atribui a perda do apoio macedônio ao monarca à sua conduta repreensível.

Em consequência, não só consentiu Alexandre em ser chamado ‘Filho de Júpiter’, como inclusive exigiu e, ao tratar de aumentar com esta denominação o tamanho de suas façanhas, o que fez foi deteriorá-lo. E por isso os macedônios, acostumados a um regime de liberdade maior que os outros povos, viraram as costas a quem aspirava a imortalidade com mais

obstinação que à que convinha a seus próprios interesses e aos do próprio rei (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro IV, 7, 32).

Se no Oriente a figura régia era frequentemente divinizada, aos gregos e, sobretudo, aos romanos tais pretensões eram vistas com desconfiança, senão com repulsa, facilmente verificável com o fim do imperador Domiciano. Afirmar-se como filho de Júpiter poderia funcionar com povos conquistados, mas não com seus homens mais próximos. Neste contexto, as *Historiae* transparecem a preocupação do autor com a adoção de hábitos orientais por alguns *principes*.

É bom ressaltar que nenhum dos biógrafos alexandrinos atesta o caráter divino do monarca. Os episódios que lançariam dúvidas sobre as origens de Alexandre são narrados como parte do mito que se formou em torno daquela figura, mas quatro séculos após a morte do conquistador, elas não tinham mais força que boatos.

Quinto Cúrcio, no entanto, é um autor particularmente enfático em ressaltar a mortalidade de Alexandre. Mesmo que revestido da aura de realeza, o monarca é apresentado ao leitor como homem, logo, com todas as contradições a ele inerentes. As faltas do conquistador nunca são dissimuladas, mas motivo de admoestação constante. Como no Livro VI quando o rei adota os costumes e a indumentária persa, algo escandaloso para seus companheiros.

Ali se entregou abertamente as suas paixões, convertendo a continência e a moderação, que são bens excelsos no meio da mais sobressalente das fortunas, em soberba e lascívia. Os costumes de sua pátria, a disciplina dos reis macedônios, sabiamente moderada, igual ao seu aspecto exterior igual ao de simples particulares, lhe pareciam pouco em relação a sua grandeza e se deu a emular a dignidade da monarquia persa, igualando seu poder ao poder divino. Aos vencedores de tantos povos desejava vê-los prostrados a seus pés, dispostos a venerá-lo, ir-lhes acostumando a trabalhos servis e considerá-los como escravos. Em consequência, cingiu sua cabeça com um diadema de púrpura bordada em branco (como uma que teve Dario) e adotou a indumentária persa sem nenhum respeito pelo presságio de trocar os emblemas do vencedor pelas vestimentas do vencido (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VI, 5, 1-5).

Ressaltemos a preocupação do autor em condenar a orientalização dos hábitos de Alexandre. Transportando o exemplo para a realidade romana, observamos que esta se tornou uma preocupação crescente, à medida que o Império expandia seu *limes*. É bem verdade que

os romanos foram muito habilidosos em se apropriar de práticas e tecnologias dos povos conquistados e não interferiram de maneira significativa nos costumes desses. Entretanto, eles tinham absoluto zelo pelas tradições que lhes eram caras. Um governante que se mostrasse demasiado aberto aos hábitos estrangeiros, em detrimento daqueles que fundamentavam a *Res Publica*, poderia ter sua carreira política encerrada permanentemente. É neste contexto, que o Quinto Cúrcio historiador e cidadão se encontram, transparecendo na narrativa historiográfica as preocupações com o destino do Império.

Outro aspecto a ser considerado: Alexandre é retratado como homem e, como tal, está sujeito às vicissitudes da Fortuna e ao capricho dos deuses. Afirmar-se filho de um deus ou tentar se igualar a um pode ter servido como propaganda para manter a coesão do império macedônio, mas para alguém inserido num determinado regime de crenças, os riscos “espirituais” não deviam ser negligenciáveis.

Na Carmânia, no atual Irã, enquanto retornava de sua campanha na Índia, “tratando de emular não apenas a glória que o *Pater Liber* havia conseguido entre aqueles povos, mas também seu renome, Alexandre, deixando elevar seu orgulho para além do que é permitido a um homem, decidira imitar o triunfo de Baco” (CÚRCIO, *Histórias*, IX10, 24).

O cortejo da Carmânia é interpretado por Quinto Cúrcio como uma tentativa de Alexandre em igualar seus feitos ao de Baco/Dioniso.⁵⁰ Sobre esta questão, Mossé (2004, p. 89), entende a associação entre o monarca e o deus de modo diverso. O desejo de Alexandre em expandir o império macedônio fatalmente o levaria aos povos por onde o deus passou. É possível que o monarca, não querendo se indispor com o filho de Sêmele, tenha procurado aplacar-lhe a fúria com celebrações dionisíacas. “Eis o que convida a refletir sobre uma personalidade cuja complexidade mal se adivinha através das camadas espessas da lenda” (MOSSÉ, 2004, p. 89).

Esta prudência com que Quinto Cúrcio trata essa relação de Alexandre com as divindades pode também estar associada às funções sacerdotais dos *principes*. Em Roma, o sacerdócio era encarado como uma magistratura, com mandato estabelecido, o que funcionou durante a República. Após Augusto, a função de *Pontifex Maximus* foi centralizada pelos *principes*, que a exerciam ou escolhiam seus ocupantes. É possível que, ao descrever a relação

⁵⁰ Embora estejam, em essência, associados, Dioniso e Baco diferem quanto às celebrações. Se entre os gregos, o culto dionisíaco fazia parte das celebrações da *poleis*, em Roma os bacanais geraram tanta controvérsia que foram banidos por um decreto Senatorial em 186 a.C. (Ver Tito Lívio, *História de Roma* XXXIX 8-19). Ressaltamos que este banimento ocorreu exclusivamente da esfera pública, permanecendo em ritos privados, conforme demonstrado pela cultura material.

do monarca macedônio com os deuses, Quinto Cúrcio estivesse, para o bem ou para o mal, refletindo sobre as atribuições religiosas dos governantes romanos.

3.3 AS ADJETIVAÇÕES DE CARÁTER DE ALEXANDRE

Num contexto de disputas políticas intensas como foi o século I d.C., a releitura de Alexandre como um modelo para os magistrados romanos surge como uma forma de propor uma ordem jurídica e política que, por sua vez, levaria a um ordenamento social em um império acochado há mais de meio século por intrigas políticas.

Nossa discussão do Capítulo I data a escrita das *Historiae* em algum momento da Dinastia Flaviana, mas também reforça a hipótese de Quinto Cúrcio ter presenciado o governo de outros *principes*, tendo chegado ao governo de Vespasiano já na maturidade. Sendo assim, ele presenciou as transições violentas que marcaram a dinastia Júlio-Claudiana e a guerra civil de 69 d.C., que terminou com a aclamação de Vespasiano.

A dinâmica política em Roma, portanto, produziu impressões ao autor e, ao escrever as *Historiae*, ele possuía a experiência com o sistema de governo romano e seus governantes mais ou menos bem sucedidos. Logo, pôde construir um horizonte de expectativas a fim de determinar, a partir da construção de um modelo romanizado de Alexandre, as características de um *princeps* ordenador, que traria estabilidade a Roma. Nas palavras de Koselleck:

a experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem ações concretas no movimento social e político (KOSELLECK, 2012, p. 308).

Assim, Alexandre é reescrito como o *exemplum* de governante, para o bem e para o mal. Não por acaso esta releitura surge quando um militar de carreira assume o poder em Roma e estabelece sua dinastia. Parte da representação iconográfica e literária de Alexandre o associa, em primeiro lugar, a seus feitos no campo de batalha. Este é um apelo muito forte

para uma aristocracia, que teve na expansão militar um dos componentes da própria organização política, social e econômica da *Res Publica*.⁵¹

Há uma divisão nas *Historiae* ao analisar as variações do caráter de Alexandre. Quinto Cúrcio dividiu a história do filho de Filipe em dois momentos: a primeira Pêntade⁵² (Livros III a V), que relata a marcha dos macedônios sobre o Império Aquemênida até a morte de Dario. Nesta, somos apresentados ao brilhantismo de Alexandre no campo de batalha, sua coragem e determinação incansáveis, bem como suas virtudes como rei.

A segunda Pêntade (Livros VI a X) relata a expansão para além da Pérsia até a morte de Alexandre e disputas sucessórias. Nela somos apresentados a um Alexandre que gradativamente se deixa levar pelos favores da Fortuna, adotando cada vez mais os costumes estrangeiros e sofrendo oposição entre os macedônios. Cada um destes aspectos serão tratados separadamente a seguir.

3.3.1 A primeira Pêntade e o Alexandre dotado de *Vis*

Os primeiros livros das *Historiae* se dedicam a narrar a campanha de Alexandre contra o Império Aquemênida, então governado por Dario, e à época, o maior império de todo o Mundo Antigo, compreendendo toda a Ásia Menor, Egito, Líbia, planalto do Irã e fazendo fronteira com a Índia. A campanha contra Dario fora planejada por Filipe, pai de Alexandre, mas este fora assassinado em 336 a.C., deixando para o filho a missão de combater no oriente.⁵³

Embora não saibamos o real conteúdo dos Livros I e II das *Historiae* é muito provável que narre a ascensão de Alexandre ao trono macedônio e suas primeiras campanhas militares com o objetivo de conquistar o oriente. O Livro III já se inicia com a conquista da Frígia e os preparativos para a Batalha de Isso, a segunda batalha que o monarca efetivamente travou contra Dario. Desta forma, as impressões de Quinto Cúrcio sobre a vitória do filho de Filipe no rio Grânico (hoje oeste da Turquia) estão perdidas e sua menção no Livro III se limita à passagem em que o rei recebe uma delegação ateniense após a batalha.

⁵¹ A discussão sobre a datação das *Historiae* à dinastia flaviana e as influências de Alexandre sobre os líderes romanos estão no Capítulo 1.

⁵² Uma Pêntade pode ser entendida, neste caso, como um conjunto de cinco livros. Embora os dois primeiros volumes das *Historiae* estejam perdidos, optamos por manter o nome, tendo em vista a estrutura original do documento.

⁵³ Diodoro Sículo, Biblioteca Histórica, Livro XVI, 91, 2

Chegou depois uma comissão ateniense com o pedido de que lhes entregasse os soldados feitos prisioneiros junto ao Rio Grânico, ao que Alexandre respondeu que não só aqueles, mas, além disso, daria ordem de devolver o restante dos gregos aos seus, uma vez terminada a guerra contra a Pérsia (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro III 1, 9-10).

O caráter generoso de Alexandre com seus adversários é frequentemente retratado na primeira Pêntade. No exemplo acima, a delegação ateniense pedia a libertação dos soldados gregos que havia lutado ao lado de Dario contra os macedônios. Não há, da parte do monarca, oposição em oferecer tratamento cortês àqueles que se submetem a sua autoridade.

a) *Prudentia, Moderatio e Clementia como adjetivações na Primeira Pêntade*

Até a chegada dos macedônios na Babilônia, as descrições do caráter do filho de Filipe são a de um homem movido pela *moderatio* e *prudentia*, termos frequentemente atribuídos ao monarca e que se referem, nesta ordem, ao controle do homem sobre as paixões e ao comportamento cauteloso. Quinto Cúrcio atesta (*Histórias*, III, 12, 20), ao descrever a captura da família de Dario pelos macedônios, que Alexandre dera exemplo de *moderatio* e *prudentia*, exatamente quando a Fortuna começa a lhe sorrir.

Naquela ocasião se comportou de tal maneira que superou a todos os reis que o haviam precedido em domínio de si mesmo e clemência. Às princesas, de beleza extraordinária, as respeitou tão religiosamente como se fossem filhas de seu próprio pai; e à esposa de Dario, que levava a palma da formosura entre todas as mulheres de seu tempo, a tal ponto que não lhe infligiu violência alguma que pôs extremo cuidado para que ninguém abusasse da prisioneira. Mandou que lhes devolvessem todo seu enxoval e da magnificência de sua antiga fortuna nada perderam, a não ser a serenidade e o sossego. Por tudo isso, Sisigambis⁵⁴ disse: ‘Oh, rei, mereces que em nossas orações peçamos a ti o mesmo que outrora pedíamos a Dario; e, pelo que vejo, és digno dele, já que superaste um rei tão grande não só na boa Fortuna, como na justiça. Tu me chamas mãe e rainha, mas eu me confesso sua escrava e o mesmo posso alçar sobre minha antiga fortuna a submeter-me ao jugo presente: só a ti cabe decidir se do poder que tens sobre nós haja testemunho de clemência mais que de crueldade’ (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro III 12, 21-25).

⁵⁴ Após a Batalha de Isso, Alexandre captura a família real persa, que acompanhara Dario na campanha. Os prisioneiros foram: Sisigambis, mãe de Dario; Estatira, esposa e rainha do império Aquemênida; Estatira II e Dripetis, filhas de Dario, mais tarde esposas de Alexandre e Heféstion, respectivamente; e Oco, único filho e herdeiro de Dario.

Não por acaso, *moderatio* e *prudentia* são virtudes esperadas do *princeps*, bem como *clementia* e *pietas*, que discutiremos adiante. A associação destas virtudes à mais alta magistratura de Roma (e no caso, das *Historiae*, a Alexandre) se dá porque o *princeps* deve ser e parecer como o mais virtuoso dos homens, dado que, alçado ao topo da *Res Publica* deve zelar pela ordem desta.

A *clementia* (clemência) de Alexandre, apresentada na passagem acima é, segundo a definição de Sêneca: “a temperança de espírito de quem tem o poder de castigar ou, ainda, a brandura de um superior perante um inferior ao estabelecer a penalidade” (Sêneca, *Tratado sobre a Clemência*, II 1, 1). Em outras palavras, a *clementia* é a atitude ponderada em abrandar ou anular a pena quando se tem o poder e os motivos para aplicá-la.

A passagem em questão aponta como Alexandre, mesmo tendo em mãos o poder para dispor da família de seu rival como assim o desejasse, entregando-se às paixões, age com clemência, tratando seus reféns, não apenas com dignidade, mas com o afeto dedicado aos seus. Assim, naquele momento, quando se encontrava vitorioso sobre o poderoso império Aquemênida, Alexandre se comportou com tal dignidade que lhe valeu a admiração de seus inimigos.

Por descrever a campanha contra a Pérsia, o eixo da Primeira Pêntade é a oposição entre o caráter de Alexandre e seu antagonista, Dario. O monarca macedônio é retratado com um homem de *vis* (força). A *vis*, por sinal, é o aspecto que melhor define o filho de Filipe em toda a primeira Pêntade, qualificando-o como um rei mais adequado do que Dario. Mesmo algumas características que, em primeira análise, pareceriam negativas adquirem um tom mais ameno por causa dessa em especial.

Alexandre é o rei superior porque é o homem de *vis* (força), enquanto Dario é retratado como uma figura fraca. Alexandre é jovem, Dario é um homem mais maduro. Alexandre é o melhor *dux* [comandante] no capo de batalha contra Dario. Ele também é um político e diplomata melhor, o que é ilustrado no tratamento aos seus próprios oficiais e assessores, bem como em sua carta ao Grande Rei no Livro IV. Inicialmente, ele é o personagem moralmente superior – um modelo de autocontrole, dignidade e excelência. Dario, embora não sem algum mérito como estrategista, não pôde manter seu exército unido e, pior, duas vezes ele se provou publicamente um covarde. Em seu relacionamento com seus seguidores ele é, às vezes, fútil e arrogante, desleixado com bons conselhos e vítima de uma vida luxuosa e *superbia* (BAYNHAM, 2007, p. 132).

A fraqueza de caráter de Dario é inicialmente mostrada no Livro III, 2, 10-19, ao ouvir o conselho de Caridemo, ateniense exilado por Alexandre e, naquele momento, habitando a corte de Dario. Diante da opulência do exército persa, o que trazia a Dario grande satisfação, Caridemo aconselha o rei sobre o perigo do exército macedônio que avançava, despertando a ira do monarca. Caridemo é executado, mas não sem antes proferir a sentença de Dario.

Dario tinha um caráter afável e gentil, se fosse porque, na maioria das vezes, a Fortuna perverte até a própria natureza. E assim, incapaz de suportar a verdade, ordenou que Caridemo fosse executado, e precisamente quando ele estava dando o melhor conselho, um homem a quem ele havia feito seu convidado comovido por seus apelos. Caridemo, sem deixar de lado, nem mesmo nas presentes circunstâncias, a sua franqueza, disse-lhe: Preparei um vingador da minha morte; o mesmo contra quem te aconselhei pedirá que explique o desprezo feito ao meu conselho. Quanto a ti, a quem o abuso de poder mudou tão abruptamente, serás um exemplo para a posteridade que os homens, quando se entregam aos braços da Fortuna, esquecem até a sua própria natureza. Essas coisas que ele disse em voz alta quando lhe cortaram sua garganta, de acordo com as ordens do rei. Depois, um arrependimento tardio apoderou-se de Dario e, depois de confessar que Caridemo lhe dissera a verdade, ordenou que fosse enterrado (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro III 2, 17-19).

Dario é descrito como um homem de caráter afável, mas, embriagado pela Fortuna, tem juízo prejudicado e, mesmo ao ouvir um bom conselho, age de forma cruel contra um conselheiro. Ademais, Sêneca, em seu tratado *Sobre os Benefícios* (6, 30) lembra que homens em posição de poder necessitam de conselheiros que lhes

falem a verdade, para salvá-los da massa organizada de falsidades que os assediam, que os confunde tanto com mentiras que o hábito de ouvir apenas o que é agradável em vez do que é verdadeiro, os impede de saber realmente a verdade realmente. (SÊNECA, *Sobre os Benefícios*, VI, 30).

Em oposição, Alexandre, que também é favorecido pela Fortuna, consegue, por um tempo, manter seu caráter sob controle. Isso lhe permitiu manter clareza de seu juízo. Após ocupar a cidade de Tarso, na Cilícia, Alexandre resolveu se banhar, diante do exército, nas

águas do rio Cidno, que cortava a cidade. “Pensava que seria uma lição de como se dava por satisfeito com um cuidado corporal ligeiro e ao alcance de todo mundo” (CÚRCIO, *Histórias*, III 5, 2). Estando, contudo, com corpo quente, graças ao clima escaldante da região, ao entrar nas águas geladas do rio, teve um mal súbito sendo imediatamente socorrido por seus assistentes.

Levado a sua tenda, Alexandre foi atendido pelo médico Filipe. Natural da Arcanânia (centro-oeste da Hélade), ele fizera parte da campanha de Alexandre desde a Macedônia e lhe era profundamente fiel (*fidus admodum*). Tendo cuidado da saúde do monarca desde a juventude, “sentia por Alexandre carinho extremo, não apenas como rei, mas como pupilo” (CÚRCIO, *Histórias*, III 6, 1).

O remédio proposto por Filipe não era de efeito instantâneo, o que desagradava ao séquito do rei. Ademais, Parmênion, o mais fiel de seus dignatários (*fidissimo purpuratorum*), recebera uma carta que acusava Dario de haver comprado Filipe por mil talentos. Informado da carta, Alexandre conjectura sobre os riscos de se pôr nas mãos de seu médico.

Alexandre ficou profundamente preocupado com a leitura da carta e, mediante valoração secreta, pesava os prós e contras do medo ou da esperança: “Perseverarei”, dizia, “na idéia de beber a fim de que, se me for ministrado veneno, pareça que, aconteça o que aconteça, me ocorreu conscientemente? Condenarei a lealdade de meu médico? Consentirei em ser assassinado em minha própria tenda? Mas é melhor morrer criminosamente pelas mãos de outros que por meu próprio medo” (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro III 5, 5-6).

É desnecessário dizer que a denúncia de traição de Filipe era infundada, já que Alexandre sobreviveu ao mal súbito. A questão aqui é observar como juízo do monarca frente a uma situação crítica se mantém inalterado. O mal que o acometera invariavelmente o levaria à morte, se não fosse ministrado o tratamento adequado.

Naquele momento duas opções lhe restavam: confiar em Parmênion e rejeitar o tratamento de seu médico, o que necessariamente o levaria à morte, ou tomar o medicamento preparado por Filipe, podendo morrer ou não, a depender da veracidade das denúncias. Alexandre opta pela segunda opção, preferindo uma possível morte pelas mãos de seus inimigos a um fim indigno. Até aquele momento, demonstrara firmeza de caráter e não se deixara levar pela paranóia, como veremos adiante.

3.3.2 A Fortuna e a condução do caráter de Alexandre e Dario

A Fortuna era uma divindade romana que regia a boa ou má sorte dos mortais. Era representada como uma figura feminina, em alguns casos vendada, segurando um timão, indicando a condução do destino dos homens, e uma cornucópia, que significa a distribuição de benesses. Em Roma, seu culto datava do período monárquico, frequentemente atribuído a Sêrvio Túlio, e vários templos foram erguidos em homenagem à deusa, o que indica a importância da divindade para os romanos.

Sendo assim a Fortuna é uma figura recorrente nas *Historiae*, seja para mostrar seu favorecimento a este ou aquele personagem, seja para mostrar a deterioração do caráter daqueles que se deixam embriagar por suas benesses. Dario foi um desses homens, que vivendo na opulência da corte Aquemênida e estando à frente do maior império que o mundo vira até então, deixou-se levar pela *superbia* (soberba, arrogância), como demonstrara na carta enviada a Alexandre, após a Batalha de Isso e captura da mãe de Dario, Sisigambis, pelos macedônios.

Ali lhe entregaram [a Alexandre] uma carta de Dario que, escrita como estava, em termos arrogantes, o enojou veementemente; sobretudo lhe comoveu o fato de que Dario, ao seu próprio nome adicionara em sua carta o título de rei e não fizera o mesmo com o nome de Alexandre. Dario exigia, mais que pedia, que, em troca de todo o dinheiro que pudesse conter a Macedônia inteira, Alexandre lhe devolvesse sua mãe, sua esposa e seus filhos. Quanto ao reino, se quisesse, poderiam lutar em pé de igualdade; no entanto, se pudesse aceitar um conselho saudável, que se contentando com o reino de seus antepassados, se retirasse dos limites de um reino alheio e se tornasse seu amigo e aliado, que ele estaria disposto a receber uma palavra de honra sobre ele (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro IV1, 7-10).

A resposta de Alexandre mantém o tom da correspondência de seu rival. O monarca o associa a Dario I, soberano persa, responsável pela primeira invasão da Hélade, em 499 a.C. Acusa Dario de encomendar o assassinato de Filipe e de tentar comprar assassinos para o próprio Alexandre. Por fim, reforça suas pretensões de conquistar todo o império persa, ao exigir ser tratado não como um rei, mas o rei do próprio Dario.

Por sua parte, Alexandre lhe respondeu mais ou menos nestes termos: O rei Alexandre a Dario, saudações. O Dario de quem tomaste o nome desolou com todo tipo de devastação as regiões gregas ribeirinhas do Helesponto e as colônias jônicas dos gregos.⁵⁵ Depois, com um enorme exército, atravessou o mar levando a guerra à Macedônia e Grécia. Depois ele, Xerxes, pertencente à mesma raça, veio com tropas selvagens de bárbaros com intenção de nos submeter; derrotado em um grande combate naval, deixou, não obstante, a Mardônio na Grécia com a ordem de, inclusive em sua ausência, arrasar as cidades e atear fogo aos campos. Enquanto a meu pai Filipe, quem ignora que caiu assassinado sob os golpes daqueles que haviam sido subornados por vós com a esperança de serem esplendidamente recompensados? Ímpias são as guerras que empreendeis e, apesar de terdes armas, põe preço às cabeças dos inimigos, como há bem pouco tu mesmo, rei de um grande exército, quiseste comprar com mil talentos quem me assassinasse. Assim pois, eu repilo a agressão, não a provooco e até os deuses se põem ao lado mais justo: grande parte da Ásia está submetida a meu poder e a ti pessoalmente derrotei no campo de batalha. E, embora não mereças obter nada de mim, dado que não guardaste comigo sequer os direitos de guerra, porém, se vieres em atitude suplicante, prometo-te que poderás levar sem resgate a tua mãe, a tua esposa e a teus filhos, pois vencer é, ao mesmo tempo, ter consideração com o vencido. Se não te atreves a pôr-te em nossas mãos, dou minha palavra que podes vir sem temor algum e, daqui em diante, quando me escreveres, não te esqueças que não apenas escreves a um rei, mas a teu próprio rei (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro IV 1, 11-14).⁵⁶

A passagem levanta algumas questões interessantes sobre a justificativa de Alexandre para a invasão do Império Aquemênida. A primeira delas é a evocação das duas Guerras Greco-pérsicas, que consistiram em duas invasões às *poleis* gregas na Península Balcânica, entre 499 a.C. e 449 a.C. Alexandre relembra as agressões que os persas infligiram contra os gregos durante as duas, comandadas respectivamente por Dario I e Xerxes.

O segundo ponto é a acusação que Alexandre faz a Dario de ter encomendado a morte de seu pai, Filipe. Ora, Filipe fora assassinado por Pausânias, um membro de sua guarda pessoal. Entretanto, nem Diodoro, nem Plutarco ou Arriano apontam que Dario teve algum envolvimento no assassinato do rei macedônio. Ao contrário, Olímpia, esposa de Filipe e o próprio Alexandre, são vistos como os principais suspeitos de encomendar o crime.

Por outro lado, não podemos saber se Quinto Cúrcio relatou o evento de maneira diferente, visto que os Livros I e II estão perdidos. A versão mais aceita é que Pausânias agiu

⁵⁵ Dario I, ou Dario, o Grande, comandou o exército persa contra a Hélade, durante a Primeira Guerra Greco-Pérsica, em 499 a.C. O Dario rival de Alexandre é o terceiro monarca Aquemênida com esse nome.

⁵⁶ A passagem associa Alexandre à figura do Vingador, bastante cara aos romanos. Na resposta a Dario, o monarca justifica sua campanha contra o Império Aquemênida como uma retaliação às agressões aos gregos, durante as Guerras Greco-pérsicas. Assim, sua vitória não apenas é merecida como justificada.

por motivos pessoais, sem que o rei Aquemênida houvesse encomendado o cadáver de Filipe.⁵⁷

A resposta de Alexandre à carta de Dario é uma questão de afirmação de poder: sentindo-se insultado pelo rei Aquemênida, Alexandre responde no mesmo tom, declarando o Império Aquemênida como o primeiro responsável pelas agressões sofridas pelas *poleis*. Assim, ele se posiciona como protetor de toda a Hélade e justifica a invasão ao Oriente como uma resposta a agressões do passado.

Mais tarde, mais precisamente após a tomada de Tiro por Alexandre, o tom de Dario se tornaria mais conciliador, oferecendo, além de todas as possessões entre o Helesponto e o Rio Hális (na atual Turquia), uma aliança por matrimônio entre Alexandre e a filha do monarca, Estatira. Sobre esta segunda proposta, Diana Spencer (2005, p. 131) afirma:

O curso superior do rio Hális (oferecido como uma fronteira oriental para um assentamento de terras oferecido por Dario em 4.5.1) poderia ter se posicionado como representativo aceitável da fronteira oriental do Império Romano sob os imperadores Júlio-Claudianos, não obstante o patrocínio por Nero a Córbulos⁵⁸ (Armênia e Mesopotâmia só se tornaram províncias como tal sob Trajano). A esfera de influência romana continuou a empurrar para o leste e recuar para o oeste ao longo do primeiro século EC, e a alegação de Dario de que Média, Hircânia, Bactria, Sogdiana, Aracósia provariam ser um problema muito grande para Alexandre se aplica menos a este pretendente do que a Tentativas romanas contra os novos governantes da região, os partos. (Spencer, 2005, p. 131)

Desde a República, a derrota definitiva dos partos esteve em pauta no Senado. Crasso comandou uma campanha fracassada em 53 a.C., sendo morto em Carras. Marco Antônio tentou invadir o Império por duas vezes, entre 40 a.C. e 33 a.C., com resultados inconclusivos. Por fim, em 58 d.C., Cneu Domício Córbulos, a mando de Nero, invade o reino da Armênia, provocando um terceiro confronto com os Partos, que termina com a conversão da Armênia em reino cliente.

⁵⁷ Segundo aponta Diodoro Sículo (Biblioteca Histórica, Livro XVI 93, 3-8 e 94, 1-4), Pausânias fora membro da guarda pessoal e, por sua beleza, amante de Filipe. Quando soube que outro jovem, de mesmo nome, havia tomado seu lugar como favorito do rei, insultou-o e tal forma que o rapaz ofendido revelou a Átalo sua intenção em suicidar-se. Por vingança, Átalo, convidou Pausânias a um banquete, embebedando-o até a inconsciência e levando os demais homens presentes a abusar sexualmente dele. Humilhado, Pausânias reclama a Filipe que, como reparação, o enche de presentes e concede uma promoção, mas sem executar nenhuma punição contra Átalo, visto que este era tio de sua futura esposa e possuía grande influência na corte macedônia. A inação de Filipe ofendeu ainda mais Pausânias que se decidiu pelo assassinato do rei.

⁵⁸ Cneu Domício Córbulos foi um general da gens *Domitia* envolvido na Guerra Romano-Parta de 58 d.C. a 63 d.C.

Desta forma é possível que Quinto Cúrcio, tendo em vista as relações entre Roma e o Império Parta, tenha feito esta correlação com a campanha de Alexandre. Importante ressaltar que, tal qual Alexandre, Roma não renunciou a suas intenções expansionistas sobre o Oriente e no século II d.C., já sob a Dinastia Antonina, Armênia e Mesopotâmia são transformadas em províncias.

Às vésperas da Batalha de Gaugamela uma terceira oferta seria feita: além da oferta de casamento, Dario cederia, como dote, todas as terras entre o Helesponto e o Rio Eufrates, mais 30 mil talentos pelo resgate de Sisigambis e a recém falecida esposa do rei persa, Estatira II. Além disso, Oco, filho do rei persa e herdeiro do trono, ficaria como hóspede de Alexandre, uma oferta sem precedentes para um soberano Aquemênida.

A derradeira proposta de paz de Dario ocorre como um reconhecimento do rei Aquemênida à *pietas* de Alexandre. Tendo a esposa de Dario falecido enquanto cativa do monarca macedônio, este, "como se a morte de sua própria mãe lhe tivesse sido anunciada, começou a chorar e com lágrimas nos olhos, como o próprio Dario as haveria derramado, entrou na tenda onde sua mãe estava sentada ao lado do cadáver" (CÚRCIO, *Histórias*, IV 10, 20).

A *pietas* é uma das virtudes que se esperava de um *princeps*. O termo, traduzido como piedade, deve ser entendido, no contexto romano, como dever para com os deuses e a família. Ora, desde a captura da família real persa, Alexandre, segundo relata Quinto Cúrcio, as tratou com tal dignidade como se fossem da própria família. Dario, ao saber da morte de Estatira, e mais, ao ser informado da dignidade com o que seu rival tratara sua família, rogou: "Ó, deuses de minha pátria! Consolidai primeiro meu reino e depois, se meu destino se tiver cumprido, suplico-vos que ninguém ocupe o trono da Ásia a não ser este inimigo tão justo e vencedor tão compassivo" (CÚRCIO, *Histórias*, IV 10, 34).

A prece de Dario é o reconhecimento de que Alexandre era, aos olhos dele, um rei adequado para reger Ásia, caso os eventos se desenrolassem nesse sentido. Mais do que isso, é ateste do autor de como a Fortuna, que outrora favorecera Dario, agora abençoava Alexandre e punha em suas mãos o domínio sobre o Oriente.

Alexandre recusou todas as propostas de paz. Em princípio alegando que "Dario lhe oferecia coisas sobre as quais não tinha nenhum poder" (CÚRCIO, *Histórias*, IV, 5, 7), depois que, aceitando os termos de Dario, converteria seu rival em vencedor (CÚRCIO, *Histórias*, IV, 11, 19). De todo modo, o monarca macedônio ocupava posição de vantagem em relação ao rei Aquemênida, tendo controlado a frota persa no Mediterrâneo e toda a Ásia Menor. A posição vantajosa de Alexandre certamente pesou em seu julgamento e, por mais que os

termos de Dario fossem tentadores, ele preferiu se arriscar a tomar o prêmio maior a se contentar com uma parcela deste, por maior que fosse.

Eu também preferiria o dinheiro à glória se fosse Parmênion. Como Alexandre que sou, nas atuais circunstâncias não me importo com a pobreza e não me esqueci que sou um rei e não um mascate. Não tenho nada para vender e o que não resta dúvida é que não coloco o meu destino à venda. Se você puder devolver os prisioneiros, ganharemos mais glória dando-os como presentes do que vendendo-os por dinheiro (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro IV 11, 14-15).

Outro acontecimento, no entanto, pode ter determinado a decisão de Alexandre: a discussão no Capítulo I sobre as origens divinas de Alexandre, relembra a visita do monarca ao Oráculo de Júpiter-Amon, em Siva, no Egito. O autor repreende o monarca por se permitir ser chamado de filho de Júpiter e alega que este comportamento causou desconforto dentro do próprio exército macedônio.⁵⁹

Quando Alexandre se aproximou, o sacerdote mais velho chamou "filho", garantindo que tal nome foi dado a seu pai Júpiter. Ele, esquecendo sua condição humana, respondeu dizendo que ele, por sua vez, não recebeu, mas também reconheceu tal título. Ele então perguntou se seu pai havia reservado para seu destino o comando de todo o orbe, o adivinho, pronto para lisonja, o fez saber que ele se tornaria o dono e senhor da terra (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro IV 7, 26-27).

O *Fatum* (destino) aparece aqui como o destino inevitável reservado a Alexandre pelos deuses. A visita ao oráculo de Siva e os eventos que ocorreram naquele local, como descrito nas *Historiae*, alimentaram o discurso e as práticas do monarca sobre suas pretensões sobre a Ásia.

É possível que Alexandre tenha usado sua presumida origem divina para fortalecer sua posição entre os reinos conquistados, uma vez que a divinização da figura régia era prática comum. O fato é que Quinto Cúrcio aponta esta prática como algo negativo e que, na melhor das possibilidades, causou estranhamento entre os macedônios, como discutido no Capítulo I.

⁵⁹ Ver Capítulo I, item 1.5.1.

Seja como for, a confirmação do oráculo de que Alexandre estava destinado a comandar o mundo, deu ao filho de Filipe um trunfo poderoso entre aliados e adversários. Estando sob a alegada proteção de Júpiter, seus inimigos não mais lidavam com um simples rei mortal, mas um escolhido dos deuses e favorecido da Fortuna. Alexandre certamente sabia disso e esta percepção não passou batida a Quinto Cúrcio.

Nada choca a multidão de forma mais eficaz do que a superstição: indisciplinada, cruel, inconstante em outras ocasiões, antes presa da superstição, obedece melhor aos ditames dos adivinhos do que aos dos próprios patrões. Assim, uma vez que as respostas dos adivinhos egípcios foram divulgadas ao público, eles elevaram seus espíritos paralisados à esperança e confiança. O rei considerou que deveria aproveitar tal entusiasmo e armar acampamento na segunda vigília; à direita ficava o Tigre e à esquerda os montes chamados Górdios (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro IV 10, 7-8).

É possível, no entanto, que alguns aspectos do caráter de Alexandre tenham se ressaltado e se tornado bastantes evidentes, do ponto de vista negativo, à medida que suas ambições tomavam corpo. E não é sem preocupação que Quinto Cúrcio observa como alguns aspectos sombrios do filho de Filipe gradualmente se apresentam, à medida em que ele mergulha em sua própria fama.

a) *A Fiducia e a Temeritas*

O termo *fiducia* (ousadia, confiança, atrevimento) é frequentemente associado a Alexandre, como uma característica que desperta a preocupação de seus companheiros. Curiosamente o termo é, mais de uma vez, acompanhado do adjetivo *temeritas* (temeridade). A primeira menção a *fiducia* está no Livro III, ao descrever o episódio do nó Górdio.⁶⁰

⁶⁰ A lenda do Nó Górdio remonta a um rei não nomeado da Frígia (Ásia Menor), que não tendo herdeiros consulta um oráculo a fim de resolver a questão sucessória. Este informa que o herdeiro do trono chegaria à cidade em um carro de bois. De fato, Górdio, um camponês adentra a cidade naquele veículo e, tendo sido coroado, pendura o carro de bois no Templo de Zeus em sinal de agradecimento. Seu filho, Midas, não gerou herdeiros e, tendo também consultado um oráculo recebe a informação que aquele que desatasse o emaranhado de nós no carro de Górdio governaria o mundo. Alexandre, num ato inesperado, rompe os nós com um golpe de espada, cumprindo (ou burlando) a profecia. Consultar Quinto Cúrcio (*Histórias*, III 1, 11-18).

Rodeavam o rei uma multidão não apenas de frígios, mas também de macedônios, uns com o humor em suspense ante o resultado, outros, preocupados com a ousadia temerária do rei, já que a série de nós era tão compacta que nem com a vista, nem por cálculo se podia deduzir onde começavam os cabos, nem onde se escondiam. Alexandre, pondo as mãos à obra, infundiu entre os seus o temor de que, se a tentativa fracassasse, se voltaria contra a previsão do oráculo. Depois de lutar em vão durante muito tempo, com os nós inextricáveis, disse: ‘Pouco importa a maneira como serão desatados’, e, cortando com suas espadas as cordas burlou a previsão, dando-a por cumprida (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro III 1, 17-18)

O excerto aponta uma questão de afirmação de poder. Tendo conquistado a Frígia, Alexandre se propôs a solucionar um enigma, até então, considerado impossível, a fim de se afirmar conquistador do mundo e, possivelmente, reforçar os boatos sobre uma possível ascendência divina.⁶¹ Falhando, punha toda sua campanha em risco, o que explica *fiducia* e *temeritas* associadas numa mesma adjetivação. Sucedendo, entretanto, ganhava capital político significativo entre macedônios e gregos e, certamente, entre os estrangeiros conquistados.

A *fiducia* não é, necessariamente, uma má característica, quando falamos de Alexandre. Sua associação com *temeritas* parece indicar apreensão com um possível comportamento impulsivo e imprevisível do rei macedônio, tal qual ocorrera na Frígia ao se propor a desatar o nó Górdio.

O termo *temeritas* também é utilizado na descrição do mal súbito de Alexandre após se banhar no rio Cidno, citado acima. Estando em sua tenda, após ser carregado por seus assessores, Alexandre, sabendo que Dario se dirigia à Cilícia, exigiu tratamento que o pusesse rapidamente em condições de marchar contra seu rival.

Vede em que situação crítica a Fortuna se voltou contra mim. Dá-me a impressão de que ouço o barulho das armas inimigas e eu, que até aqui era quem tinha a iniciativa da guerra, e aqui que sou agora o provocado. Assim, pois, ao escrever a Dario uma carta tão arrogante havia contado com minha Fortuna? Mas de nada valerá se me é permitido curar-me à minha maneira. A situação em que me encontro não combina com remédios lentos e médicos prudentes. Prefiro morrer violentamente a demorar a me curar. Por consequência, se os médicos têm alguma habilidade que possa me servir de ajuda, saibam que não busco tanto um remédio para a morte quanto um remédio para a guerra (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro III 5, 11-13).

⁶¹ Ver Capítulo 1, Item 1.5.

A decisão do monarca provoca inquietação entre o exército diante de “temeridade tão irreflexiva” (CÚRCIO, *Histórias*, III 5, 14). Seus companheiros suplicam a Alexandre que não aumentasse o perigo com a pressa e se pusesse nas mãos dos médicos. Certamente, a aproximação de Dario, fez com que Alexandre se preocupasse com uma recuperação demasiado longa, o que poderia significar um fim em condições indignas, à mercê de seus inimigos.

A *temeritas* de Alexandre, nesta circunstância, decorre da iminência do encontro entre os exércitos persa e macedônio na Cilícia e do estado de vulnerabilidade em que o monarca se encontrava. Assim, sob o risco de ter sua campanha comprometida por um mal súbito, ele prefere arriscar uma morte em batalha, considerando-a um fim mais aceitável do que se recuperar sob custódia de Dario.

b) *A Ira e a Crueldade de Alexandre*

A cidade de Tiro estava situada em uma pequena ilha no Mediterrâneo, pouco afastada do continente. O cerco à cidade começou, segundo relata Quinto Cúrcio, a partir da recusa dos cidadãos da cidade fenícia em receber Alexandre, que havia solicitado realizar sacrifício no templo de Hércules presente naquela cidade.

Toda a Síria e toda e também toda a Fenícia, a exceção de Tiro, estava em poder dos macedônios e o rei tinha seu acampamento em terra firme, separada da cidade por um estreito braço de mar. Tiro, famosa entre todas as cidades sírias e fenícias, tanto por sua extensão como por sua glória, dava a impressão de que estava disposta a aceitar mais facilmente uma aliança que um domínio. Os emissários tírios trouxeram, pois, ao rei como presente uma coroa de ouro e, como se tratava de acolher a um hóspede, levaram consigo da cidade provisões em abundância. Alexandre deu ordem de receber os presentes como procedentes de amigos e, depois de se dirigir aos legados com palavras amistosas, disse-lhes que queria oferecer um sacrifício a Hércules, a quem os tírios rendiam culto especial: os reis macedônios acreditavam que suas origens remontavam àquele deus e ele mesmo, Alexandre, fora incitado por um oráculo a fazer aquele sacrifício. Os legados responderam que havia um templo de Hércules fora da cidade, num lugar que os tírios chamavam *Palaetiro* (Velha Tiro): que ali poderia fazer o sacrifício ritual. Alexandre que já mal se continha, não pode reprimir sua cólera e por isso lhes disse: “Não há dúvida de que, confiantes em vossa

posição estratégica, pelo fato de vossa cidade estar situada em uma ilha, depreciais este meu exército formado por tropas a pé, mas em breve os farei ver que também vós formais parte deste continente; em consequência deveis saber que ou me permitis a entrada na cidade ou a tomarei de assalto” (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro IV,2, 1-5).

Evidentemente não se deve pensar que o pedido de Alexandre se restringisse a um sacrifício no templo de Hércules. Tendo vencido Dario em Isso, o monarca buscava a cooperação, ou subjugação da cidade a fim de garantir a defesa do Mediterrâneo enquanto avançava continente adentro atrás de seu rival. Sendo Tiro uma das principais cidades portuárias do Mediterrâneo, sua posição era estratégica para impedir um ataque à retaguarda macedônia que pusesse toda a campanha a perder.

O episódio, que poderia ter-se resolvido com uma solução diplomática, tomou proporções maiores quando os tírios, seguros de sua posição, até então intransponível, executaram emissários macedônios.

Alexandre, dado que sua esquadra estava longe, e vendo que um assédio prolongado lhe causaria problemas para o resto de sua empreitada, enviou negociadores para levar os tírios a firmar a paz. Estes, agindo contra todos os direitos de gentes, depois de assassinar aos negociadores os lançaram ao mar. Alexandre, comovido pela morte tão indigna dos seus, decidiu por cerco à cidade (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro IV,2, 15-16).

Tiro caiu após sete meses de cerco. Os custos do sítio à cidade foram tão altos que, ao transpor as muralhas, os macedônios executaram tantos combatentes quanto puderam encontrar. Desta forma, outro aspecto de Alexandre se mostra: o monarca irado, cuja *auctoritas* é direcionada para massacrar seus desafetos. Quinto Cúrcio calcula que cerca de oito mil tírios foram mortos; destes, dois mil foram crucificados ao longo do litoral. Apenas aqueles que buscaram refúgio no templo de Hércules, mulheres e crianças em sua maioria, foram poupados.

Para se fazer uma ideia de quanto sangue se derramou basta pensar que dentro das muralhas da cidade foram passados às armas seis mil combatentes. A continuação da ira do rei ofereceu aos vencedores um fúnebre espetáculo: dois mil soldados que haviam salvado a vida ao se esgotar o furor da matança, foram crucificados e permaneceram pendurados

ao longo de um longo trecho do litoral (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro IV,4, 16-17).

É preciso analisar o comportamento extremo de Alexandre diante dos tírios. O cerco de sete meses à cidade levou mais tempo do que o monarca gostaria e, por várias vezes, os habitantes de Tiro frustraram as tentativas dos macedônios em tomar as muralhas. Nesta situação, o tempo, recursos e homens perdidos no cerco causaram provável desgaste no humor do monarca e do exército. Além disso, o assassinato dos emissários era uma ofensa que não poderia ser desconsiderada.

Embora Alexandre tenha dado ordem de matar todo homem na cidade e atear fogo às casas (CÚRCIO, *Histórias*, IV, 4, 14), a pecha de cruel não recai apenas sobre ele, mas a todo o exército macedônio. O termo *saevitia* (crueldade, ferocidade, selvageria) aqui é atribuído aos vencedores, em geral, e não a um único homem (CÚRCIO, *Histórias*, IV, 4, 16 e 16) e, embora Alexandre não escape ileso do adjetivo, o termo é mais utilizado como um comportamento de grupo que como uma qualificação pessoal.

O mesmo não acontece com a Ira, diretamente atribuída a Alexandre. Esta é a primeira adjetivação verdadeiramente negativa atribuída ao monarca na primeira Pêntade. Certamente a situação de Tiro demandava ação mais enérgica por parte dos macedônios, o que se questiona é a medida ou, nas palavras de Sêneca:

Portanto, darei o nome de cruel àqueles que têm motivo de punir, mas não têm nenhuma medida, como Fálaris, de quem afirmam que sevicou homens, por certo não inocentes, porém numa dimensão que ultrapassa a medida do humano e do admissível. (SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*, II 1, 3).

Quinto Cúrcio não questiona, portanto, o direito de Alexandre em aplicar punição severa à cidade, mas a medida com que ele a aplica. A ira de Alexandre deságua na crueldade de todo o exército e toda uma cidade pagou o preço.

O monarca dá outros exemplos de ira e crueldade à medida que avança. Ao sitiá-la a cidade de Gaza, é ferido duas vezes em combate: uma por uma flecha que lhe perfura a couraça, outra por uma pedra, enquanto comandava o assédio à cidade. Betis, governador da cidade e leal a Dario, a defende ferozmente contra o ataque macedônio. Ao ser capturado é

torturado e arrastado por um carro ao redor da cidade, numa imitação do castigo que Aquiles impusera a Heitor.⁶²

Quando o trouxeram [Betis], Alexandre, jovem como era, foi tomado por uma alegria insolente, ele que em outras ocasiões admirou o valor até no inimigo. “Você não vai morrer”, disse ele, “como você queria, mas pense que vai ter que sofrer tudo que se possa inventar contra um inimigo”. Betis, olhando para o rei com um rosto não só destemido, mas até altivo, não abriu os lábios para suas ameaças. Ao ver isto, Alexandre disse: Não vês como ele teimosamente insiste em não falar? Ele se ajoelhou? Ele proferiu uma palavra de súplica? Vou dobrar, no entanto, seu silêncio e, se não posso fazer de outra forma, pelo menos vou quebrar seu silêncio com seus gemidos. Então sua ira se transformou em raiva, pois a essa altura sua nova fortuna estava influenciada por costumes estrangeiros. Os calcanhares de Betis foram atados com correias enquanto ainda respirava e, amarrado a uma carroça, foi arrastado por alguns cavalos pela cidade, vangloriando-se o rei de que, ao infligir tal punição ao inimigo, havia imitado Aquiles de quem ele descendia (QUINTO CÚRCIO, *História de Alexandre o Grande*, Livro IV,6, 26-29).

Quinto Cúrcio informa que dez mil homens, entre árabes e persas, morreram no cerco a Gaza. Ao contrário de Tiro, Gaza não impusera aos macedônios um cerco longo e difícil, não justificando matança semelhante àquela cidade. A atitude cruel de Alexandre foi motivada pelo que ele considerou insolência de seu rival, que se recusara a se curvar e, até o fim, mantivera postura altiva diante do conquistador.

Ademais, Quinto Cúrcio aponta que a fortuna de Alexandre agora era motivada por costumes estrangeiros, um indício de que o monarca começara a apresentar comportamento destoante do que se esperava de um rei macedônio, ou, mantendo o paralelo, de um *princeps* romano. Tomado pela ira, o rei se vangloria de reproduzir a punição que Aquiles impusera a Heitor, precisamente o momento em que o filho de Peleu demonstrara maior selvageria e nenhuma *clementia* ou *pietas*, ao negar uma morte digna a seu adversário, bem como os ritos fúnebres apropriados.

3.4 A SEGUNDA PÊNTADE E O ALEXANDRE TIRANO

⁶² Aquiles, filho de Peleu e Tétis, foi um dos heróis que combatera no cerco a Tróia. Além de ser o mais belo e habilidoso de todos os gregos, mas cuja fúria não podia ser aplacada. Em seu combate com o príncipe troiano Heitor, filho de Príamo, Aquiles, após matá-lo, arrasta seu corpo por nove dias em volta das muralhas de Tróia.

Sob o aspecto moral, as *Historiae* relatam como Alexandre gradualmente se deixou embriagar pelo favorecimento da Fortuna. Enquanto a primeira Pêntade relata seu sucesso militar diante do Império Aquemênida, o tema central da Segunda Pêntade é a deterioração de caráter, ainda que seu sucesso militar seja digno de nota.

Talvez o grande problema com os Livros VI a X é que eles estejam irremediavelmente cheios de lacunas, impedindo análise mais precisa. Ainda assim é possível observar como a mudança no comportamento de Alexandre é uma preocupação constante de Quinto Cúrcio, especialmente em como o rei se entregara tão abertamente aos costumes e opulência da Corte Aquemênida, em oposição à frugalidade e disciplina do exército macedônio.

A vitória de Alexandre em Gaugamela representou a conquista do império persa. Dario ainda ofereceria resistência até ser assassinado por seus próprios homens em 330 a.C. Para os macedônios, a conquista do Oriente pôs o mundo helênico em contato íntimo com costumes de povos considerados bárbaros pelos gregos.⁶³ O próprio Alexandre assumiria alguns destes costumes, o que foi interpretado por Quinto Cúrcio como uma tendência orientalizante, tão temida pelos Romanos.

Mas assim que o espírito de Alexandre foi libertado da ameaça das preocupações (seu espírito suportou melhor as adversidades militares do que o descanso e o lazer), ele foi vítima de prazeres e aquele que as armas dos persas não puderam abater, foi derrotado por seus próprios vícios: os banquetes começaram antes da hora habitual, o prazer imoderado de beber e ficar acordado até tarde, jogos e tropas de concubinas. Tudo nele escorregou para costumes estrangeiros; emulando-os como se fossem melhores do que os seus, ofendia tanto os espíritos e, ao mesmo tempo, a visão dos seus compatriotas, que muitos dos seus amigos o consideravam um traidor da sua pátria. A alguns homens rígidos, que defendiam a educação recebida e acostumados a valer-se de meios de subsistência frugais e na medida em que serviam para satisfazer necessidades naturais, os empurrou aos vícios estrangeiros e, além disso, típicos de nações derrotadas. Isso deu origem a conspirações frequentes contra sua vida, motins entre as tropas e uma manifestação de ressentimento aberto em meio a recriminações mútuas. Por isso, ou a raiva surgiu nele, ou as suspeitas promovidas por uma inquietação irrefletida, ou outras coisas semelhantes a estas e que serão discutidas mais tarde (QUINTO CÚRCIO, *História de Alexandre o Grande*, Livro VI 2, 1-4).

⁶³O termo bárbaro originalmente era usado entre os gregos para se referir, pejorativamente, aos povos não grecófonos (sobretudo persas). No contexto da expansão romana, o termo foi ampliado para se referir a povos “incivilizados” ou que viviam fora da zona de influência romana. Em ambos os casos, o termo é uma referência depreciativa ao estrangeiro, ao outro.

Quinto Cúrcio possivelmente viveu sob o governo de todos *principes* entre Augusto e Vespasiano, amalhando ao longo de sua vida informações suficientes para definir, ao final de sua vida, o que seria um bom modelo de magistrado. Assim, ao tratar sobre os vícios aos quais Alexandre se entregou, possivelmente lhe veio à mente os excessos de que alguns *principes* foram acusados. Calígula e Nero foram acusados dos mais diversos excessos e vícios, assim como Vitélio e sua gula e crueldade sem limites.⁶⁴

Sobre Calígula, Suetônio afirma que “começou a se atribuir a majestade divina” e que fez trazer da Grécia uma estátua de Júpiter Olímpico a qual, cortando-lhe a cabeça, pôs a sua em substituição (SUETÔNIO, *Calígula*, 23). Ademais é retratado como cruel e licencioso, aplicando torturas aos condenados mesmo durante banquetes ou jogos (SUETÔNIO, *Calígula*, 33) e manter relações incestuosas com suas irmãs (SUETÔNIO, *Calígula*, 25).

Nero foi igualmente acusado de se entregar a excessos de toda espécie. “A petulância, a libertinagem, o luxo, a avareza e a crueldade foram vícios a que se entregou, gradualmente, às ocultas, como desvios da juventude. Mesmo então ninguém duvidava mais de que esses vícios não eram fruto da idade, mas da natureza” (SUETÔNIO, *Nero*, 25).

Não cabe aqui dissertar sobre a veracidade dos relatos, o que seria esforço inútil para o este estudo. O importante é observar que as acusações de excessos recaíram sobre *principes* que perderam sua principal base de apoio e foram incapazes de lidar com a oposição a seu governo. Para um autor romano do século I d.C., sobretudo um que tenha presenciado o governo destes césares, o fim violento foi consequência da própria cupidez destes.

Embora os romanos tenham demonstrado tolerância aos costumes dos povos sob seu domínio e, em certos momentos, até os adotado de maneira bastante pragmática, esta relação se mantinha restrita a práticas que não violassem o *mos maiorum*. Ora, o *princeps*, sendo o mais virtuoso dos cidadãos, deve ser o primeiro a não violar os costumes dos ancestrais e, ao descumprir com este dever, seu apoio interno começa a ruir, levando a um fim violento.

A mesma regra vale para Alexandre. Quinto Cúrcio atribui ao próprio monarca a responsabilidade pela sublevação do exército e as críticas aos seus atos, após a conquista do Império Aquemênida. Adotar os costumes estrangeiros, portanto, dos vencidos, era ofensivo aos seus companheiros e isso leva a uma gradual indisposição entre eles e o rei, que, por sua vez, toma medidas severas para conter os ânimos.

⁶⁴ A descrição do caráter de Vitélio foi descrita por Dião Cássio (*História Romana*, LXIV 2, 1) e mencionada neste estudo no Capítulo 2, item 2.1.4.

A adoção dos costumes estrangeiros tem, contudo, outro aspecto a ser considerado. Tendo conquistado os principais territórios do Império Aquemênida, Alexandre precisava mantê-los sob controle. Após Gaugamela, a resistência de Dario se manteve por um tempo. Este, no entanto, é assassinado em 330 a.C., por um de seus generais, Besso, que ocupava o posto de sátrapa da Bácia (região que hoje compreende as fronteiras entre Afeganistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Paquistão e China).⁶⁵ Besso se autodeclara rei e impõe resistência à expansão de Alexandre, ainda que a maior parte do território já estivesse sob controle macedônio.

O modelo monárquico macedônio no século IV a.C. não se assemelhava aos modelos orientais, tampouco aos reinos helenísticos formados após a morte de Alexandre. Tal qual Filipe, Alexandre governou auxiliado por uma assembleia de companheiros, os diádocos, com quem mantinha relação de proximidade. As complexas cerimônias e a opulência que envolviam os reis orientais foram motivo de estranhamento para os macedônios.

O filho de Filipe certamente entendeu a necessidade de se manter em bons termos com os conquistados, tendo em vista que Besso representava ameaça ao controle macedônio. Adotar costumes estrangeiros seria, portanto, uma forma de demonstrar respeito e angariar a simpatia dos persas. Por mais sagaz que fosse esta percepção, ela não deixou de apresentar problemas para Alexandre, tendo em vista a oposição que sofreria gradualmente entre os próprios macedônios.

3.4.1 O destino de Filotas e Parmênion e a crueldade de Alexandre na Segunda Pêntade

O primeiro ato de violência desmedida na segunda Pêntade é contra um membro do próprio círculo de companheiros de Alexandre. Filotas, filho de Parmênion é acusado de traição e de conspirar para o assassinato do rei (CÚRCIO, *Histórias*, VI, 7-11).⁶⁶ Um dos envolvidos no complô, Dimno, que, "não gozava nem de grande autoridade, nem de grande favor perante o rei"(CÚRCIO, *Histórias*, VI, 7, 2), relatou os planos a seu amante, Nicômaco, fazendo-lhe prometer, sob ameaças de que não delataria os envolvidos.

⁶⁵O sátrapa era o equivalente persa ao governador de província. A fim de facilitar a administração, o Império Aquemênida foi dividido em Satrapias, cujos governadores eram indicados e respondiam diretamente ao soberano persa.

⁶⁶Parmênion foi um dos principais generais de Alexandre, tendo servido também sob Filipe. É descrito, no Livro III, como o mais fiel dos companheiros do monarca. Seu filho, Filotas, também gozava de grande favor diante de Alexandre, tendo comandado a cavalaria pesada dos macedônios. Após serem acusados de tramar a morte de Alexandre, Filotas foi torturado e executado, Parmênion, que se encontrava em Ecbátana, foi assassinado.

Descumprindo sua promessa feita a Dimno, Nicômaco conta sobre a conspiração a seu irmão, Cebalino, que procura Alexandre imediatamente. Não o encontrando, repassa as informações a Filotas, que àquela altura, gozava de grande proximidade e confiança de Alexandre, estando à frente da cavalaria pesada

Por motivos não informados, Filotas não relata o complô a Alexandre, levantando as suspeitas de Cebalino que, novamente, delata a conspiração a Metron, superintendente do arsenal. Este consegue acesso a Alexandre e relata todo o plano. Ao ser informado que Filotas fora informado, mas não informou ao rei do complô, Alexandre, questiona o amigo, em seguida, reúne o conselho para deliberar sobre o ocorrido. Crátero, um dos membros do conselho e comandante da falange, foi o primeiro a falar (CÚRCIO, *Histórias*, VI, 8, 2-9). Votou pela suspeita contra Filotas, sendo seguido pelos demais companheiros.

Tampouco os outros duvidaram de que se Filotas abortou a denúncia da conspiração, foi porque foi promotor ou cúmplice dela: por quê um homem fiel e de sentimentos retos, não só entre seus amigos, mas também de entre as camadas mais baixas da plebe, ao haver-se inteirado sobre o que havia sido dito a Filotas, não teria corrido, sem perder um instante a buscar o rei? E nem mesmo o exemplo de Cebalino, que o fizera conhecer todas as informações recebidas de seu irmão, o instigara o filho de Parmênion, prefeito da cavalaria e árbitro de todos os segredos do soberano, a fazê-lo (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VI, 8, 10-11).

O julgamento interno de Filotas apresenta uma questão envolvendo o *regnum* de Alexandre na Segunda Pêntade. Estando o homem mais próximo do rei em situação frágil, os demais companheiros do monarca se apressam em condená-lo a fim de lutar pelos espólios deixados após sua queda. Para Baynham (2007, p. 172) “o incidente de Filotas também levanta novas questões como o mal da rivalidade pelo favor imperial, *dissimulatio*, e a necessidade da força para manter o poder”.

Nenhum dos companheiros de Alexandre se moveu para defender Filotas, possivelmente pensando em ocupar o posto que ele deixaria vago. O filho de Parmênion foi apresentado diante do exército, acusado de traição, interrogado e torturado. Sob tortura confessou fazer parte de conspiração para assassinar Alexandre. A confissão de Filotas, sob suplício, acusa o rei de assumir costumes estrangeiros, negar sua filiação a Filipe ao afirmar-se filho de Júpiter.

Impossível conjecturar com segurança se Filotas, ao querer ver-se livre da tortura, o fez apoiando-se na verdade ou no engano, já que tantos os que confessam a verdade como os que dizem mentiras buscam o mesmo fim: por fim ao sofrimento. Seja como for, disse: Todos sabem que estreitos eram os laços de amizade que mantinha meu pai com Hegéloco. Refiro-me a Hegéloco que caiu no campo de batalha. Esta foi a causa de todas as nossas desgraças. Com efeito, quando o rei começou a ser saudado como filho de Júpiter, podendo suportá-lo, disse: ‘Assim, pois, vamos reconhecer como nosso rei a quem tenha menos a ver com Filipe por pai? Concluimos, sim, podemos consentir isso. Não apenas aos homens, mas também aos próprios deuses menospreza aquele que exige ser considerado deus. Perdemos Alexandre, perdemos nosso rei; não temos a ver com uma soberba que não podem suportar nem os deuses a quem se iguala, nem os homens de quem se afasta. Temos fabricado, porventura, com nosso próprio sangue um deus que nos despreza e que sente repugnância por fazer parte da assembleia dos mortais? Creiam-me, também nós, que somos autênticos homens, seremos adotados pelos deuses. Quem vingou a morte de seu antepassado Arquelau, a de Alexandre, a de Pérdicas? Chegou a perdoar até os assassinos de seu pai?’ Disse Hegéloco, essas coisas, durante a cena e, ao dia seguinte, ao amanhecer, meu pai me chamou. Estava desolado e via a mim também entristecido; porque o havíamos escutado semeava inquietação. Assim, a fim de comprovar se o Hegéloco havia dito fora movido pelo vinho, decidimos mandar chamá-lo. Se apresentou e, após repetir de iniciativa própria as mesmas palavras, acrescentou que se nos atrevêssemos a ser os líderes desta empresa reclamaria para si o segundo posto e se recuássemos, ele velaria pelo plano em segredo (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VI, 11, 21-28).

A confissão de Filotas descreve as preocupações de Quinto Cúrcio ao apontar a deterioração do caráter de Alexandre. Esta não foi a primeira vez que o rei adotava comportamento cruel, mas certamente foi a primeira vez que sua ira foi dirigida a um de seus companheiros mais próximos.

A questão pode ser analisada sobre outro ponto de vista. A acusação que pesava sobre Filotas era gravíssima e não poderia ser perdoada sem que Alexandre parecesse fraco diante do exército. Entretanto, condenar um general tão proeminente como Filotas exigiria que a participação dele na conspiração fosse comprovada ou confessada. Como o general se negasse a confessar, arrancaram-na sob tortura. Assim, fosse inocente ou culpado, o filho de Parmênion já estava condenado por antecipação.

Filotas e os demais envolvidos na conspiração foram executados por lapidação, segundo o costume macedônio.⁶⁷ Sua confissão salvou Alexandre de executar uma sentença sem provas, transparecendo assim a imagem de um tirano, ou de perdoá-lo, demonstrando fraqueza diante de ofensa tão grave. Entre o próprio exército o uso da tortura contra o general

⁶⁷ Morte por apedrejamento.

foi considerado sob pontos de vista distintos: “enquanto Filotas negou o crime, atormentá-lo foi considerado crueldade; uma vez que confessou, nem mesmo seus amigos sentiram compaixão por ele”. (CÚRCIO, *Histórias*, VI, 11, 50).

Tendo dado cabo de Filotas, Alexandre necessitava lidar com o pai. Parmênion, que fora nomeado governador em Ecbátana e ainda não havia recebido a notícia da morte do filho. Para a missão, enviou Polidamante, amigo próximo do velho general, e dois árabes. A fim de assegurar o cumprimento da sentença, Alexandre manteve a família dos três como reféns.

Disfarçados, o trio viajou em camelos velozes percorrendo cerca de mil quilômetros em dez dias. Ao chegar à cidade, Polidamante entregou as ordens de Alexandre a Cleandro, general destacado sob Parmênion. Depois de serem recebidos calorosamente pelo velho general, entregaram correspondências a ele e, enquanto as lia, Polidamante apunhalou o amigo, seguido pelos demais.

O assassinato de Parmênion por pouco não levou a um motim dos soldados sob seu comando. Foi necessário que Cleandro os comunicasse da decisão de Alexandre e da traição de Parmênion e Filotas para que os ânimos se acalmassem. Uns poucos, por fim, imploraram pelo direito de sepultar o general apropriadamente, o que foi concedido após alguma hesitação de Cleandro.

Aos setenta anos, [Parmênion] cumprira os deveres de um jovem general e muitas vezes até de um simples soldado; determinado em seus projetos, ativo em colocá-los em prática, amado pelos superiores, mas muito mais pela massa da tropa. Se todas essas circunstâncias o levaram a querer assumir o reino ou se simplesmente o deixaram desconfiado, é algo que não pode ser conhecido com certeza porque, mesmo quando os eventos haviam acabado de acontecer e havia mais possibilidades de elucidar, persistia a questão de saber se Filotas, não sendo capaz de suportar os suplícios mais atrozes, contara a verdade sobre fatos que não podiam ser provados ou se, ao inventá-los, tivesse procurado acabar com sua tortura (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre, o Grande*, Livro VII, 2, 33-34)

A Parmênion não foi dada oportunidade de se defender das acusações. A confissão de Filotas bastou para que a sentença fosse dada por Alexandre. É provável que o monarca tenha optado por uma execução rápida a fim de evitar que a ira do general levasse ao motim e a conflitos dentro do exército macedônio, ou mesmo que Parmênion, tendo tempo de escapar, pudesse organizar revolta contra Alexandre, a fim de vingar o filho. Certamente as

possibilidades foram pesadas e uma morte rápida foi considerada uma punição mais exemplar que um julgamento público.

3.4.2 O destino de Besso e a completa submissão do império

O assassinato de Filotas e Parmênion, embora não tenha terminado em sedição, como temia Alexandre, provocou reações diversas dentro do exército. Neste cenário, Quinto Cúrcio afirma:

Os soldados, enquanto os vestígios do crime permaneciam frescos, eram de opinião que Filotas fora executado com toda a razão, da mesma forma, desde que aquele que eles odiavam deixou de existir, seu ódio se transformou em compaixão (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VII, 1, 1).

O renome do pai e do filho tinham forte apelo entre os soldados. Parmênion era o segundo homem no exército macedônio, abaixo apenas de Alexandre, e, apesar da idade avançada, suportou as dificuldades da campanha como qualquer outro. “Ele foi o primeiro a abrir para o rei o caminho para a Ásia; participara de todos os seus perigos; no campo de batalha e sempre comandou uma das alas” (CÚRCIO, *Histórias*, VII, 1, 3).

Portanto, não foi sem motivo que boatos de sedição começassem a chegar a Alexandre. Depois de julgar os últimos membros da conspiração, entre eles Amintas, mencionado no Capítulo I, e que fora absolvido após sua defesa,⁶⁸ Alexandre marchou contra a Bactria a fim de enfrentar Besso, o último líder persa que se levantava contra ele. Além da ameaça do último foco de resistência entre os persas, a mobilização do exército tinha por motivo manter os soldados em movimento e evitar focos de rebelião interna. A partir da Segunda Pêntade fica claro que o *regnum* de Alexandre estava fundamentado na guerra e não poderia se dar ao luxo de ficar longos períodos sem combater um adversário.

Besso foi um dos oficiais mais proeminentes de Dario e sátrapa da Bactria e Sogdiana. Após a derrota em Gaugamela, organizou a fuga de Dario do campo de batalha. Mais tarde, ele próprio trairia o soberano Aquemênida, assassinando-o e usurpando a coroa.

⁶⁸ Capítulo 1, item 1.1.1.

Organizou as satrapias orientais a fim de resistir ao avanço de Alexandre, mas teve problemas em manter a unidade do exército.⁶⁹

Besso tinha um contingente de 8.000 bactrianos armados. Estes, enquanto acreditavam que, devido ao mau tempo, os macedônios prefeririam ir para a Índia, cumpriram com lealdade as ordens recebidas; mas assim que ficou provado que Alexandre estava chegando, cada um deslizou para suas próprias aldeias, abandonando Besso. Este último, na companhia de um destacamento de vassalos que lhe haviam permanecido fiéis, atravessou o rio Oxo e, após atear fogo aos barcos em que fizera a travessia, para que o inimigo não os pudesse usar por sua vez, dedicou-se para recrutar novas tropas dos Sogdianos (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VII, 4, 20-21).

Enquanto Quinto Cúrcio se preocupa em tecer alguns elogios a Dario, ainda que suas virtudes estivessem nubladas pelos vícios, Besso é tido em baixíssima conta pelo autor. O sátrapa é um regicida, um traidor de seu soberano e, portanto, indigno de sucedê-lo. Durante um banquete (CÚRCIO, *Histórias*, VII 1, 1-18), mesmo após saber do avanço de Alexandre sobre a Bactria, Besso pôs-se a se gabar de como usurpara a coroa e a discutir planos de batalha. O adivinho Cobares, presente ao banquete o repreende.

No salão do seu palácio, disse ele, monta guarda já o mais rápido dos reis. Ele pode colocar seu exército em movimento antes que você possa remover os serviços desta mesa. Então você traria um exército do Tanais e definiria os rios para avançar as armas. Como se, para onde você vai fugir, o inimigo não pudesse segui-lo! O caminho é o mesmo para ambos, mas mais seguro para o vencedor. Embora você pense que o medo é feroz, a esperança, por sua vez, é mais rápida. Por que você não antecipa a benevolência dos mais fortes e se coloca em suas mãos, sabendo que, seja qual for o resultado, você terá mais sorte como rendido do que como inimigo? Você tem uma coroa que não lhe pertence, então nada é mais fácil do que se ver privado dela. Talvez possa começar a ser rei com tudo de certo quando aquele que pode lhe dar o reino e tirá-lo de você. Aqui estão alguns conselhos leais; atrasar seu cumprimento é inútil. Um cavalo nobre obedece até a sombra do chicote; uma pessoa indolente não se estimula nem com o golpe da espada (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VII, 4, 14-18).

⁶⁹ Satrapia é nome dado às províncias autônomas em que se dividia o Império Aquemênida, a fim de facilitar a administração de todo o território. Os sátrapas eram nomeados e governavam como vice-reis, em nome do soberano Aquemênida.

Importante falarmos sobre a descrição do caráter de Besso. Quinto Cúrcio escreve que após ser repreendido pelo adivinho, o sátrapa, tomado pela ira, “tanto pelo seu caráter, quanto pela grande quantidade de vinho ingerido” (CÚRCIO, *Histórias*, VII,4, 19), Besso, por pouco não assassina Cobares, que após o banquete foge e se une a Alexandre.

Ora, Dario se deixou tomar pela ira ao mandar justicar Caridemo e o próprio Alexandre se deixou levar por ela em, pelo menos duas situações: o cerco de Tiro e a tomada de Gaza. Ainda assim, nenhum dos dois tem uma descrição de caráter exclusivamente negativa. Evidentemente que pelo espaço que cada um ocupa na narrativa, Besso tem uma importância muito menor que os outros dois, mesmo sendo o líder *de facto* da resistência persa ao domínio macedônio. Mas enquanto Dario e Alexandre podem ser descritos sob matizes mais elaborados, a Besso recai a pecha de regicida e isso parece ser suficiente para pintá-lo em cores mais nebulosas.

Seja durante República, seja durante o Principado, cônsules e *principes* sempre estiveram ameaçados pela sombra das conspirações. César foi assassinado em 44 a.C.; Calígula em 41 d.C. e Nero cometeu suicídio em 68 d.C. e todos os *principes* que se sucederam em 69 d.C. tiveram mortes violentas. Todos foram vítimas de conspirações e, mesmo aqueles que sofreram mortes naturais tiveram de lidar com usurpadores.

O assassinato de imperadores em Roma se explica tanto no aspecto político como narrativo. Ora, para se manter no poder, um *princeps* deve fazer uso de sua *auctoritas* e esta, como já discutido no Capítulo 2, deriva da *auctoritas* de sua base de poder, seja o Senado, seja o exército. Logo, o exercício da *auctoritas* está subordinado à sustentação do governante e isso presume que o *princeps* não extrapole suas funções, passando por cima de seus aliados. Assim aqueles que não puderam lidar efetivamente com os focos de oposição ou passaram por cima dos seus aliados foram prematuramente retirados do comando de Roma.

Sob o aspecto narrativo, o assassinato dos *principes* busca uma explicação que o justifique para além de um simples homicídio ou usurpação de poder. Os imperadores assassinados durante o século I d.C. foram, sem exceção, descritos a partir de seus vícios ou crueldade e, portanto, as descrições tendem a aproximá-los da imagem do tirano. Mesmo no contexto da República, quando do assassinato de César, a tese de tiranicídio foi utilizada para justificar a conspiração liderada por Bruto, Cássio e Décimo.

Retomando o contexto das *Historiae* e a passagem sobre Besso, observamos que o assassinato de Dario, tramado por ele se enquadra como regicídio, visto que, aos olhos do autor, não há justificativa para um servo usurpar o trono de seu soberano. Ora, à medida que a guerra contra Alexandre tomava corpo, Dario, gradualmente perdeu sua base de apoio e, ao

fim, mesmo seu oficial mais fiel usurpara-lhe a coroa e a vida. Ainda assim, os traços de caráter do rei Aquemênida não são descritos de modo a pintá-lo como tirano. Até seu último minuto a coroa lhe pertence, o que torna a traição de Besso ainda mais odiosa.

Talvez mais por medo de Alexandre que por amor a Dario, os aliados de Besso o traíram e o aprisionaram, apresentando-o, despojados de seus paramentos, a Alexandre enquanto este avançava sobre o Rio Tánais (hoje Rio Dom, na Rússia).

Espitámenes havia enrolado uma corrente em volta do pescoço dele [Besso], tornando-o uma visão que agradava tanto aos bárbaros quanto aos macedônios. Então Espitámenes disse: Vingando-me de ti e de Dario, meus dois reis, trouxe-te o assassino de seu mestre, que agarrei seguindo o exemplo que ele mesmo me deu. Abra seus olhos Dario para este espetáculo! Levanta-te do inferno, aquele que era indigno daquela tortura, mas também é digno desta consolação! Alexandre cobriu Espitámenes de elogios e, voltando-se para Besso, disse: Que fúria de animal selvagem se apoderou do teu espírito quando ousaste primeiro acorrentar um rei, de quem só recebeste favores, e depois matá-lo? Mas o preço desse parricídio você mesmo pagou, usurpando o título de rei. Besso não ousou se justificar pelo assassinato, mas o título de rei dizia que ele se apropriara dele para colocar seu povo nas mãos de Alexandre; se não tivesse, outra pessoa teria assumido o reino; Mas Alexandre deu ordem para que Oxatres, irmão de Dario, que fazia parte de sua guarda pessoal, se aproximasse e lhe entregou Besso para que, depois de cortar suas orelhas e nariz, fosse pregado a uma cruz e asseado pelos bárbaros, também ordenando que seu cadáver fosse guardado para que nem os pássaros o tocassem (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VII, 5, 36-42).

A execução de Besso ocorreu em Ecbátana, no mesmo local onde Dario fora assassinado. A captura e morte do último líder Aquemênida (ainda que ilegítimo, visto que Alexandre controlava a maior parte do império) consolida a vitória de Alexandre sobre todo o território de seu falecido rival. Em breve ele se prepararia para avançar mais a leste.

3.4.3 O assassinato de Clito

Em 328 a.C., após sufocar rebelião na Sogdiana, Alexandre se dirige a Maracanda (hoje Samarcanda, no Uzbequistão), capital da Bactria, com seu exército. Ali, durante uma caçada, teve a façanha de matar um leão (CÚRCIO, *Histórias*, VIII, 1, 14-17), dando prova de

sua força (*vis*). Mais tarde deixaria a cidade sob o comando de Clito, após a demissão do antigo sátrapa, Artabazo.

Clito não era um homem ordinário: pertencia à velha guarda do exército macedônio, que lutara ao lado de Filipe e acompanhou Alexandre desde o início da campanha ao Oriente. “Foi este que, junto ao rio Grânico, cobriu com o escudo Alexandre que lutava com a cabeça descoberta e que com a espada cortou a mão de Rosace, que se preparava para desferir um golpe na cabeça do rei”. (CÚRCIO, *Histórias*, VIII, 1, 20-21). Além disso, sua família era próxima de Alexandre, tendo sua irmã, Helanice, sido enfermeira do rei e era querida por ele “como se fosse sua própria mãe” (CÚRCIO, *Histórias*, VIII, 1, 21).⁷⁰

E não foi, contudo, de bom grado que Clito recebeu o governo na Bácia. Esta era região de difícil controle, com população propensa à revolta. Ademais, estando Alexandre organizando nova campanha, o comando da satrapia manteria Clito longe do rei, enfraquecendo-lhe a posição. Ademais, Clito era um dos companheiros do monarca que manifestava desagrado pela adoção de costumes estrangeiros por Alexandre. E foi durante um banquete que os ânimos entre o general e o rei se exaltaram.

Depois de receber a ordem de preparar a viagem para o dia seguinte, Clito foi convidado a participar de um banquete solene que começou antes do tempo normal. Durante ele, Alexandre se acalorava com a quantidade de vinho ingerido, exaltando-se em demasia, começou a festejar suas façanhas pesando até para quem considerava que o que ouviam não passava da verdade. Os mais velhos ficaram em silêncio até que, começando a denegrir as façanhas de Filipe, Alexandre vangloriou-se de que a famosa vitória em Queroneia fora obra sua e que a glória merecida por tal façanha tão exaltada havia sido tirada dele pela malevolência.⁷¹ E a inveja de seu pai; que Filipe, em uma briga que surgiu entre soldados macedônios e mercenários, encontrando-se em desvantagem devido a um ferimento recebido na luta, se jogou no chão, não encontrando recurso mais seguro do que se fingir de morto e que ele Alexandre, protegeu o corpo de seu pai com seu escudo e matou com suas próprias mãos os inimigos que avançaram contra ele (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII, 1, 22-25).

O tema sobre Filipe era bastante delicado para os veteranos do exército macedônio, entre os quais Clito figurava. A grande maioria servira sob o comando do pai de Alexandre e

⁷⁰ Arriano (*Anábase* IV 9, 3) chama a irmã de Clito de Lanice.

⁷¹ A Batalha de Queroneia ocorreu em 338 a.C. e opôs o reino da macedônia, liderado por Filipe, e uma aliança entre as *poleis* Atenas e Tebas. Resultou numa vitória decisiva para os macedônios, abrindo caminho para a submissão da Hélade.

o menosprezo do filho, mesmo que motivado pelo vinho, soavam ofensivos a estes soldados. “Os jovens ouviam estas coisas com agrado, enquanto aos de mais idade eram desagradáveis, especialmente por causa de Filipe, sob cujas ordens militaram por mais tempo” (CÚRCIO, *Histórias*, VIII 1, 27-28). Seja como for, o vinho acendeu a fagulha do descontentamento de Clito com Alexandre e este começou a provocá-lo. As acusações do general indicam que sua promoção era, de fato, uma purga entre os veteranos mais ariscos às mudanças do rei.

Você me concede a região de Sogdiana,⁷² tantas vezes rebelde e não só não domesticada, mas até indomável, e me envia feras dotadas de uma natureza feroz. Mas ignoro as questões que me preocupam pessoalmente; você despreza os soldados de Filipe, esquecendo que se o velho Atarrias aqui presente não tivesse trazido os jovens desertores de volta para lutar, ainda estaríamos presos a Halicarnasso (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII,1, 35-37).

Os ânimos exaltados evoluíram para a hostilidade completa entre Alexandre e Clito, enquanto os demais tentavam frear os ímpetos a fim de evitar que a noite terminasse em tragédia. Ptolomeu e Pérδικas imploravam ao rei que não se deixasse levar pela cólera, deixando até o dia seguinte, onde poderia lidar melhor com a situação (CÚRCIO, *Histórias*, VIII, 1, 48-49). Mais de uma vez Alexandre pegou em armas para agredir o general, sendo impedido pelos demais. Inútil: quase ao fim do banquete, ante a saída de Clito, Alexandre o golpeia com uma lança, matando-o ali mesmo, apenas para ser tomado em seguida pela culpa.

A cena do banquete, mais especificamente a descrição do assassinato, é contada em detalhes um pouco diferentes por Arriano (*Anábase*, IV, 8, 8) e Plutarco (*Alexandre*, LI, 9). Os dois autores afirmam que Clito fora golpeado e morto por Alexandre ainda durante o banquete na frente dos convidados. Quinto Cúrcio dá ares de premeditação, ao posicionar a cena do crime ao fim do banquete, quando Clito já se retirava e as bravatas dos dois lados já haviam cessado. As cores com que o autor das *Historiae* pinta a cena ressaltam como Alexandre se deixou levar pela cólera e crueldade, excedendo sua *auctoritas*.

A natureza não leva em consideração o jeito de ser dos homens: na verdade, não medimos o futuro, mas o passado. É por isso que o rei, 'uma vez que a

⁷² Possivelmente um ato falho do autor, já que Clito fora nomeado sátrapa da Bactria, como informado em Cúrcio (*Historiae*, VIII 1, 20) e confirmado em Arriano (*Anábase*, VII 15, 5).

raiva em seu coração se desvaneceu e sua embriaguez passou, ele percebeu, embora tarde, a magnitude de seu crime. Viu que havia matado alguém que, se é verdade que se deixou levar pela libertinagem ao falar, era, por outro lado, um verdadeiro herói no campo de batalha e que - se ousava confessar - salvara-lhe a vida. Ele, um verdadeiro rei, cumprira a execrável tarefa de carrasco e vingara-se, por meio de um abominável homicídio, por um abuso de palavras que muito bem poderia ser imputado à bebida. Todo o saguão estava inundado com o sangue da pessoa que havia sido sua hóspede um pouco antes; as sentinelas, atordoadas e como estupefatas, mantinham distância, e a solidão oferecia ao arrependimento o meio de se manifestar com mais liberdade. Então, ele arrancou a lança do cadáver a seus pés e virou-a para si; Já o tinha aplicado no peito, quando as sentinelas chegaram velozes e com grande dificuldade arrancaram-no das mãos e, apanhando-o no ar, carregaram-no para a tenda. Alexandre se jogou no chão, fazendo toda a tenda ressoar com seus lamentos e gritos lamentosos; mais tarde, enquanto coçava o rosto com as unhas, implorou aos presentes que não o deixassem sobreviver a tamanha desonra. Em meio a apelos desse tipo, ele passou a noite inteira e, tentando descobrir se ele não havia sido levado a tal crime hediondo pela ira dos deuses, ocorreu-lhe que o sacrifício anual ao Pai Baco não tinha sido prestado no tempo estabelecido e, portanto, a perpetração do assassinato no meio do vinho e durante um banquete foi uma manifestação da ira do deus. Mas o que mais o emocionou foi ver todos os seus amigos atordoados: a partir de agora, ninguém ousaria conversar com ele; ele teria que viver na solidão, como uma fera que às vezes apavora os outros e às vezes os teme (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII 2, 1-7).

Tanto o ato extremo de assassinar um de seus generais quanto a culpa sentida imediatamente após o ato, reflete como Alexandre se deixara levar pelos vícios de caráter que as bênçãos da Fortuna despertaram em seu espírito. Se no começo de sua campanha, dera exemplos de *prudencia*, *clementia*, *pietas* e *moderatio*, sabendo tratar seus companheiros e exercitar sua *auctoritas* dentro dos limites que lhe eram concedidos como soberano; agora se deixava levar pelos excessos que tanto combateu antes de se tornar o senhor do Oriente.

Impossível não lembrarmos os episódios entre Dario e Caridemo, citado acima. Tanto Caridemo quanto Clito possuíam *libertas* (liberdade), o que implica na possibilidade de falar abertamente a seu soberano. É verdade que o vinho dera ao discurso de Clito cores mais vívidas, mas tanto um quanto o outro falou a verdade a seus soberanos. E, da mesma forma, Alexandre e Dario se igualam ao se deixarem levar pela *ira* e pela *superbia* e darem cabo de homens leais.

O rei macedônio, por ser dotado de *vis*, comete o crime por suas próprias mãos, enquanto soberano persa necessita que outros realizem o trabalho, mas a diferença na comparação entre os episódios se limita aí. Neste sentido, o Dario descrito no Livro III é uma amostra do que Alexandre poderia vir a ser caso não controlasse seu caráter diante da sua

Fortuna. Ao fim de sua vida, Dario perdera todos os aliados e terminou traído por seu último companheiro. Alexandre ainda teria uma longa marcha pela frente, mas o banquete em Maracanda deu uma mostras que sua *auctoritas* diante dos macedônios fora, no mínimo, arranhada.

3.4.4 Roxana e a conspiração dos pajens

Alexandre e o exército ficaram ainda dez em Maracanda tanto para que o monarca se recuperasse do luto pela morte de Clito, quanto para consolidar sua autoridade perante macedônios e persas após o ocorrido. Ao fim desse prazo, enviou Heféstion⁷³ à Bácia para que preparasse o provisionamento para o inverno (CÚRCIO, *Histórias*, VIII 2, 13). Ao mesmo tempo encaminhou parte do exército para conter rebeliões na Sogdiana em Jenipa⁷⁴ (CÚRCIO, *Histórias*, VIII 2, 14), enquanto ele próprio se dirigiu a Nautaca⁷⁵ (CÚRCIO, *Histórias*, VIII 2, 19).

Por fim, dirigiu-se contra Espitamenes, líder Sogdiano que liderou rebelião contra Alexandre. A empresa, no entanto, “Foi coroada com êxito pela Fortuna” (CÚRCIO, *Histórias*, VIII 3, 1-17), visto que o líder rebelde foi traído e morto pela esposa, que lhe apresentou a cabeça como prêmio a Alexandre. O ato foi seguido pela submissão e dissolução do exército rebelde.

Controlada a rebelião, dirigiu-se com o exército a Gazaba, a leste de Nautaca, sendo atingidos no caminho pelo frio extremo e chuva torrencial que dizimou cerca de dois mil homens (CÚRCIO, *Histórias*, VIII, 4, 14). Alexandre dera mostras de sua liderança ao auxiliar pessoalmente os soldados a buscarem refúgio, animando-lhes os espíritos.

Só o rei suportou tamanha calamidade: aproximou-se dos soldados, reuniu os que estavam espalhados, levantou o ânimo dos abatidos, mostrou-lhes a fumaça que, ao longe, subia das cabanas e os encorajou a ocupar os abrigos próximos. E o que mais contribuiu para salvar os soldados foi o fato de se envergonharem de abandonar seu rei, que, apesar de multiplicar seu sofrimento, enfrentou as calamidades a que haviam cedido (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII, 4, 9-11).

⁷³ Heféstion fora o companheiro mais próximo de Alexandre, tendo os dois crescido juntos. A amizade de Alexandre e Heféstion é, por vezes, comparada à de Aquiles e Pátroclo. Com efeito, Arriano (*Anábase*, I 12, 1) afirma que, quando Alexandre visitou Ílion “depositou uma coroa sobre o túmulo de Aquiles e, segundo alguns, também Heféstion fez o mesmo no túmulo de Pátroclo”.

⁷⁴ Próximo a Bucara, atual Uzbequistão.

⁷⁵ Possivelmente Xacrisabez, também no Uzbequistão.

Após a tempestade, a fim de esparecer o ânimo dos soldados, Alexandre prometeu ressarcir as perdas de todo o exército. “Com efeito, Sisimetres⁷⁶ trouxe um grande número de bestas de carga, dois mil camelos e gado grande e pequeno. Eles foram distribuídos e os soldados foram libertados das perdas e da fome”. (CÚRCIO, *Histórias*, VIII, 4, 14).

a) *O encontro de Alexandre com Roxana*

Por fim, Alexandre e sua comitiva chegaram à Bactria, sendo recebidos por Oxartes, sátrapa local, outrora aliado de Besso. Alexandre o mantivera no posto sob a condição de que seus dois filhos se alistassem ao exército. Na mesma noite, durante o banquete, Oxartes fez comparecer 30 donzelas da nobreza persa, entre elas sua filha, Roxana.

Esta, embora caminhasse no meio das jovens escolhidas, voltou os olhares de todos para si, especialmente os do rei que, mimado pela Fortuna (contra a qual a natureza humana nunca é suficientemente cautelosa), tinha cada vez menos controle sobre suas paixões. (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, VIII, 4, 24).

A segunda Pêntade é, além do relato das campanhas de Alexandre, após a conquista do Império Aquemênida, a descrição de como o caráter de Alexandre gradualmente se afasta dos modelos de virtude da primeira Pêntade. Tem o propósito de ressaltar como o favorecimento da Fortuna não impõe, mas revela ao espírito invigilante, vícios outrora latentes. Com efeito, mesmo um homem inicialmente virtuoso como Alexandre pode abaixar sua guarda quando a Fortuna lhe sorri por tempo muito longo.

No caso de Roxana, o monarca se deixou levar pelo desejo, propondo uma aliança com Oxartes por meio do matrimônio com a filha dele. Ora, Alexandre tinha duas filhas de Dario que, segundo Cúrcio (*Histórias*, VIII, 4, 25), “em formosura não sofriam comparação a nenhuma das donzelas no salão, além de Roxana”, mas a quem Alexandre “não contemplara com sentimento além do de pai”.

⁷⁶ Sátrapa de Nautaca, outrora rebelde, mas que se submeteu a Alexandre. Segundo Quinto Cúrcio (*Historiae*, VIII 2, 19-20), teve dois filhos com a própria mãe, segundo o costume local.

Ademais, Estaria II e Dripetis ofereceriam matrimônio politicamente mais vantajoso para o monarca, visto que eram da linhagem real do Império Aquemênida, enquanto Roxana, embora filha de um sátrapa, é descrita como uma “menina humilde, se comparada à estirpe real”. (CÚRCIO, *Histórias*, VIII 4, 25).

Assim, o rei da Ásia e da Europa casou-se com uma jovem que fazia parte das atrações de um banquete, devendo nascer de uma cativa aquele governaria os vencedores. Os amigos ficaram envergonhados por ele ter escolhido um sogro entre os vinhos e as delícias, escolhendo-o entre os que haviam capitulado; mas depois do assassinato de Clito, a liberdade havia desaparecido e eles se limitaram a fazer valer com a expressão do rosto, que é o elemento mais servil (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII, 4, 29-30)

A vergonha e silêncio dos diádocos pode ser vista como uma questão de supressão da *libertas* daqueles homens. Sendo cidadãos macedônios, os amigos de Alexandre eram dotados da possibilidade de se pronunciarem abertamente a respeito de questões que envolviam, não apenas o comando do exército, mas o governo do monarca. A velha guarda agiu assim com Filipe e, até a primeira Pêntade, Alexandre também governou levando em conta a *libertas* dos seus homens, mesmo que sua *auctoritas* lhe concedesse a *libertas* de não acatar os conselhos.

Clito também fizera uso de sua *libertas* e pagou por isso. O assassinato do diádoco, não foi o ponto de virada no comportamento de Alexandre, visto que o autor nos alerta desde a primeira Pêntade sobre isso, mas certamente foi o ateste aos companheiros do monarca de que, a partir daquele momento, ele faria valer sua *auctoritas* de outra maneira.⁷⁷

b) *A conspiração dos Pajens e o destino de Calístenes*

Os efeitos da oposição a Alexandre entre os macedônios não tardariam a surgir. Entre o corpo de pajens⁷⁸ de Alexandre havia um Hermolau, jovem nobre da corte do rei, que durante uma caçada mata um javali antes de Alexandre tivesse a honra do primeiro golpe.

⁷⁷ Uma das mudanças de comportamento foi a tentativa de Alexandre em adotar entre persas e macedônios, o costume da Prosquinese, ou o ato de se prostrar diante do soberano. Entre os persas, onde a figura régia era associada à divindade, esta prática era comum, o que não acontecia entre gregos e macedônios, para quem o ato deveria ser reservado aos deuses. Alexandre justificara a adoção da prática a partir de sua alegada filiação a Júpiter, que, desde o princípio, foi um ponto delicado na relação do rei com seus companheiros. Ver Cúrcio (*Historiae*, VIII 7, 4-5).

⁷⁸ Os pajens eram jovens escolhidos entre as famílias macedônias para compor um corpo de assistentes pessoais do rei macedônio. Suas funções abrangiam atender e acompanhar o rei em todas as suas atividades. O posto era considerado uma grande honra entre os macedônios e uma possibilidade de galgar posições mais altas dentro do exército.

Enfurecido, o monarca manda açoitar o jovem que, não podendo suportar a humilhação, reclama a Sótrato, outro jovem pajem e, segundo Cúrcio, enamorado de Hermolau. “Vendo destruído um corpo pelo qual morria de amor, e talvez já hostil ao rei por algum outro motivo, após trocar promessas de lealdade, empurrou Hermolau, que já era irritado, por planejar, em sua companhia, o assassinato do rei”. (CÚRCIO, *Histórias*, VIII, 6 ,8-9).

O plano seria executado no dia em que todos os conspiradores estivessem de guarda a noite, de modo a atacarem Alexandre quando este saísse do banquete. Ocorreu, no entanto, que o rei se demorou mais do que de costume, passando toda a noite entre os convidados. Quinto Cúrcio dá ainda ares sobrenaturais à cena, afirmando que Alexandre fora advertido por uma advinha que o aconselhou a permanecer no banquete até a torça da guarda, frustrando os planos dos conspiradores, que, à primeira luz do dia, deixariam a guarda.

A figura da vidente adiciona um efeito narrativo interessante na descrição do evento e reforça a visão de como Alexandre ainda era protegido pela Fortuna. Entretanto, é possível que as cores do evento em si sejam bem mais realistas, a menos que resolvamos dar crédito a uma suposta vidente anônima. Segundo Badian (2000, p. 71), é muito provável que “Alexandre soubesse da conspiração e decidira deixá-la amadurecer e falhar, já que isso certamente o levaria a ser informado sobre isso”.

Com efeito, a conspiração foi delatada e os envolvidos presos e julgados. Diante da assembleia, todos confessaram envolvimento. Hermolau, o líder da conspiração foi questionado sobre os motivos, respondendo:

Já que você nos pergunta como se não soubesse, planejamos assassiná-lo porque você não nos governa mais como pessoas livres, mas nos domina como escravos (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII, 7, 1).

A questão da *libertas* é um ponto sensível sempre que relatamos a oposição a Alexandre. O casamento do monarca com Roxana, como relatado acima, dá o tom de que os macedônios, estando privados de sua *libertas*, apenas podiam assistir e reprovar em silêncio os atos de seu rei. Calístenes, o historiador oficial de Alexandre e o único que ainda ousara criticá-lo abertamente, fora encarcerado sob suspeita de haver aconselhado os jovens conspiradores, embora Quinto Cúrcio assevere que ele não teve participação direta no complô.

Com que magnanimidade deixais falar os jovens que não sabem se exprimir! Mas a voz de Calístenes, sendo a única que sabe falar, continua trancada na prisão. Por que ele não é trazido aqui quando mesmo aqueles que confessaram podem falar? Por um motivo simples: porque você tem medo de ouvir a voz livre de um inocente e não consegue suportar a expressão em seu rosto. Agora, eu afirmo firmemente que ele não tem culpa; aqui estão aqueles que planejaram, em minha companhia, a mais bela das ações, e entre eles ninguém pode dizer que Calístenes foi nosso cúmplice, embora por muito tempo ele esteja destinado à morte por um rei justíssimo e indulgentíssimo.⁷⁹ Estas são as recompensas dos macedônios, cujo sangue você esbanja como se fosse barato e desprezível! Mas enquanto 30 mil bestas de carga transportam o ouro cativo para seu prazer pessoal, seus soldados, quando voltarem para casa, levarão consigo nada mais do que algumas cicatrizes obtidas de graça (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII,7, 8-11).

Calístenes fora certamente um homem respeitado entre os macedônios. Sobrinho do filósofo Aristóteles, a quem coube a educação de Alexandre, acompanhou o exército macedônio desde o início da campanha. Opusera-se fortemente à adoção aos costumes orientais por Alexandre e, discursou contra a adoção da prosquínese a todos os súditos sem exceção. Segundo Quinto Cúrcio: “A seriedade desse homem, assim como sua liberdade aberta, eram uma fonte de ódio para o rei, como se Calístenes fosse o único obstáculo que impedisse os macedônios, dispostos como estavam, a oferecer-lhe tal vassalagem” (CÚRCIO, *Histórias*, VIII, 5, 13-14).

E tudo isso nós pudemos suportar até que você nos colocasse nas mãos dos bárbaros e até, estabelecendo um costume nunca visto antes, você colocasse os vencedores sob o jugo dos vencidos. Você se entrega a trajes e costumes persas e tem ódio dos costumes de seu país; é, por isso, que queríamos matar o rei dos persas, não o rei dos macedônios, e, de acordo com a lei da guerra, caçamos você como um desertor. Você queria que os macedônios se ajoelhassem diante de você e o adorassem como um deus; você nega Filipe como pai e, se houvesse um deus acima de Júpiter, você negaria até mesmo Júpiter. E você se pergunta que alguns homens livres não podem suportar seu orgulho? O que podemos esperar de você, que deve morrer, embora inocente, ou, o que é mais lamentável do que a própria morte, deve viver como escravo? Quanto a você, se puder retificar seu comportamento, é grande a sua dívida para comigo, pois fui o primeiro a lhe ensinar o que os homens livres não podem suportar. Quanto aos outros, perdoe-os e não castigue uma velhice que você já privou de seus filhos. Envie-nos para sermos conduzidos a nos torturarmos, para que possamos alcançar com a

⁷⁹ Os termos certamente foram usados como ironia, visto que Alexandre é acusado por Hermolau de se comportar de modo oposto.

nossa morte o que pretendemos alcançar com a sua (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII, 7, 12-15)

Os conspiradores tiveram o mesmo destino de Filotas: mortos por apedrejamento, segundo o costume macedônio. Quanto a Calístenes, Quinto Cúrcio (*Histórias*, VIII, 8, 21) afirma que morreu na prisão, em meio à tortura. Alexandre, certamente temendo um julgamento público de alguém tão respeitado entre os gregos, optou por silenciar seu opositor às escuras, o que não deixou de causar indignação entre gregos e macedônios por fim tão indigno.⁸⁰

3.4.5 A campanha na Índia, o retorno à Babilônia

A fim de manter o exército em movimento e silenciar rumores, Alexandre marchou para a Índia. Os reinos desenvolvidos ao longo do Rio Indo, que corta o atual Paquistão, ofereceram um novo tipo de terreno ao exército macedônio, o que se provou um desafio ao monarca.

Quinto Cúrcio faz uma breve descrição do que seria o território indiano (CÚRCIO, *Histórias*, VIII, 9, 2-22): rios caudalosos, clima inclemente e imprevisível (ora muito frio, ora calor insuportável), vegetação exuberante com árvores de cascas macias, semelhantes ao papiro (portanto, usadas na escrita), fauna exótica, com espécies não encontradas em nenhum outro lugar (a menos que importadas), grande produção de linho, ouro e pedras preciosas em abundância. Mas o que lhe chama a atenção é a riqueza e opulência dos reis daquela região:

O luxo de seus reis, que eles próprios chamam de magnificência, supera a corrupção de todos os povos. Quando o rei consente em ser visto em público, seus servos carregam turíbulos de prata e se saturam de perfume por todo o caminho que ele decidiu viajar. Ele está reclinado em uma liteira dourada na qual pedras preciosas estão penduradas ao redor; suas vestes de linho fino são bordadas em ouro e púrpura, e sua liteira é seguida por homens armados e guarda-costas. No meio deles vão, empoleirados em alguns galhos, alguns

⁸⁰ “Por isso, nenhum assassinato provocou mais ódio entre os gregos contra Alexandre, porque um homem adornado com as melhores virtudes e disposições [Calístenes], que até restaurou seu gosto pela vida quando, após o assassinato de Clito, Alexandre persistiu em se permitir morrer. Ele não apenas o matou, mas também o sujeitou a tormentos, sem nem mesmo lhe dar a chance de se defender. Esse ato de crueldade foi seguido por um arrependimento tardio”. (Quinto Cúrcio, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII 8, 22-23).

pássaros que foram ensinados a afugentar as preocupações com seu canto. O palácio real tem colunas douradas cobertas em toda a sua extensão por alguns ramos talhados em ouro; figuras em prata, representando pássaros - animais cuja contemplação tanto encantam - aparecem espalhadas por toda a ourivesaria. O palácio está aberto aos visitantes enquanto o rei penteia e enfeita seus cabelos; ao fazê-lo, responde às embaixadas e dita provisões ao seu povo; quando suas sandálias são removidas, eles ungem os pés com perfumes. Durante as caçadas, seu maior esforço consiste em furar, em meio às súplicas e cantos de suas concubinas, os animais, encerrados nas reservas. Suas lanças medem dois côvados e eles as arremessam com mais força do que eficiência, pois a lança, cuja força consiste, toda, em leveza, a recarrega com um peso inútil (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII, 9, 23-28).

Destaquemos que as *Historiae* e, presumimos, os relatos originais da campanha de Alexandre, refletem o estranhamento romano e grego diante de costumes e regiões completamente diferentes do que estavam habituados. Mesmo para os romanos que expandiram seu território tão ao Ocidente e estando em contato com costumes tão diversos, a descrição das cortes orientais é tão fantástica que mesmo o auge da opulência do Júlios-Claudios não parecia lhes fazer frente.

Assim, destaquemos que a corrupção⁸¹ a que Quinto Cúrcio se refere deve ser entendida dentro do que se esperava de um romano, não de um persa e, muito menos de um indiano. Toda a construção dos *exempla* nas *Historiae* parte da conduta esperada por um cidadão romano no século I d.C., o que, admitamos, não deveria ser tão seguida à risca no dia a dia.

A campanha começou com a submissão pacífica que uns poucos reis, que se apresentaram espontaneamente a Alexandre. Heféstion e Pérdicas foram enviados à frente com o propósito de submeter os reis hostis e construir embarcações a fim de atravessarem os inúmeros rios da região.

a) *Rei Poro*

A maior batalha de Alexandre, no entanto, seria travada às margens do Rio Hidaspes.⁸² O Rajá de Paurava,⁸³ também conhecido como Rei Poro entre os gregos, é descrito como um homem de estatura muito acima da média (entre 1,8 metro e 2,1 metros).

⁸¹ O texto em latim usa o termo *vitia*, ou seja, vício. Corrupção e vício, neste caso, podem ser entendidos como sinônimos.

⁸² Hoje Rio Jhelum, no Paquistão.

⁸³ O reino se localizava no que hoje é o território do Punjab, entre Paquistão e Índia. É possível que a capital do reino tenha sido onde hoje é a cidade de Laore, no Paquistão.

“Seu espírito estava de acordo com sua força física e o mesmo deve ser dito de sua sabedoria, na medida em que pode ser encontrada entre os bárbaros” (CÚRCIO, *Histórias*, VIII 13, 7).

O exército de Poro era formado, segundo Cúrcio, por “85 elefantes de vigor extraordinário seguidos por 300 carruagens e cerca de 30.000 soldados de infantaria” (CÚRCIO, *Histórias*, VIII, 13, 6). Poro se posicionara na margem oposta a que Alexandre se encontrava, o que exigiu dos macedônios enfrentar a correnteza do Hidaspes, cuja distância de uma margem a outra Ra de aproximadamente quatro estádios (aproximadamente 740 metros).

Seu leito era profundo e não mostrava sinais de vaus em qualquer lugar, então parecia um vasto mar. Mas o rio não restringiu o ímpeto de seu fluxo em proporção ao espaço ocupado pelas águas em toda a sua largura, mas correu em uma torrente e com suas águas agitadas, como se suas margens estivessem se estreitando, e o fato de suas ondas serem repelidas em vários lugares, era um sinal de que havia pedras escondidas embaixo. Mais assustador era o aparecimento da costa coberta de cavalos e soldados. Os enormes elefantes permaneceram imóveis com suas imensas presas e, enfurecidos de propósito, cansaram as orelhas com seus pequenos inchaços hediondos. Por um lado, o rio, por outro, o inimigo havia desencadeado um terror imprevisto nos corações que, no entanto, não costumava intimidar e que muitas vezes fora posto à prova. Com efeito, eles consideraram que as jangadas instáveis não poderiam ser direcionadas para a costa ou atracar lá com segurança (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII, 13, 8-11).

Inicialmente travaram-se combates em pequenas ilhas formadas no leito do rio, a fim de medirem a força um do outro. Por fim, Alexandre teve a ideia de atravessar o exército silenciosamente para uma dessas ilhas, maiores que a outras, tendo o cuidado de designar Ptolomeu⁸⁴ para conduzir um destacamento para longe do local de travessia a fim de desviar a atenção de Poro (CÚRCIO, *Histórias*, VIII, 13, 18-20).

Em terra, o combate foi sangrento. Inicialmente o autor descreve desordem no exército de Poro ante o avanço macedônio, mas este reordena o exército e faz avançar os elefantes⁸⁵ de guerra que provocavam grande terror entre os macedônios. “O espetáculo foi particularmente horrível quando os elefantes, levando armas com suas trombas e os soldados

⁸⁴ Ptolomeu Sóter, posteriormente faraó do Egito e fundador da dinastia Ptolemaica.

⁸⁵ O uso de elefantes de guerra não é algo desconhecido no mundo antigo. Alexandre também utilizou elefantes na batalha do Hidaspes (em torno de 30, segundo relata Quinto Cúrcio). Antígono Monofthalmo também, que herdou a Ásia Menor após a morte de Alexandre também utilizou elefantes. Por fim, o caso mais famoso certamente foi o de Aníbal ao atravessar os Alpes, rumo à Península Itálica, com 37 elefantes de Guerra.

inimigos, erguendo-as acima de suas cabeças, as entregaram a seus condutores”. (CÚRCIO. *Histórias*, VIII, 14, 27).

Aterrorizados, os macedônios se puseram a atacar os elefantes, cortando-lhes as trombas e as pernas. Poro lutou até o fim, sem se render, mesmo ferido e tendo sido abandonado pela maior parte de seus homens. Ao ser finalmente capturado, o que exigiu por abaixo o elefante que o carregava, foi levado a Alexandre.

Quando Alexandre o viu erguer os olhos, movido de compaixão, não de ódio, disse: “Oh, infeliz! Que loucura te moveu, tendo como notícia das minhas façanhas, colocar a prova sorte da guerra, quando contaste com a pessoa de Taxiles como exemplo tão íntimo da minha clemência para com os rendidos”? Poro respondeu: “Já que você me pergunta, responderei com a mesma liberdade que você me deu ao me perguntar. Achei que não havia ninguém mais forte do que eu. Eu estava bem ciente de minhas próprias forças, mas não havia testado as suas; o resultado da guerra mostrou que você é o mais forte; mas nem por isso me considero infeliz, sendo o segundo depois de você”. Questionado novamente sobre qual decisão ele achava que o vencedor deveria tomar, Poro respondeu: "A que aconselhe hoje, quando houver experimentado como a felicidade é frágil" Com este conselho, ele conseguiu mais do que poderia ter alcançado com súplicas: na verdade, Alexandre dignou-se a acolher não apenas com compaixão, mas até com exibições honoríficas a fortaleza de uma alma destemida e que nem mesmo a fortuna foi capaz de subjugar. Ele curou o ferido como se fosse membro de suas próprias fileiras e, uma vez recuperado, contra o que todos esperavam, recebeu-o em número de amigos e concedeu-lhe um reino maior do que antes possuía (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VIII, 14, 41-45).

O Rajá de Paurava é certamente um personagem que não pode passar incógnito em nenhum relato sobre Alexandre. Nas *Historiae* esta é a primeira vez que o monarca encontra um adversário que lhe despertou tanta admiração pela coragem. É verdade que ele demonstrara clemência a outros inimigos, mas é inegável que Poro tenha-lhe passado uma impressão muito positiva.

Para Droysen (2010, p. 373), a generosidade de Alexandre para como o rei indiano tem ainda um fundo político. Tendo mantido Taxiles⁸⁶ no comando da região que outrora reinara não poderia favorecê-lo mais, sob risco de fomentar pensamentos sediciosos. Por

⁸⁶Taxiles reinou sobre Taxila, reino fronteiro ao Reino de Paurava, sendo divididos pelo Rio Hidaspes. Sendo rival antigo de Poro, submeteu-se pacificamente a Alexandre em troca de auxílio contra ele. Foi mantido no posto de rei e, após a Batalha do Hidaspes, reconciliou-se com Poro, mantendo-se aliado de Alexandre até a morte deste.

outro lado, assegurar a autoridade de Poro sobre uma região ainda maior do que a que possuía antes, dava ao monarca controle sobre os indianos rebeldes.

Alexandre não podia assegurar melhor seu poderio sobre as Índias do que fundamentando-o na rivalidade entre esses dois príncipes. Seria necessário, portanto, que ele aumentasse o poderio de Poro, para contrabalançar o de Taxiles. Confiando a Poro um poder maior do que no passado e entregando-lhe o governo de todos os insubmissos, Alexandre assegurava sua hegemonia na região (DROYSEN, 2010, 373).

Quinto Cúrcio não menciona as baixas na Batalha do Hidaspes. Arriano, no entanto, (*Anábase* V 18, 2), contabiliza 20 mil mortes na infantaria, três mil cavaleiros, além dos dois filhos de Poro, do lado indiano. Entre os macedônios, o autor relata cerca de seis mil mortes na infantaria e, cerca de 230 cavaleiros. Por sua vez, Diodoro Sículo (*Biblioteca Histórica*, XVII, 89) fala em 12 mil mortos no total, sendo pelo menos nove mil na infantaria e 80 elefantes. Do lado macedônio, o historiador calculou sete mil entre a infantaria e 280 cavaleiros.

A campanha na Índia continuaria até 325 a.C. Em meados daquele ano, chegaria, por via fluvial, ao Oceano Índico, onde as embarcações correram risco por causa da força da maré (CÚRCIO, *Histórias*, IX, 9, 1-27). De lá retornaria à Pérsia passando pelo Deserto de Gedrósia,⁸⁷ onde perdeu cerca de um quarto do exército pela fome e por doenças.⁸⁸ De acordo com o autor:

O rei, preocupado ao mesmo tempo com a dor e a vergonha, visto que ele, pessoalmente, era a causa de tamanha calamidade, enviou uma mensagem a Fratafernes, sátrapa dos partas, pedindo-lhe que o enviasse, usando caravanas de camelos, alimentos já temperados e também informaram os sátrapas das regiões vizinhas de sua situação crítica (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, IX, 10, 17).

b) O retorno à Babilônia

⁸⁷ Localizado no Planalto do Irã, compreendendo Irã, Paquistão e Afeganistão.

⁸⁸ Novamente Quinto Cúrcio não dá números de mortos. Os cálculos ficam a cargo de Plutarco (*Alexandre* LXVI 4). Ora, Quinto Cúrcio (*Historiae* VIII 5, 4) relata que 120 mil soldados de infantaria e 15 mil de cavalaria lutaram na Índia, logo, a estimativa é que 33,7 mil homens pereceram de fome e doenças na travessia do Gedrósia.

Passado o tempo de recuperação do exército, dirigiram-se para a Carmânia, onde Alexandre realizou a procissão em honra a Baco, discutida no Capítulo 1 deste estudo.⁸⁹ Ainda na Carmânia recebeu acusações contra quatro comandantes que ficaram a cargo dos exércitos na Média (CÚRCIO, *Histórias*, X, 1, 1-9): Cleandro, Sitalces, Agáton e Heracón. Os quatro homens eram acusados de profanação e violação de donzelas da nobreza persa. Entre os companheiros de Alexandre chamou mais a atenção o fato de os acusados estarem envolvidos no assassinato de Parmênion do que os crimes, os quais eram acusados. Após mandar encarcerá-los, Alexandre mandou que todos os soldados envolvidos nos crimes destes oficiais, 600 ao todo, fossem igualmente justificados.

Concluída a conquista do Oriente, Alexandre começa a pensar rumo ao Ocidente, contra Cartago e depois contra Roma. No século IV a.C., Cartago já era uma das colônias fenícias mais bem sucedidas e estrategicamente posicionadas no Mediterrâneo. Alexandre possuía uma rixa pessoal com Cartago, dado o auxílio que ela prestou a Tiro durante o cerco macedônio à cidade.

Odiando como odiava Cartago, indo da Síria para a África; dali, e depois de cruzar os desertos da Numídia, rumo a Cádiz (onde era comum que fossem colocadas as colunas de Hércules); depois, chegar à Hispânia, que os gregos chamam de "Ibéria" por causa de seu rio Ebro, e, depois de cruzar os Alpes, percorrer a costa da Itália, da qual é curta a jornada ao Épiro (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre, o Grande Livro X 1, 17-19*).

Quanto a Roma, algumas considerações merecem atenção. No século IV a.C., já livres do regime monárquico, Roma havia se firmado seu domínio sobre a Península Itálica. A cidade ainda era uma sombra do poder que exerceria no Mediterrâneo nos séculos seguintes, mas já estava em lento processo de expansão. Evidentemente, Alexandre morreu antes que a campanha Ocidental fosse posta em prática e o Império Macedônio não sobreviveria muito tempo sem uma figura forte que o unificasse. Ainda assim, Tito Lívio tergiversa sobre a hipótese de uma invasão de Alexandre no Livro IX de sua obra *Desde a Fundação da Cidade*, a qual transcrevemos um trecho:

Os romanos conheceram os macedônios como inimigos, embora seja verdade que não com Alexandre como general ou quando eles estavam com

⁸⁹ Capítulo 11, item 1.5.1.

força total, contra Antíoco, Filipe e Perseu, sem sofrer uma derrota e, mesmo, sem risco de sua parte. Em outras palavras, com perdão e silêncio às guerras civis: a cavalaria inimiga nunca nos criou dificuldades, nunca sua infantaria, nunca uma batalha em campo aberto, nunca a igualdade de posições, e principalmente nunca o nosso terreno. Nossos soldados carregados de armas podem temer cavalaria, flechas, desfiladeiros intransponíveis, lugares onde o transporte de alimentos não pode chegar; mas nem sempre puseram e porão em fuga mil exércitos mais fortes do que os de Alexandre e dos macedônios, enquanto durar o amor por esta paz em que vivemos e a preocupação pela concórdia entre os cidadãos (TITO LÍVIO, *Desde a Fundação da Cidade*, Livro IX, 19, 14-17).

Nenhum historiador moderno se atreveria a definir um resultado para este confronto (ou qualquer situação hipotética envolvendo processos históricos) e, mesmo em Tito Lívio, esta discussão é ponto fora da curva, mas perfeitamente justificado pelo autor logo no início da discussão. Cabe a nós entender que o autor levantou a questão em um contexto de afirmação romana durante o Principado de Augusto, que entre outras medidas, favoreceu pensadores, poetas e historiadores como o próprio Tito Lívio.

Por outro lado, é significativo que a questão tenha sido levantada. Que Alexandre houvesse inspirado gerações de romanos por sua habilidade no campo de batalha é perfeitamente compreensível. Que seus planos, não concretizados, de invasão à Península Itálica ainda tivessem espaço para discussões (sobretudo uma tão pouco ortodoxa) quatro séculos após sua morte, é um indício de que havia preocupação em Roma com ameaças externas e, possivelmente, uma expectativa de que o próximo Alexandre deveria provir do Lácio.

3.4.6A morte e Necrologia de Alexandre

O Livro X das *Historiae* está terrivelmente fragmentado a ponto de nos negar informações importantes sobre os eventos ocorridos após o retorno de Alexandre à Babilônia. Uma delas é a morte de Heféstion, o companheiro mais próximo de Alexandre e a quem ele amava tal qual Aquiles amara Pátroclo. Quem descreve a morte e o luto de Alexandre é Arriano (*Anábase* VII, 1-10). O diádoco caiu doente em Ecbátana e, ao sétimo dia de sua enfermidade, enquanto Alexandre assistia aos jogos, recebeu a notícia que o estado do amigo era grave. Ao correr para visitá-lo, já o encontra morto. A dor de Alexandre pela morte do

amigo foi imensa.⁹⁰ Os relatos de como o monarca guardou o luto são mais ou menos exagerados a depender de quais fontes primárias são consultadas. Arriano descreve o luto da seguinte forma:

Alexandre ordenou que os sacrifícios fossem feitos em homenagem a Heféstion, como se ele fosse um herói; é o que dizem pelo menos a maioria de seus historiadores, embora alguns afirmem que Alexandre enviou uma delegação para perguntar ao deus Amon se era apropriado oferecer sacrifícios a Heféstion como se fosse um deus; a resposta do oráculo foi que não procedia. No que todos concordam é que Alexandre passou três dias após a morte de Heféstion sem provar nenhum alimento, nem se preocupar em cuidar de seu corpo, mas permaneceu deitado, já em lamentável silêncio, já no meio de grandes gemidos. Ele ordenou que uma pira fosse erguida em sua homenagem na Babilônia por um valor de dez mil talentos, ou até mais, como alguns acreditam (ARRIANO, *Anábese*, IX 14, 7-8).

Heféstion morreu aos 32 anos, em 324 a.C. A morte dele abalou Alexandre profundamente de modo que, menos de um ano depois da morte do amigo, Alexandre cairia doente. Os relatos de Quinto Cúrcio sobre os últimos dias de Alexandre também estão fragmentados. O texto dá um salto e descreve um rei já em seu leito de morte recebendo seus homens, um a um para uma última despedida.

Os soldados, ao vê-lo, começaram a chorar e deram a impressão de que não olhavam para o rei, mas para seu cadáver; mas a aflição era ainda maior entre os que cercavam sua cama; percebendo sua presença, o rei disse-lhes: "Quando eu partir, vocês encontrarão um rei digno de tais soldados"? O que é incrível, quando se trata de contar e ouvir, é que o rei permaneceu na mesma postura que adotara ao se preparar para receber os soldados, até que todo o exército desfilou dando-lhe a última saudação; conforme a multidão passava, como se estivesse livre de todas as dívidas com a vida, ele deixou cair seus membros exaustos. Aproximou seus amigos (sua voz já estava falhando) e, tirando o anel de seu dedo, deu-o a Pérdisas, acrescentando a recomendação de que mandasse seu corpo ser levado ao templo de Amon. Quando seus amigos lhe perguntaram quem estava deixando o reino, ele respondeu que era ao mais digno, mas que já previa que, em relação à disputa pelo reino, jogos fúnebres magníficos o aguardavam. A uma nova pergunta de Pérdisas sobre quando ele queria receber honras divinas, ele respondeu que seu desejo

⁹⁰ Com efeito, discute-se ainda hoje se o relacionamento entre Alexandre e Heféstion era homoafetivo ou não. Embora este estudo não tenha a pretensão de entrar no tema, é preciso esclarecer que o debate existe. Sobre este assunto, a nota de rodapé nº 354 da edição espanhola da *Anábese* afirma: "Os dois jovens eram, na verdade, amantes, embora muitas das censuras que os historiadores fazem ao comportamento de Alexandre devam ser atribuídas à hostilidade manifesta que sentiam pelos dois jovens" (GUZMÁN, 1982, p. 224).

que eles o fizessem quando estivessem felizes. Estas foram as últimas palavras do rei e logo depois ele morreu (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre, o Grande*, Livro X, 5, 1-6).

Poucos detalhes sobre a morte de Alexandre são dados pelo autor, de sorte que as considerações sobre a causa são encontradas apenas em outros autores. Plutarco (*Alexandre*, LXXVII, 2) afirma que, em princípio, ninguém cogitou a hipótese de envenenamento, o que só ocorreu seis anos após a morte do monarca quando Olímpia, acusou Iolas,⁹¹ copeiro de Alexandre, já morto, de haver envenenado o monarca. Entretanto, o próprio Plutarco nega a hipótese de assassinato, alegando que mesmo após cinco dias da morte do rei, o corpo ainda se conservava fresco, sem sinais de ação de veneno.

Arriano (*Anábase* VII 27, 1-3) também comenta as versões sobre a morte do monarca, mencionando uma versão de que Antípatro, pai de Iolas, e um dos generais de Alexandre, fora instruído por Aristóteles a envenená-lo, já que o filósofo temia o pupilo após a morte de Calístenes. Outra versão também descrita pelo historiador, é que Alexandre, não podendo mais continuar vivendo, atirou-se ao Rio Eufrates, dando ao seu desaparecimento ares divinos. O autor, no entanto, rechaça ambas as versões dizendo: “Recolhi essas histórias, mais para não dar a impressão de que não as conheço, do que porque as considere credíveis para serem narradas”. (*Anábase* VII 27, 4).

Alexandre morreu aos 32 anos, em 323 a.C., ano da 114ª Olimpíada. Seu corpo foi velado na Babilônia e, após intenso debate, transportado a Alexandria, onde permaneceu sepultado, tornando-se uma espécie de local de peregrinação aos *principes* romanos, séculos mais tarde. Os prantos por sua morte, relata Quinto Cúrcio (*Histórias*, X, 5, 9) tomaram conta do palácio, entre macedônios e persas, de modo que “em meio à dor comum não podiam mais distinguir vencidos de vencedores”.

Os persas o chamavam de senhor mais justo e misericordioso; os macedônios, o melhor e o mais bravo dos reis, e uns aos outros estavam competindo em uma espécie de certame para ver quem estava mais pesaroso, e não apenas vozes de dor foram ouvidas, mas também de indignação, acusando os deuses de que por inveja o levaram, arrancando-o da humanidade e sem deixá-lo amadurecer, que estava na flor da idade e da Fortuna. (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre, o Grande*, Livro X, 5, 9-10)

⁹¹ Filho de Antípatro e irmão de Cassandro, ambos diádocos de Alexandre. Após a morte de Alexandre e o Assassinato de Pérdicas, Antípatro assume o comando do império macedônio.

O Império Macedônio não sobreviveria à morte de Alexandre. Não houve tempo para que seu domínio sobre a imensa massa territorial e multiétnica se consolidasse numa estrutura política, administrativa e militar que não estivesse diretamente ligada a sua *persona*. O monarca morreu sem que um herdeiro viável pudesse ocupar o trono. No momento de sua morte, Roxana esperava um filho seu, mas sem nenhuma garantia de que ele vingaria ou seria um herdeiro masculino.

Uma enorme discussão se formou em torno da questão sucessória e dois partidos se formaram: um, comandado por Pérdicas, em torno do herdeiro não nascido de Alexandre; e outro, chefiado por Meléagro, em apoio ao meio irmão do falecido monarca, Filipe Arrideu, possivelmente incapacitado por alguma doença e sobre quem já falamos no Capítulo 1 deste estudo.

Não cometeremos o erro em conjecturar se o Império Macedônio duraria mais tempo se Alexandre tivesse vivido até a maturidade. Não há resposta, nem espaço para este tipo de questionamento. O fato é que, no momento em que se encontrava, Alexandre era quem dava sustentação àquela estrutura. Sem ele e com os posteriores assassinatos de Pérdicas, em 321 a.C.; Filipe Arrideu, em 317 a.C. e Alexandre IV (filho de Alexandre e Roxana), em 309 a.C., aos 14 anos; não havia mais nenhum laço de lealdade que poderia manter a unidade política do Império e cada um dos diádocos sobreviventes se assumiu rei de seus territórios.

No fim de tudo, quando os reinos helenísticos gradualmente deram espaço a outras forças de poder, como Roma, o Império Macedônio persistiu. Não de forma concreta, como estrutura política e administrativa, muito menos militar, mas como ideia de unificação do mundo sob um mesmo poder e, portanto, permaneceu vivo na memória da humanidade e para sempre atrelado à figura de Alexandre, o Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um estudo sobre Alexandre, o Grande necessariamente passa por questões envolvendo o exercício e manutenção do poder. Muitos povos foram submetidos ao domínio macedônio à época do governo de Alexandre: gregos, egípcios, persas, indianos e toda sorte de etnias e tribos que habitaram o oriente no século IV a.C., quando o monarca expandiu sua influência por boa parte da Ásia Central.

Nossa pesquisa procurou analisar como esta perspectiva do exercício do poder foi retratada no século I d.C. por um autor romano; portanto, com o olhar de alguém que perscrutava o passado a fim de entender o próprio tempo. Ora, as *Historiae* não são exatamente um tratado sobre o exercício do poder, mas oferecem informações valiosas sobre como exercê-lo e segurá-lo pelo tempo que for necessário.

A imagem de Alexandre é controversa por suas posturas. Ele demonstrou generosidade extrema aos seus aliados e foi capaz de enormes atos de grandeza, dignos de um rei. Ao mesmo tempo, ordenou purgas, executou amigos próximos e destruiu cidades inteiras que o desafiaram, ou ordenou punições severas sem que houvesse motivo aparente ou justificável. A família real persa, Oxartes, Taxiles e Poro foram exemplos de como o rei poderia ser clemente. Da mesma forma, Filotas, Parmênion, Betis e toda a cidade de Tiro sentiram na pele a ira do filho de Filipe.

É precisamente por este comportamento, ao que parece ambíguo, de alguém que exerceu o poder e, por isso, se faziam necessárias as adjetivações de caráter de Alexandre. Elencar os vícios e virtudes do rei macedônio, para Quinto Cúrcio, possui um caráter pedagógico, já que estabelece um horizonte de expectativa, que é o exercício do poder em Roma. Para tanto, necessita que os *exempla* de virtudes e vícios estejam aparentes em sua narrativa.

Começemos pelas virtudes elencadas pelo autor. Alexandre deu grandes demonstrações de *clementia* diante de seus adversários. Esta virtude, já dissemos, está associada à possibilidade de perdão às ofensas, mas nunca de forma indiscriminada. Sêneca, de quem possivelmente Quinto Cúrcio foi contemporâneo, afirma não ser

oportuno ter uma clemência promíscua e banal, nem uma clemência inacessível, pois tanto é cruel perdoar a todos quanto a nenhum. Devemos manter um padrão, mas como todo comedimento é difícil, tudo o que for além da equidade deverá pender para o lado mais humanitário (SÊNeca, *Tratado sobre a Clemência*, Proêmio, 2).

Retomemos o caso da conspiração contra a vida de Alexandre, citada ao final do Livro VI. O julgamento público dos conspiradores, entre eles, Filotas, filhos de Parmênion, nos apresenta uma questão de afirmação da *auctoritas* do governante. Nas palavras de Quinto Cúrcio:

Sobre as sentenças de morte o rei, segundo costume ancestral da macedônia, apenas promovia as diligências e quem julgava era o exército (em tempos de paz, o povo) e o poder real não tinha nenhum valor, se sua autoridade não houvesse sido previamente referendada (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, VI, 8, 25).

Desta forma, a *clementia* de Alexandre está diretamente ligada à sua *auctoritas*, que necessita ser referendada pelo exército, o juiz *de iure* naquele momento. Ora, Filotas já havia sido condenado em segredo pelos demais diádocos, que compunham conselho do monarca, mas, por uma questão de imagem, necessitava da validação pública, sobretudo por se tratar do filho de Parmênion, o segundo homem no exército.

Ele poderia ter absolvido o jovem diádoco, caso os humores do exército pesassem a este favor. Também é verdade que sua posição lhe permitia passar por cima da vontade dos soldados e de seus companheiros, mas certamente os custos políticos seriam altos demais para serem negligenciados. Por isso, “o julgamento não é apenas uma questão da culpa ou inocência de Filotas, mas uma afirmação da confiança no *regnum* de Alexandre” (BAYNHAM, 2007, p. 176).

E mesmo assim, no mesmo processo, Alexandre usou de sua *clementia* para perdoar Amintas de Símiás, de cuja defesa falamos no Capítulo I. Os jovens, de posição muito inferior à de Filotas, registremos, foram acusados de envolvimento após seu irmão, Polemon, fugir, o que seria sinal de culpa. Novamente, o julgamento é comandado pelo exército e teria o mesmo destino do de Filotas, não fosse a captura do irmão fugitivo.

Mas Polemon, sem se incomodar nem um pouco, disse: “Não peço nada para mim: apenas que a minha fuga prejudique a inocência dos meus irmãos. Se minha fuga não pode ser defendida, que a acusação se volte apenas contra mim: a causa de meus irmãos tem a seu favor o fato de que as suspeitas recaem sobre mim, de que eu fugi” (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro VII, 2, 2)

Elizabeth Baynham (2007, p. 182) entende que o resultado do julgamento favoreceu os três irmãos, Amintas, Símiás e Polemon, por causa da resposta do exército a fatores emocionais, pois, segundo Baynham (2007, p. 182), “a massa se levantou inicialmente em raiva, mas então com simpatia –pela aparência do jovem e por sua aparente devoção fraternal”. Alexandre, por sua vez soube aproveitar o comportamento da multidão e usar de sua *clementia* a fim de absolver os réus.

Assim, não devemos entender a aplicação da pena, branda ou dura, motivada apenas por fatores emocionais do magistrado. A *clementia* do governante está atrelada a uma racionalidade que permite angariar capital político e legitimar sua posição, caso bem usada. O *rex* macedônio, ou o *princeps* romano, embora dotados de *auctoritas* para fazer valer a própria vontade, precisavam negociar constantemente com as forças de poder, à medida que não deveriam desgastar suas bases de apoio. No exemplo acima, não se trata da vontade de Alexandre em condenar ou absolver os réus (ou se eram culpados ou inocentes), mas de entender as forças que se moviam no tabuleiro naquele momento.

Se Alexandre realmente desejou ser reconhecido e adorado como um deus, ou se a permanência constante entre estrangeiros o obrigara a adotar estes costumes como uma forma de legitimar seu poder é uma questão que nunca saberemos. Estando à frente do comando de macedônios e persas e vendo a crescente e útil participação das etnias vencidas tanto na administração quanto no exército, ele se viu, subitamente rodeado pela antiga aristocracia Aquemênida à qual teve de manter sob controle.

O tema, naturalmente é sensível e Quinto Cúrcio, como um cidadão romano do século I d.C., é enfático ao condenar as tentativas do monarca em se apresentar como filho de Júpiter ou mesmo exigir para si a adoração outrora destinada aos reis Aquemênidas. Ora, para um romano a ideia de divinização em vida era impensável, como discutido outrora neste estudo,⁹² o que nunca impediu que os *principes* fossem cultuados nas províncias orientais.⁹³

É preciso, contudo, estabelecer as fronteiras entre o que estava de acordo com o *mos maiorum* e o que o ameaçava: que o *princeps* fosse cultuado como divindade numa província poderia ser encarado como um exotismo típico de estrangeiros e até se fazer vista grossa para estes costumes; levar estas práticas para o Monte Palatino, era inadmissível.

⁹² Capítulo 2, Item 2.2

⁹³De fato, é possível observar representações dos *principes* romanos como divindades ou mediadores entre os deuses e os homens nas províncias orientais, como ocorreu com as representações de Trajano como faraó no Egito (Ver HORNUNG (1994, p.261).

Certamente, os macedônios se sentiram assim ao perceber como seu rei adotava os costumes dos vencidos. Este termo, por sinal é muito recorrente em Quinto Cúrcio e denota como havia cuidado, não apenas entre os macedônios, mas em Roma, em se apropriar de costumes estrangeiros. Ao conquistar o Império Aquemênida, Alexandre manteve a estrutura administrativa e a divisão do território em satrapias a fim de facilitar a gestão do território. Ademais, manteve a elite persa no comando de algumas dessas satrapias, a fim de cooptá-la com favorecimentos.

Os romanos também mantiveram as estruturas administrativas estrangeiras e uma elite leal à *auctoritas* dos *principes*. A presença de Roma nas províncias se fez por meio dos governadores e a estrutura de apoio administrativo e militar, mas esta presença não se fazia em substituição ao governo local. O governador e seus assessores estavam incumbidos das questões tributárias, jurídicas e militares diretamente ligadas a Roma, deixando as questões locais a quem de direito.

E aqui entramos numa questão chave para entendermos a oposição sofrida por Alexandre face a seus companheiros: o Império macedônio, aqui entendido como conjunto territorial, político e administrativo, era muito mais diverso etnicamente e, portanto, muito mais complexo do que os macedônios gostariam de admitir. Como profetizado por um dos emissários de Dario, ao oferecer ao monarca os termos de paz, “um império muito grande está repleto de perigos, pois é difícil reter o que não pode ser englobado” (CÚRCIO, *Histórias*, IV, 11, 8).

Droysen (2010, p. 462-463) entende a adoção dos costumes estrangeiros como uma tentativa de consolidação do poder de Alexandre em todos os territórios. Ora, o culto à figura dos reis já era um costume consolidado entre os persas e entre os egípcios, uma vez que o faraó assume a figura de um deus encarnado. Não haveria, portanto, da parte destes novos súditos, oposição em se prostrarem diante do novo senhor da Ásia como fizeram com Dario no passado.

O desafio estaria na Hélade, que, na ausência do monarca, fervilhava em conspirações e revoltas. Entre as *poleis*, havia ainda resistência à ocupação macedônia. Alexandre ficou muito tempo combatendo na Ásia e sua ausência, por mais que delegasse autoridade, abria caminho para ideias sediciosas, como a de Agis, rei de Esparta.⁹⁴ Fazia-se necessário ao rei que consolidasse sua *auctoritas* na Península Balcânica, berço de seu próprio reino a fim de manter a unidade do império.

⁹⁴ Agis de Esparta, liderou revolta contra os macedônios entre 333 a.C. e 331a.C., quando foi morto na Batalha de Megalópolis, contra as forças macedônias lideradas por Antípatro.

Lembremos que, mesmo entre os gregos a ideia de deuses confraternizando entre os homens não era estranha. Ora, Alexandre alegava descender de Hércules pelo lado paterno e de Aquiles pelo materno, ou seja, o sangue divino alegadamente corria nas veias dos Argéadas.⁹⁵ Além disso, Alexandre buscou a confirmação de sua ascendência divina com o oráculo em Siva, atestando sua filiação a Júpiter.

É possível que, desde o início da campanha no oriente, Alexandre já percebesse a necessidade de consolidar seu poder entre as cidades gregas. Ser reverenciado como um deus vivo pelos asiáticos serviu como pretexto para exigir o mesmo tratamento entre as *poleis*, não necessariamente porque o monarca acreditava em suas origens divinas, o que é irrelevante, mas porque a necessidade o compelia a se portar como tal. Na percepção de Droysen (2010, p. 463),

eis porque Alexandre aceitou a “adoração” que os bárbaros endereçavam ao rei como ao “homem semelhante aos deuses”. Se o mundo helênico devia participar da monarquia, era necessário começar por impor aos helenos essa crença na divindade do monarca, que já era praticada na Ásia e na qual Alexandre via a base da sua realeza (DROYSEN, 2010, p. 463).

Ao final da descrição da morte de Alexandre, no Livro X, Quinto Cúrcio produz a necrologia, uma espécie de obituário, sobre o personagem. E não é surpreendente que ele o faça com sentimento de luto. É certo que o historiador teceu críticas duras ao caráter de Alexandre, mas também reconheceu sua grandeza e força nos momentos oportunos.

E não seria leviano afirmar que a figura do monarca exerceu fascínio sobre o autor, como frequentemente ocorre quando nos debruçamos longo tempo sobre um mesmo objeto. “Quando se trata de fazer uma crítica imparcial ao rei, é claro que suas qualidades devem ser atribuídas a sua natureza, seus defeitos, à Fortuna ou idade”, afirmou o historiador (CÚRCIO, *Histórias*, X, 5, 26).

Quinto Cúrcio parece disposto a perdoar ou, pelo menos relevar as falhas de Alexandre, atribuindo-as à juventude do monarca, pois, de acordo com o autor, “quanto à raiva e ao gosto pela bebida, assim como a juventude os havia estimulado, do mesmo modo a velhice poderia tê-los atenuado” (CÚRCIO, *Histórias*, X, 5, 34). É claro que, a morte prematura do monarca nos deixa sem saber até onde ele poderia chegar e que tipo de mudanças ocorreriam em seu caráter à medida que os anos avançassem.

⁹⁵ Dinastia a qual pertenceu Alexandre.

Somente em retrospectiva é possível analisar se os feitos de um homem o tornaram virtuoso ou não. Com Alexandre não é diferente e Quinto Cúrcio certamente sabia disso. Ao fim de sua vida, por mais oposição que tenha sofrido, foi pranteado por seus súditos, macedônios e persas. Como filho, foi dotado de *pietas*, posto que “decidira consagrar Olímpia à imortalidade e, quanto a Filipe [ainda que se outorgasse filiação a Júpiter], vingara-se totalmente pela morte dele”. (CÚRCIO, *Histórias*, X 5, 30-31).

Em última análise, após toda a narrativa sobre a vida e os feitos de Alexandre, com todos os elogios e críticas, o autor o concebe como um bom governante e até como um bom homem. Não perfeito, evidentemente, mas sem dúvida um que fez o que estava a seu alcance para manter-se à altura de seu posto.

Um sucessor estava sendo procurado para este rei e líder, mas o peso era grande demais para os ombros de um sozinho; e assim seu mero nome e a fama de seus feitos se espalharam por quase todo o mundo, reis e reinos, e aqueles que participaram, mesmo que em pequena parte, de tal fortuna extraordinária foram considerados cobertos de glória. (QUINTO CÚRCIO, *Histórias de Alexandre o Grande*, Livro X, 5, 57)

Alexandre não viveu tempo o bastante para que suas conquistas se consolidassem num império duradouro, onde as múltiplas etnias pudessem conviver sob uma mesma lei. Os reinos helenísticos formados após a morte do monarca são, quando muito, reflexos do grande projeto de unificação do mundo. Os romanos possivelmente chegaram mais perto deste feito e, não à toa, se consideraram herdeiros do legado alexandrino. Possivelmente daí decorra o fascínio que o monarca exerceu sobre a elite de uma cidade que, desde cedo, teve na guerra e nas conquistas sua principal orientação.

Mas Roma não baseou suas conquistas no carisma e habilidade de um único homem. Desde a fundação da República, a cidade era governada por uma classe senatorial que definia as políticas internas e externas, inclusive assuntos envolvendo a expansão territorial, inicialmente dentro da Península Itálica e, depois para o resto do Mediterrâneo. Roma teve Cipião, Mário, Pompeu e César. Depois teve Augusto, Vespasiano, Trajano e Marco Aurélio. Mas nunca houve um Alexandre. Toda a expansão romana está diluída nas mãos de vários homens e todos estes, cônsules ou *principes*, tiveram em algum momento de prestar contas às forças políticas que regiam Roma e as províncias, mesmo que o poder senatorial estivesse, desde fins do século I a.C., competindo com outras forças.

Em meados do século I d.C., quando o governo dos *principes* já estava consolidado e a importância das legiões era cada vez maior, a evocação de uma figura tão ligada ao campo militar, como Alexandre, serviu como um modelo para os ocupantes da magistratura mais alta em Roma. A imagem do monarca macedônio foi evocada como símbolo de poder, portanto, como modelo para estes governantes que, inspirados nos modelos helênicos, o reverenciaram quando não tentaram emulá-lo.

E tendo vivido a política romana e suas vicissitudes, Quinto Cúrcio possivelmente entendeu a importância de criar um modelo forte que pudesse guiar os futuros *principes* à emulação das virtudes e glória de Alexandre. O monarca que se imortalizou por seus feitos extraordinários, teve sua história recontada para servir de exemplo aos dirigentes de Roma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

QUINTO CÚRCIO RUFO. **Historia de Alejandro Magno**. Introd., trad. y notas de Francisco Pejenaute Rubio. Biblioteca Clásica Gredos, nº 96. Madrid, 1986.

QUINTO CÚRCIO RUFO. **History of Alexander**, Volume I. Books 1-5. Loeb Classical Library nº 368. Trad. J. C. Rolfe: Harvard University Press, 1946.

QUINTO CÚRCIO RUFO. **History of Alexander**, Volume II. Books 6-10. Loeb Classical Library nº 369. Trad. J. C. Rolfe: Harvard University Press, 1946.

QUINTO CÚRCIO RUFO. **Histories of Alexander the Great**. Trad. YARDLEY, John; ATKINSON, J.E. Oxford. Oxford University Press, 2009.

CÍCERO. **Letters to Friends**, Volume III. Letter 281-435. Loeb Classical Library nº 230. Trad. D. R. ShackletonBailey: Harvard University Press, 2001.

CÍCERO. **Da República**. Coleção Os Pensadores, 2ª ed. Trad. de Amador Cisneros. Abril Cultural. São Paulo, 1980.

DIÃO CÁSSIO. **Roman History**, Volume VI. Books 51-55. Loeb Classical Library nº 83. Trad. Earnest Carry with Herbert B. Foster: Harvard University Press, 1917.

DIÃO CÁSSIO. **Roman History**, Volume VII. Books 56-60. Loeb Classical Library nº 175. Trad. Earnest Carry with Herbert B. Foster: Harvard University Press, 1924.

JOÃO DE CRÓ. **Livro do Armeiro-Mor (1509)**. 2.ª edição. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão; Apresentação de Vasco Graça Moura; Introdução, Breve História, Descrição e Análise de José Calvão Borges. Academia Portuguesa da História/Edições Inapa, 2007.

PLÍNIO, O JOVEM. **Letters, Volume I**. Books 1-7. Loeb Classical Library nº 55. Trad. Betty Radice: Harvard University Press, 1969.

PLUTARCO. **Vidas Paralelas**. Volume VI. Alejandro – César, Agesilao – Pompeyo, Sertorio – Euménes. Introd., trad. y notas de Jorge Bergua Cavero, Salvador Bueno Morillo y Juan Manuel Guzmán Hermida. Biblioteca Clásica Gredos, nº 363. Madrid, 2007.

TÁCITO. **History**, Books 4-5. **Annals**, Books 1-3. . Loeb Classical Library nº 249. Trad. Clifford H. Moore: Harvard University Press, 1931.

TÁCITO. **Annals**, Volume IV. Books 4-6, 11-12. Loeb Classical Library nº 312. Trad. John Jackson: Harvard University Press, 1937.

TITO LÍVIO. **Historia de Roma desde su Fundación**. Libros I-III. Introd. General de António Fontán, trad. y notas de José António Villar Vidal. Trad. y notas de José António Villar Vidal. Biblioteca Clásica Gredos, nº 144. Madrid, 2000.

TITO LÍVIO. **Historia de Roma desde su Fundación**. Libros IV-VI. Trad. y notas de José António Villar Vidal. Biblioteca Clásica Gredos, nº 145. Madrid, 1990.

TITO LÍVIO. **Historia de Roma desde su Fundación**. Libros XXXVI-LX. Trad. y notas de José António Villar Vidal. Biblioteca Clásica Gredos, nº 187. Madrid, 1993.

SÊNECA. **Tratado sobre a Clemência**. Introdução, tradução e notas de Ingeborg Braren. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SUETÔNIO. **Lives of the Caesars**, Volume II. Claudius. Nero. Galba, Otho, and Vitellius. Vespasian. Titus, Domitian. Lives of Illustrious Men: Grammarians and Rhetoricians. Poets (Terence. Virgil. Horace. Tibullus. Persius. Lucan). Lives of Pliny the Elder and Passienus Crispus. Loeb Classical Library nº 38. Trad. J. C. Rolfe: Harvard University Press, 1914.

SUETÔNIO. **A Vida dos Doze Césares**. Coleção Clássicos Ilustrados. São Paulo: Ediouro. 2003.

SUETÔNIO. *De Rethoribus*. The Latin Library. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/suetonius/suet.rhet.html>. Último acesso em: 31 de julho de 2017.

Bibliografia de Referência:

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da Mitologia Grega e Romana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas 2003.

OXFORD LATIN DICTIONARY. Oxford: University Press, 1968.

DEUS, Divus. In: **Oxford Classical Dictionary**. Oxford: Oxford University Press. 2015. Disponível em: <https://oxfordre.com/classics/view/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-2132>. Acesso em: 04 de Agosto de 2020.

Obras Gerais:

ANSON, E. M., Alexander the Great in Current Scholarship. **History Compass**. Hoboken, Vol. 7, 2009. 981–992.

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de; ROSA, Claudia Beltrão da; JOLY, Fábio Duarte. **Intelectuais, Poder e Política na Roma Antiga**. Rio de Janeiro. NAU/Faperj, 2010.

ARIÈS, Philippe et al. **História e Nova História**. Lisboa: Teorema, 1994.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural**. Campinas: Unicamp, 2016.

ASSMANN, Jan. **Historia y mito en el mundo antiguo: Los orígenes de la cultura en Egipto, Israel y Grecia**. Madrid: Gredos, 2011.

ATKINSON J.E. *A Commentarryon Q. Curtius Rufus' Historiae Alexandri Magni Books 3 and 4*. Amsterdam, 1980

ATKINSON J.E. *A Commentarryon Q. Curtius Rufus' Historiae Alexandri Magni Books 5 to 7.2*. Amsterdam, 1994.

ATKINSON J.E.. *Q. Curtius Rufus' Historiae Alexandri Magni*. ANRW II. 34.4 (1997)

BALSDON, J. **O mundo Romano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

BAYNHAM, Elizabeth. **Alexander the Great: The Unique History of Quintus Curtius**. Michigan: University Press, 1999.

BENOIT, H; FUNARI, P. P. A (orgs). **Ética e política no mundo antigo**. Campinas: Unicamp, 2002.

BENOIST-MÉCHIN, Jacques. **Alejandro Magno**. Barcelona: Luis de Caralt, 2005.

BEARD, Mary. **S.P.Q.R: Uma História da Roma Antiga**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

BEARD, Mary; HENDERSON, John. **Antiguidade Clássica: Uma brevíssima introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BIRRO, Renan; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa (org.). **Relações de Poder, da Antiguidade ao Medieval**. Vitória: DLL/UFES, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Raymond; COUSIN, Jean. **Roma e o seu Destino**. Lisboa: Cosmos, 1964.

BLUCHE, Frédéric. **Memórias Secretas de Alexandre**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

BIRLEY, Anthony. **Garrison Life at Vindolanda: a Band of Brothers**. Charleston, S. C: Tempus Publishing; dist. by Arcadia Publishing, Charleston, S. C. 2002

BORZA, E. N., **Alexander the Great: History and Cultural Politics**. Journal of The Historical Society. Boston, Vol 7. 2007. 411 – 442.

BOSWORTH, A.B. **The Legacy of Alexander: Politics, Warfare and Propaganda under the Successors**. Nova Iorque: Oxford University Press. 2002.

BOSWORTH, A.B., BAYNHAM, E.J. **Alexander the Great in fact and fiction**. Nova Iorque: Oxford University Press. 2000.

BOWERSOCK, G.W. **Hellenism in Late Antiquity**. The University of Michigan Press. Michigan, 2008

BOWERSOCK, G.W. **La Storia Inventata: Imaginazione e sogno da Nerone a Giuliano**. Editoriale Jouvence. Milano, 2014.

BOWMAN, A.K; WOOLF,G. **Cultura escrita e poder no mundo antigo**. São Paulo: Ática, 1998.

BRIANT, Pierre. **Alexandre, o Grande**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

BRUÈRE, Richard T. Silius Italicus Punica. **Classical Philology**, Vol. 47, No. 4. 1952. 219-227.

BRUNT, P.A. **The Fall of the Roman Republic and Related Essays**. Oxford: Clarendon Press, 1988.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2011.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CÂNDIDO, Maria Regina. **Roma e as Sociedades da Antiguidade**. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2008.

CÂNDIDO, Maria Regina. **Memórias do Mediterrâneo Antigo**. Rio de Janeiro: NEA/PPGH/UERJ, 2010.

CANTOR, Norman F. **Alexander the Great: Journey to the End of the Earth**. Nova Iorque: Harper-Collins, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sete Olhares sobre a Antiguidade**. Brasília: UnB, 1994.

CARRUTHERS, Mary. **A Técnica do Pensamento: Meditação, retórica e a construção e imagens**. Campinas: Unicamp, 2011.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. São Paulo: FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel. 2002.

CIPOLLA, Adele. **Hystoria de Alexandro Magno (VorauerAlexander) Studi sulla costituzione del testo**. Verona: Fiorini, 2013.

COLLIOTH – THELÉNE, Catherine. **Max Weber e a História**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

COOLEY, A. Inscripting **History at Rome**. Bulletin of the Institute of Classical Studies. London, Vol. 44. Willey, 2000. 07 – 20.

CORASSIN, Maria Luiza. **Sociedade e Política na Roma Antiga**. São Paulo: Atual, 2001.

CORASSIN, Maria Luiza. Comentário sobre as *Res Gestae Divi Augusti*. **Revista de História**. São Paulo, n. 151, dez. 2004

CUSTÓDIO, Pedro Prado. **Alexandre Magno: Aspectos de um mito de longa duração**. São Paulo: Annablume, 2006.

DEVILLERS, Olivier. **Fonction des discours dans les livres 6 et 7 des Histoires de Quinte-Curce**. Exercices de rhétorique. Grenoble, Vol. 3, 2014. Disponível em: <http://rhetorique.revues.org/256>. Último Acesso em 10 de julho de 2017.

DEVINE, A. M. **The “Parthi,” the Tyranny of Tiberius, and the Date of Q. Curtius Rufus**. Phoenix, Vol. 33, No. 2. 1979. 142-159.

DOSSON, Simon Noël. **Étude sur Quinte Curce, savie et son œuvre**. Hachette et Cie. Paris. 1887.

DUBY, Georges. **História social e ideologia das sociedades**. In: LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 130 – 146.

ECO, Umberto. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ENGEL, J.M.; Palanque, J.A. **O Império Romano**. São Paulo: Atlas, 1978.

EYLER, Flávia Maria Schlee. **História Antiga: Grécia e Roma: A formação do Ocidente**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/PUC Rio. 2014

FEARS, J. Rufus. **Parthi in Q. Curtius Rufus**. Hermes, N°. 102. 1974. 623-625

FEARS, J. Rufus. **Silius Italicus, Cataphracti, and the Date of Q. Curtius Rufus**. Classical Philology, Vol. 71, N° 3. 1976. 214-223.

FERRILL, Arther. **Otho, Vitellius, and the Propaganda of Vespasian**. The Classical Journal, Vol. 60, No. 6. (Mar., 1965), pp. 267-269.

FINLEY, M. **Estudios sobre História Antigua**. Madrid: Akal, 1981.

- FINLEY, M. **Aspectos da Antiguidade**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- FINLEY, M. **Política no Mundo Antigo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- FLORENZANO, Maria Beatriz. **O Mundo Antigo - Economia e Sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002.
- FUNARI, Pedro Paulo; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (org.). **Política e Identidades no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo *et alii*. **História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Identidades**. São Paulo. Annablume, Vol. 1, 2010.
- FURNEAUX, Henri. **The Annals of Tacitus**. 2 Vol. Oxford. Clarendon Press, 1896
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GALINSKY, Karl. **Augustan Culture**. Princenton. Princenton University Press, 1998.
- GALINSKY, Karl. **The Cambridge Companion to the Age of Augustus**. Cambridge. Cambridge University Press, 2005.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GOLDSWORTHY, Adrian. **The Complete Roman Army**. Thames & Hudson, 2003.
- GOLDSWORTHY, Adrian. **Em Nome de Roma: Os Conquistadores que formaram o Império Romano**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2016.
- GOLDSWORTHY, Adrian. **Antônio e Cleópatra: A história dos amantes mais famosos da Antiguidade**. São Paulo. Record, 2018.
- GONÇALVES, Ana Teresa. **A Construção da Imagem Imperial: Formas de Propaganda no Período de Septímio Severo e Caracala**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2002.
- GRANDAZZI, Alexandre. **As origens de Roma**. São Paulo. Unesp, 2010.
- GRANT, Michel. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- GREEN, Peter. **Alexandre, o Grande e o Período Helenístico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- GRIMAL, Pierre. **As cidades romanas**. Lisboa: Edições 70, 2003.
- GRIMAL, Pierre. **História de Roma**. São Paulo: Unesp, 2011.

- GRIMAL, Pierre. **A Civilização Romana**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- GRIMAL, Pierre. **O Século de Augusto**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- GRUEN, Erich. **Culture and National Identity in Republican Rome**. New York: Cornell University Press, 1992.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **Imperialismo Greco-Romano**. São Paulo: Ática, 1994.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. **Politéia**. Vitória da Conquista, V.3, nº1, 2003. 41 – 61.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Editora Contexto. 2014.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HANSON, Victor Davis. **The Western Way of War: Infantry Battle in Classical Greece**. Oxford University Press (USA), 1990.
- HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: UnB, 2003.
- HORNUNG, Erik. O Rei. In: DONADONI, S. (org.) **O Homem Egípcio**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- JONES, Peter, SIDWELL Keith. **The World of Rome: an Introduction to Roman Culture**. Cambridge. Cambridge University Press, 1998.
- KEPPIE, Lawrence. **The Making of the Roman Army: From Republic to Empire**. London. Routledge, 1998.
- KORZENIEWSKI, Dietmar. **Die Zeit des Quintus Curtius Rufus**. (Diss. Frankfurt a. M., 1959.)
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2012.
- LE GALL, Jöel; LE GLAY, Marcel. **El Imperio Romano: El Alto Imperio, desde La Batalla de Actium Hasta La muerte de Severo Alejandro (31 A.C. – 235 D.C)**. Madrid: Akal, 1995. Tomo I
- LE GOFF, Jacques. **A História deve ser dividida em Pedacos?** São Paulo: Unesp. 2015.
- LIAPPAS, J. A., LASCARATOS, J., FAFOUTI, S. and CHRISTODOULOU, G. N. **Alexander the Great's relationship with alcohol**. Addiction. Atenas, Vol 98. 2003. 561 – 567.
- LINTOTT, A. **The Romans in the Age of Augustus**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010
- LORAUX, Nicole. **A Invenção de Atenas**. Rio de Janeiro. Editora 34, 1994

- MARROU, Henri-Irénée. **História da Educação na Antiguidade**. São Paulo: EPU/USP, 1973.
- MATYSKAK, Philip. **Os inimigos de Roma: de Aníbal a Átila, o Huno**. Barueri: Amarilys, 2013.
- MCQUEEN, E. "**Quintus Curtius Rufus**". In DOREY, T. A. *Latin Biography*. New York, 1967. 24-26.
- MILNS, R.D. **The Date of Curtius Rufus and the "Historiae Alexandri"**. *Latomus*, T. 25, Fasc. 3. 1966. 490-507.
- MILNS, R.D. **Alexander the Great**. Londres: Robert Hale, 1968.
- MOSSÉ, Claude. **Alexandre, o Grande**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- MÜLLER, S. **Curtius Rufus, Quintus**. In. *The Encyclopedia of Ancient History*. Oxford, Blackwell Science, 2012. 1879 – 1880.
- MENDES, Norma Musco. **Roma Republicana**. São Paulo: Ática, 1988.
- NAWOTKA, Krzysztof; WOJCIECHOWSKA, Agnieszka (org). **Alexander the Great and the East: History, Art, Tradition**. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2016.
- NIEBUHR, B. G. **Kleine historische u. philologische Schriften**. vol. 1. Bonn, 1828.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos Lugares**. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- OVERTOOM, Nikolaus Leo. A Roman Tradition of Alexander the Great Counterfactual History. **Acta Antiqua Academiae Scientiarum Hungaricae**. Budapeste, Vol. 52, no. 3, 2012. 203 – 212.
- PASTOR, Luis Ballesteros. **Quinto Curcio ante sus fuentes: el episodio de Alejandro y los escitas del Tanais**. *Gerión*. Madrid, Vol. 33, 2015. 91 – 110.
- PAULY, August; WISSOWA, Georg; KROLL, Wilhelm; WITTE, Kurt; MITTELHAUS, Karl; ZIEGLER, Konrat; orgs. **Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft: neue Bearbeitung**, Stuttgart: J. B. Metzler, 1894–1980.
- POPOV-REYNOLDS, N. V. **Alexander historians**. In. *The Encyclopedia of Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing, 2012. 300 – 302.
- RAPIN, Claude. **Du Caucase au Tanaïs : les sources de Quinte-Curce à propos de la route d'Alexandre le Grand en 330-329 av. J.-C.** In: SIMON, Mathilde; TRINQUIER, Jean. *Les Historiae Alexandri Magni de Quinte-Curce*. Paris: Armand Colin, 2014. 142 – 186.
- RODGERS, Nigel. **A Extraordinária História de Alexandre, o Grande**. São Paulo: M. Books, 2015.

RODRÍGUEZ, Jenaro Costas. **Aspectos del vocabulario de Q. Curtius Rufus**. Estudio semántico-lexicológico. Contribución al problema de su datación. Salamanca, 1980

ROSTOVTZEFF, M. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SANT'ANNA, Henrique Modanez de. **História da República Romana**. Petrópolis: Vozes. 2015.

SHARPLES, Ian. **Curtius' treatment of Arrhidæus**. Mediterranean Archaeology, Vol. 7. 1994. 53-60.

SMITH, Cristopher. The Magistrates of the Early Roman Republic. In. BECK, Hans, DUPLÁ, Antonio, JEHNE, Martin, POLO, Francisco Pina. **Consuls and Res Publica: Holding High Office in the Roman Republic**. Cambridge University Press, 2011.

SOUTHERN, Pat. **Augustus**. London Routledge. 1998.

SPENCER, Diana. Perspective and Poetics in Curtius: Gorgeous East. **Acta Classica**. Pretoria, V. 48, 2005. 121 – 140.

STALLONI, Yves. **Os Gêneros Literários: A comédia, o drama, a tragédia. O romance, a novela, os contos. A poesia**. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

STRAUSS, Barry. **A morte de César: Roma Antiga e o assassinato mais famoso da História**. Trad. Davi Emídio Rago. São Paulo. Seoman, 2017.

SWAIN, Simon. **Hellenism and Empire: Language, Classicism and Power in the Greek World. Ad 50-250**. Clarendon University Press, 1996.

TOOD, Richard A. W. W. Tarn and the Alexander Ideal. **Historian**, Oxford, V. 27, 1964. 48 – 55.

VEYNE, P; ARIES, PH (org). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. V.1.

VEYNE, Paul. **O Império Greco-romano**. São Paulo: Campus/Elsevier, 2009.

VEYNE, Paul. **Pão e Circo: Sociologia histórica de um pluralismo político**. São Paulo: Unesp, 2015.

VIZENTIN, Marilena. Espelhos contrapostos: Alexandre e o modelo de Imperador romano. **Revista Métis: História e Cultura**. Caxias do Sul. V. 8, Nº 15, 2009. 157 – 166.

WARD, John Ward. **The Roman Era in Britain**. London. Methuen & Co. Ltd. 1911.

WOOLF, Greg. **Roma: A História de um Império**. São Paulo: Cultrix, 2017.

YAKOUBOVITCH, Igor. La mise en scène du pouvoir chez Quinte-Curce (VIII-X). **Vita Latina**. Lyon, Nº 180, 2009. 24-32. Disponível em:

http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/vita_0042-7306_2009_num_180_1_1281. Último Acesso em 05 de Agosto de 2017.

ZIEGLER, Vanessa. **Plutarco e a formação do governante ideal no principado Romano: uma análise da biografia de Alexandre**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2009.